

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS PATO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

CRISTIANE GOLEMBIESKI

**O PAA, POLÍTICA SOCIAL E POVOS INDÍGENAS: Um Estudo de
Caso do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de
Ipuçu - SC.**

DISSERTAÇÃO

**PATO BRANCO
2015**

CRISTIANE GOLEMBIESKI

**O PAA, POLÍTICA SOCIAL E POVOS INDÍGENAS: Um Estudo de
Caso do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de
Ipuçu - SC.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento Regional – Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nilvânia Aparecida de Mello.

PATO BRANCO
2015

Dados Internacionais de Catalogação

G625p Golembieski, Cristiane

O PAA, política social e povos indígenas: um estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Ipuacú, SC / Cristiane Golembieski.— 2015.

134 f. : il. ; 30 cm

Orientadora: Nilvania Aparecida de Mello

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Regional Sustentável. Pato Branco, PR, 2015.

1. Programa de aquisição de alimentos. 2. Políticas públicas. 3. Terras indígenas. I. Mello, Nilvania Aparecida de, orient. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Regional Sustentável. III. Título.

CDD (21. ed.) 361.61



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 75

O PAA, Política Social e Povos Indígenas: Um Estudo de Caso do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Ipuacu - SC

Autora

Cristiane Golembieski

Esta dissertação foi apresentada às quatorze horas do dia 29 de abril de 2015, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Ambiente e Sustentabilidade – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Profª Drª Nilvania Aparecida de Mello –
UTFPR
Orientadora

Prof. Dr. Antonio Cavalcante de Almeida
– UTFPR
Examinador

Profª Drª Maria Luiza de Souza Lajús - UNOCHAPECÓ
Examinadora

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi
Coordenador do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

Ao nosso Deus, criador de tudo e de todos.

Ao meu pequeno tesouro, benção de Deus na minha vida e razão maior da minha caminhada, Júlia Cristina.

Dedico esta Dissertação a todos aqueles que fizeram do meu sonho real, me proporcionando forças para que eu não desistisse de ir atrás do que eu buscava para minha vida. Muitos obstáculos foram impostos durante esses últimos anos, mas graças a vocês eu não fraquejei. Obrigada.

AGRADECIMENTOS

A Professora Dr^a. Nilvânia Aparecida de Melo, que com muita responsabilidade, paciência e conhecimento me orientou, especialmente nos momentos difíceis, o que fez com que a realização deste trabalho fosse possível. Obrigada pela sua sensibilidade, respeito e compromisso com a causa indígena.

Ao Professor Dr. Antonio Cavalcante, pelas intervenções, acompanhamento e motivação, meu muito obrigada.

Finalizando, meu maior agradecimento vai ao nosso povo indígena, em especial ao povo kaingang da Terra Indígena Xaçecó, pela hospitalidade, humildade e sabedoria, pela oportunidade de poder aprender com vocês e pela disposição em gastar parte do seu precioso tempo para que eu pudesse realizar este trabalho. A vocês dedico:

“Nós sempre fomos invisíveis, o povo indígena sempre foi invisível. Aquele povo que é massacrado que é perseguido, morto lá na floresta, nas estradas, nas aldeias, esse não existe.

Pro mundo aqui fora existe aquele indígena exótico, o que usa colar, que dança, que canta, coisa pra turista vê. Mas aquele outro que tá lá na aldeia esse sofre de uma doença que é a doença de ser invisível, de desaparecer. Ele quase não é visto, tanto pro mundo do direito; principalmente pro mundo do direito, como ser humano, ele desaparece. Ele se afoga nesse mar de burocracia, no mar de teorias da academia, ele é afogado no meio das palavras.

Quando a academia, os estudiosos entendem mais de indígena, de índio do que o próprio índio, ele é invisibilizado, pela própria academia. Ele perde a voz, ele perde o foco, ele perde a imagem, ele some, ele desaparece. Ele volta novamente quando tem o conflito; quando a mídia procura a notícia pra vender o jornal... mostra o índio morto, o índio bêbado, o índio preguiçoso como se vê em todos os livros; o índio que quer muita terra, que tem muita terra, esse aparece e aquele índio como ser humano, aquele que tem direitos, esse desaparece. Sempre desapareceu. Ele vai sumindo aos poucos.

Dizem que nós vivemos a era do direito, que o Brasil é um estado democrático de direito, mas se o indígena, os povos indígenas que vivem no Brasil é o mesmo Brasil que dizem que é um estado democrático de direito, pro indígena esse estado não existe. Que ele ainda é como ser humano ele é invisível pra esse mundo. Esse direito não existe.

A nossa história sempre foi escrita com muito sofrimento, com muita dor, com muito sangue no passado e no presente, seja sangue inocente. A história tem escrito as suas linhas em vermelho. Sangue vermelho; sangue indígena, assim como foi de

outros como do negro, mas no nosso caso ainda se mata muito índio nas aldeias ai que existe pelas florestas e esse ele não existe; não existe pro mundo, não existe pro direito, não existe pras pessoas; é um índio invisível.

É como um grito no silêncio da noite, ninguém sabe da onde veio, o que aconteceu e ninguém sabe aonde encontrar!”

RESUMO

GOLEMBIESKI, Cristiane. O PAA, POLÍTICA SOCIAL E POVOS INDÍGENAS: Um Estudo de Caso do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Ipuçu - SC. 2015. 134f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco.

A presente pesquisa emerge da aproximação e incursão acerca das discussões sobre as políticas públicas e em especial o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua operacionalização na Terra Indígena Xapecó (TIX), no Município de Ipuçu/SC. A opção da pesquisa com foco no Programa PAA e a Ação de Distribuição de Alimentos na TIX, deveu-se a observação dos estudos voltados em sua maioria, às organizações, cooperativas, associações e sistemas de produções voltados à agricultura familiar em áreas que não envolvem diretamente o índio ou ao território indígena. Partindo da realidade da TIX e ao tomar esta Política Pública, como objeto deste estudo analisou-se a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a ação de distribuição de alimentos, e sua representação no fortalecimento da autonomia do povo indígena na Terra Indígena Xapecó/SC, no período de 2009 a 2012. Neste contexto, buscou-se compreender e investigar a forma de operacionalização do PAA e a Ação de distribuição de alimentos, e se os mesmos implementam as estratégias de Autonomia e Protagonismo, previstas na Lei nº 10.696/2003, no Município de Ipuçu/SC. Para fins de contextualização, o objeto de estudo, está sustentado na área das políticas públicas redistributivas, e sua relação com o desenvolvimento. Para tanto, o percurso teórico teve inicialmente a busca pela compreensão do contexto das políticas públicas e sociais e sua relação com o desenvolvimento, ancoradas principalmente nos estudos de Leff, Yamamoto, Sachs, Teixeira, Yasbek, Veiga. A metodologia deste trabalho envolve o procedimento de estudo de caso qualitativo de pesquisa, empregando-se técnicas de coleta de dados primários e secundários na investigação do problema em estudo, que utilizou os seguintes instrumentos de pesquisa para atingir os objetivos: Análise de conteúdo documental, revisão de literatura, relatos verbais por meio de entrevista semiestruturada e análise dos dados coletados. Analisando a criação de ações da política pública que fomentem a produção de alimentos para o abastecimento no país, buscou-se neste trabalho apresentar algumas reflexões acerca da experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Ação de Distribuição de Alimentos na Terra Indígena Xapecó, no Município de Ipuçu/SC. O estudo do desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar na TIX possibilitou compreender os impactos sobre o modo de vida das famílias indígenas, e o papel da Ação de distribuição de alimentos na garantia de uma alimentação saudável. Pode-se concluir que o PAA cumpriu seu papel no fortalecimento da agricultura familiar, e no seu desenvolvimento sustentável. Este que se coloca para os povos indígenas hoje como sendo um aliado através da superação dos desafios e possibilidades de estratégias que se colocam na atualidade para esta necessária mudança modo de produção e consumo. Contudo, constatou-se também os principais pontos negativos relativos à esta política e a efetiva ação de distribuição de alimentos, através dos dados qualitativos contidos nas entrevistas realizadas. Portanto, é importante considerar o protagonismo dos usuários e estimular a autonomia para que os serviços não sejam apenas para atender demandas emergentes, mas, sim, que sirvam para transformar a vidas dos sujeitos. É neste contexto que os indígenas se encontram hoje,

procurando criar alternativas de desenvolvimento que garantam sua sobrevivência, sem abandonar seus valores tradicionais.

Palavras-chave: O Programa de Aquisição de Alimentos, Políticas Públicas, Terra Indígena.

ABSTRACT

GOLEMBIESKI, Cristiane. The PAA, SOCIAL POLICY AND INDIGENOUS PEOPLES: A Case Study of the Food Acquisition Program in the city of Ipuaçu - SC. 2015 134f. Dissertation - Graduate Program in Regional Development, Federal Technological University of Paraná, Pato Branco.

This research emerges from the approach and incursions of the discussions on public policy and in particular the Food Acquisition Program - PAA and its implementation in Indigenous Xapecó (TIX), in the city of Ipuaçu / SC. The search option focusing on PAA Program and the Food Distribution in Action TIX, was due to the observation of mostly focused studies, organizations, cooperatives, associations and production systems geared to family farming in areas that do not involve directly the Indian or the indigenous territory. Starting from the reality of TIX and take this public policy, as the object of this study analyzed the implementation of the Food Acquisition Program - PAA and the food distribution action, and their representation in strengthening the autonomy of the indigenous people in the Indigenous Land Xapecó / SC, from 2009 to 2012. In this context, we sought to understand and investigate how to operationalize the PAA and the food distribution action, and whether they implement the strategies of autonomy and protagonism, provided by Law No. 10,696 / 2003 in the city of Ipuaçu / SC. For context purposes, the object of study, is supported in the area of redistributive policies, and its relationship with development. Therefore, the theoretical route initially had the quest for understanding the context of public and social policies and their relationship to the development, anchored mainly in studies of Leff, Yamamoto, Sachs, Teixeira, Yasbek. The methodology of this work involves the qualitative case study research procedure, using techniques of collecting primary and secondary data on the problem of the research study, which used the following search tools for achieving the objectives: document content analysis, literature review, verbal reports through semi-structured interviews and analysis of the collected data. Analyzing the creation of public policy actions that promote the production of food for the supply in the country, aimed to present this work to reflect on the experience of the Food Acquisition Program (PAA) and the Food Distribution Action in Indigenous Land Xapecó in the city of Ipuaçu / SC. The performance study of the Food Acquisition Program for the strengthening of family farming in TIX possible to understand the impacts on the livelihoods of indigenous families, and the role of food distribution action in ensuring a healthy diet. It can be concluded that the PAA fulfill its role in strengthening family agriculture, and sustainable development. This posed for indigenous peoples today as an ally by overcoming challenges and possibilities strategies facing today for this necessary change mode of production and consumption. However, also found up the main negative points for this policy and the effective food distribution action, through qualitative data contained in the interviews. Therefore, it is important to consider the role of users and encouraging autonomy so that services are not only to meet

emerging demands, but rather that serve to transform the lives of the subjects. It is in this context that the indigenous are now seeking to create development alternatives to ensure their survival, without abandoning their traditional values.

Keywords: The Food Acquisition Program, Public Policy, Indigenous Land.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APP** - Associação dos Pequenos Produtores de Ipuauçu
- CADUNICO** - Cadastro Único, para Programas Sociais do Governo Federal
- CF** - Constituição federal
- CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento
- CONSAD**: Consorcio nacional de segurança alimentar e desenvolvimento local
- CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- DAP** - Declaração de Aptidão ao Pronaf
- FCP** - Fundação Cultural Palmares
- FUNAI** - Fundação Nacional do Índio
- FUNASA** - Fundação Nacional de Saúde
- GGPAA** - Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
- IBGE** - Instituto de Geografia e Estatística
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA**: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INSS** - Instituto Nacional de Seguridade Social
- LOSAN** - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social
- PAA** - Programa De Aquisição de Alimentos
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PNSAN** - Plano Nacional de Segurança Alimentar Nutricional
- PRODEC** - Projeto de Desenvolvimento Comunitário
- PRONAF** - Programa Nacional de Agricultura Familiar
- SAN** - Segurança Alimentar e Nutricional
- SDR** - Secretaria Regional de Desenvolvimento
- SEDEC** - Secretaria de Estado de Defesa Civil
- SEDEC** - Secretaria Nacional de Defesa Civil
- SEPPIR**: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- SISAN** - Segurança Alimentar e Nutricional
- SPI** - Serviço de Proteção ao Índio
- T.I.** - Terra Indígena

TIX - Terra Indígena Xapecó

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Terra Indígena Xapecó (TIX).....	23
Figura 2 - Localização do Município de Ipuacu no Estado de SC.....	29
Figura 3 - Crescimento Populacional do Município.....	30
Figura 4 - Estrutura Econômica Municipal.....	31
Figura 5 - Comparativo do crescimento do PIB Município/Estado de SC.....	31
Figura 6 - Comparativo da % da população extremamente pobre do Município.....	32
Figura 7 - Percentual da população extremamente pobre por faixa etária.....	33
Figura 8 - Porcentagem de domicílios com acesso a saneamento básico no Município.....	35
Figura 9 - Mapa total da TIX em Ipuacu/SC (imagem de satélite).....	39
Figura 10 - Ocupação Kaingang no Brasil Meridional.....	40
Figura 11 - Diagrama representando as línguas brasileiras dos grupos Macro-Jê presentes no Brasil Mapa total da TIX em Ipuacu/SC.....	42
Figura 12 - Aldeia Sede. Terra Indígena Xapecó – Ipuacu/SC.....	50
Figura 13 - Mapa das Áreas Indígenas Kaingang.....	56
Figura 14 - Vista da horta comunitária da aldeia Olaria.....	83
Figura 15 - Vista da horta comunitária da aldeia Olaria.....	84
Figura 16 - Ação de distribuição de alimentos. Aldeia Fazenda São José.....	92
Figura 17 - Aspecto do cultivo de uma das famílias entrevistadas na Terra Indígena Xapecó.....	98
Figura 18 - Imagem ilustrativa do artesanato produzido por uma das entrevistadas.....	102
Figura 19 – Imagem da distribuição de alimentos (cestas) na TIX.....	106
Figura 20 - Imagem da distribuição de alimentos (cestas) na TIX.....	107

SUMARIO

1.1 INTRODUÇÃO GERAL.....	15
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS: NATUREZA DA PESQUISA.....	23
1.3 FASES DA PESQUISA.....	25
1.4 POPULAÇÃO/AMOSTRA.....\.....	26
1.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	27
1.6 A CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO DE IPUAÇU.....	30
REFERENCIAS.....	37
CAPITULO 01.....	39
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: A TERRA INDÍGENA XAPECÓ/SC.....	39
1.2 ORIGEM KAINGANG: CONSTRUÇÕES SOCIAIS NO OESTE CATARINENSE.....	43
1.3 OCUPAÇÃO E CONFLITOS NO OESTE DE SANTA CATARINA.....	49
1.4 A SITUAÇÃO ATUAL DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ.....	57
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERENCIAS.....	60
CAPITULO 2.....	60
2.1 POLITICAS PÚBLICAS E O SEU DESEMPENHO NO DESENVOLVIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DO PAA NA TRANFORMAÇÃO DA REALIDADE.....	61
2.2 MODALIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	63
2.3 O PAA: POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO A NOVAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO.....	66
2.3.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	69
2.3.2 Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos.....	74
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERENCIAS.....	78
CAPITULO 3.....	81
3.1 ESTUDO DE CASO DO PAA NA TERRA INDÍGENA XAPECÓ E A AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS.....	81
3.2 AS FAMÍLIAS INDÍGENAS PESQUISADAS E A AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS NA TERRA INDÍGENA XAPECÓ.....	97
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERENCIAS.....	111
CAPITULO 4.....	112
4.1 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IPUAÇU.....	112
4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERENCIAS.....	120
CONCLUSÕES.....	121

1.1 INTRODUÇÃO GERAL

A presente pesquisa emerge das discussões sobre as políticas públicas e em especial o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua operacionalização na Terra Indígena Xapecó (TIX), no Município de Ipuacu/SC. Tal tema tem ganhado relevância nos últimos anos, pois carrega em si importantes questões técnicas e sociais.

Diante disso, esta dissertação, apropriou-se deste objeto, e reportou-se ao estudo sobre as políticas públicas e sociais que passou a ter atenção especial a partir da década de 1990, por conta das inovações trazidas pela Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988, especialmente quanto à descentralização político-administrativa e da participação social. A CF em seu capítulo VIII, artigos 231 e 232, assegura aos índios o direito à diferença, vale dizer, o direito de serem diferentes e tratados como tais; de modo que as políticas públicas recebem como atribuição pensar na inclusão social deste segmento populacional, como prioridade.

Várias pesquisas já foram realizadas, tomando o PAA como foco de análise, tanto do ponto de vista de sua gestão, como do ponto de vista de produção e consumo, não esquecendo sua principal característica de formador de mercado socialmente construído. Existem também análises sobre a agricultura familiar, modos de produção e incentivo a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN. A opção da pesquisa com foco no Programa PAA e a Ação de Distribuição de Alimentos na TIX, deveu-se a observação dos estudos já existentes. Constatou-se que os mesmos, em sua maioria, têm como foco principal às organizações, cooperativas, associações e sistemas de produções voltados à agricultura familiar em áreas que não envolvem diretamente o índio ou ao território indígena.

É sabido que o nível de produção desses povos é menor e que os mesmos o são também em proporção populacional. O que este estudo leva em consideração, é justamente esta análise de uma situação específica e muito peculiar, em determinado território que envolve uma população destinatária de Políticas Públicas, as quais consideram como única a realidade de um contingente de pessoas, estados

e regiões, tão diversificados cultural e territorialmente, para os fins em que se destinam suas ações.

O Programa de Aquisição de Alimentos enquanto política pública encontra-se em um estágio “embrionário” de planejamento de ações através de Planos (PPA 2012 – 2015) e metas a serem ainda alcançadas, a mais importante delas e principal objetivo do Programa Fome Zero é a superação da extrema pobreza no país. Esta política é uma ação do programa Fome Zero, vinculada à Política de Segurança Alimentar e Nutricional que visa fortalecer a agricultura familiar através da compra de produtos, sem licitação, pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O Programa de Aquisição de Alimentos tem sido direcionado a agricultura familiar com o objetivo de possibilitar o aumento da produção e da renda, gerando assim melhoria na qualidade de vida, desenvolvimento e a conseqüente permanência dos agricultores no campo. Os indígenas se caracterizam como beneficiários fornecedores e consumidores de alimentos no programa. Como beneficiários consumidores, pertencem à categoria dos indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional, conforme Decreto Federal Nº 7775 de 04 de Julho de 2012, que regulamenta as formas de distribuição de alimentos para o combate à fome no Brasil (BRASIL, 2012).

Partindo da realidade da TIX e ao tomar esta Política Pública, como objeto deste estudo analisou-se a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a ação de distribuição de alimentos, e sua representação no fortalecimento da autonomia do povo indígena na Terra Indígena Xapecó/SC, no período de 2009 a 2012. Neste contexto, buscou-se compreender e investigar a forma de operacionalização do PAA e a Ação de distribuição de alimentos, e se os mesmos implementam as estratégias de Autonomia e Protagonismo, previstas na Lei nº 10.696/2003, no Município de Ipuacu/SC.

Para fins de contextualização, o objeto de estudo, está sustentado na área das políticas públicas redistributivas, e sua relação com o desenvolvimento. Sposati (1998) reconhece o avanço da política social, mas salienta o paradoxo que o tema envolve embora seja uma iniciativa do Estado de promover a justiça social. É uma política que possui duas faces, a de instrumento de superação (ou redução) de tensões sociais, e outra de espaço de expressões de interesses contraditórios das classes sociais. Para tanto, o percurso teórico teve inicialmente a busca pela compreensão do contexto das políticas públicas e sociais e sua relação com o

desenvolvimento, ancoradas principalmente nos estudos de Leff (2009), Leff (2010), Iamamoto (2009), Sachs (2004), Teixeira (2002), Yasbek (2008).

Na atualidade, apesar dos dados estatísticos apontarem para o aumento da população indígena, e de fato em Ipuacu ela corresponde a mais da metade da população do município, não os evidencia como protagonistas nas relações sociais. Uma aproximação empírica dos sujeitos de pesquisa permite perceber o universo da população da Terra Indígena Xaçecó, como sendo de extrema vulnerabilidade social.¹

Para melhor compreensão da realidade do município de Ipuacu, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que é de 0,715 está entre os dez menores do Estado de SC. Sendo que, 53% da população total encontra-se na situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias indígenas. Do total de habitantes, em torno de 735 crianças vivem em situação de vulnerabilidade social e desnutrição, além de muitos idosos e gestantes. Há famílias inteiras nesta situação. As doenças observadas no cotidiano de trabalho dos profissionais de saúde da TIX demonstram um significativo aumento das doenças crônicas não transmissíveis, como: diabetes, obesidade no ciclo de vida adulto e idoso, mais freqüente em mulheres; desnutrição, doenças infecciosas como as gastroenterites, doenças respiratórias acometendo crianças de todas as faixas etárias. Entre os adultos houve um crescimento de doenças ginecológicas, psíquicas, e HIV - AIDS².

As construções destinadas à moradia quase na maioria dos indígenas também são precárias, muitos vivem em barracos de lona, casas de madeira cujo estado é precário. Algumas destas moradias são de alvenaria, aumentando a estabilidade estrutural, mas não necessariamente melhorando a qualidade da habitação. Dados indicam que o analfabetismo, ausência de renda fixa, alcoolismo, ausência de saneamento básico, doenças de saúde pública pelas condições dos; mananciais de água contaminados, apontam a real qualidade de vida indígena em

¹ Oliveira associa a ideia de vulnerabilidade social à carência de direitos, pois “ainda que políticas sociais públicas sejam uma das exigências mais prementes para a atenuação de várias vulnerabilidades, elas não esgotam o repertório de ações que se situa muito mais no campo dos direitos” (OLIVEIRA, 1994).

² Dados acessados junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário de Ipuacu/CRAS, Departamento de Assistência Social. Dados fornecidos pela comunidade indígena Pólo Base de Chapecó/SC. Em Maio de 2013.

que este segmento populacional se destaca apresentado nos baixos índices de desenvolvimento humano³.

Na TIX existem situações provocadas por mudanças ambientais que estão relacionadas com o aumento de doenças como, por exemplo, o quadro sanitário precário que encontramos nas aldeias, a construção de barragens próximas do local, a contaminação de fontes devido ao uso de “venenos” nas lavouras, modificações no padrão alimentar, pouca produção de alimentos naturais sendo substituído por alimentos industrializados, o lixo acumulado, o desmatamento entre outras mudanças que ocasionaram impactos na saúde e conseqüentemente um aumento do custo devido às internações freqüentes.

Frente à atual situação vivenciada pelo povo indígena, se faz necessário a avaliação desta política pública, sua operacionalização, sendo que as políticas são mecanismos que o Estado utiliza para intervir na realidade social com objetivo de promover os direitos sociais. São políticas de governo que impactam diretamente no bem estar dos cidadãos, ao dotá-los de serviços ou renda. São uma forma de intervenção na realidade social, e essa intervenção está condicionada ao reconhecimento ou omissão do Estado, envolvendo processos e interesses políticos, sociais e econômicos. (SPOSATI, 1998).

Para melhor compreensão do problema de pesquisa é necessária a discussão sobre o contexto do qual se originou a atual globalização econômica, que juntamente com a oportunidade de investimentos na indústria, no comércio, no emprego e renda, trouxe o aumento da desigualdade e concentração de renda. Esta mudança no arranjo do mercado capitalista resultou em conseqüências diretas na sociedade, como o aumento da pobreza e miséria nas cidades. Segundo Leff (2010), estes problemas emergentes do mundo moderno caracterizam-se por uma crescente complexidade, que diz respeito também a questões referentes à inclusão social e sustentabilidade ambiental. Leff (2009) aponta para a formulação de uma nova abordagem, mais ampla, de caráter estruturante, que projete ênfase em novas formas de produção e consumo.

A lógica dominante de produção e consumo diferencia-se e muito do paradigma que os povos indígenas vivenciam em sua cultura milenar. É neste

³ Para saber mais acerca do perfil social do município, consulte o aplicativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>.

contexto que os indígenas se encontram hoje, procurando criar alternativas de desenvolvimento que garantam sua sobrevivência, sem abandonar seus valores tradicionais. O desenvolvimento sustentável se coloca para os povos indígenas hoje como sendo um aliado através da superação dos desafios e possibilidades de estratégias que se apresentam na atualidade. Os indígenas sempre foram autossustentáveis, no modo de produção, na forma de se relacionar com a natureza, etc.

São tradicionalmente conhecidas as necessidades urgentes e emergentes da população indígena em todo o Território Brasileiro. A discussão referente às necessidades de incentivos de Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento dessas populações permeia os órgãos responsáveis pela gestão e as comunidades indígenas, bem como seus órgãos representantes. A solicitação dos indígenas por estrutura para suas aldeias, desenvolvimento local e humano que considere acesso pleno a cidadania, trabalho digno, valorização cultural, preservação e garantias de seus direitos são presentes e motivo de reivindicações constantes. Estas reivindicações consideram o desenvolvimento da população indígena como merecedora de atenções que elevem a qualidade de vida dos membros das aldeias, as quais não apresentam infra-estruturas, saneamento básico, condições de produção de seus meios de vida, os quais também foram mudando com as transformações da sociedade, do mundo do trabalho e consumo capitalista.

Cabe ao Estado assegurar qualidade de vida aos cidadãos através de Políticas Públicas e Sociais, cujo esforço apresenta-se no crescente reconhecimento da diversidade sociocultural existente no Brasil. O Estado necessita também repensar conceitos atinentes às noções de desenvolvimento, propriedade e uso dos recursos naturais, de forma que os mesmos passem a incluir princípios mais adequados às realidades diferenciadas dos povos indígenas. Os indígenas da TIX enfrentam uma situação de vulnerabilidade social e alimentar, apesar de serem contemplados pelo PAA. É a partir de um conceito de desenvolvimento sustentável que integra o saber e o fazer que a presente pesquisa procura investigar a problemática dos indígenas da TIX.

Tendo em vista a situação de vulnerabilidade social que se apresenta na TIX, questionou-se como se estabelece a implementação e operacionalização do PAA, enquanto Política Pública de desenvolvimento local, no município de Ipuçu - SC? O PAA pode ser aplicado de forma a atender o pressuposto para a inclusão social que

venha a minimizar a situação de vulnerabilidade social percebida, bem como atender aos princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, da Política mas também pode ser implementado sem atingir estes objetivos.

De acordo com a conjuntura atual, a Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN é resultado da articulação da sociedade civil, através dos movimentos sociais, Fóruns Estaduais e Nacionais e organizações governamentais, exigindo do governo Federal que incorporasse à sua agenda de Plano de Governo ações que contemplasse o combate a fome e a miséria e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Tudo isso resultou na formulação de uma Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)⁴, que determina a criação de um Sistema (SISAN), uma Política Nacional (PNSAN) e o Plano de SAN (PLANSAN). Portanto, desde 2003 a SAN vem ganhando a atenção da esfera pública através da criação do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e o Programa Fome Zero.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, faz parte dos programas que estão no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN. Instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 07 de maio de 2008. O PAA encontra-se inserido em um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com os poderes públicos estaduais e municipais e com diferentes organizações da sociedade civil. Ele foi concebido para ser uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, instituído em 2003, no âmbito do combate a fome, com atuação prevista para formação de estoques estratégicos e a distribuição de produtos da agricultura familiar para pessoas em situação de vulnerabilidade social ou de insegurança alimentar.

A partir dessa abordagem, emergem algumas questões que passam a ser centrais para o estudo de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que surge como um exemplo desta nova forma de intervenção do Estado, e este tendo como uma de suas características mais marcantes um Estado disposto a gerir, com os atores organizados, uma política pública relativa à ação que tem um impacto direto no bem estar dos cidadãos.

⁴ Lei nº 11.346/2006 (LOSAN), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Várias pesquisas já foram realizadas, tomando o PAA como foco de análise. Contudo, muito poucos destes estudos delimitam-se ao esboço desta política em áreas ou território indígena. O que este estudo levou em consideração, é justamente esta análise de uma situação específica, em determinado território que envolve uma população destinatária de Políticas Públicas pensada de “cima para baixo”.

A mudança na forma de produção para a subsistência das aldeias há muito tempo deixou de ser a forma de coleta de alimentos, extraídos da natureza, o qual era encontrado com facilidade e em abundância. Hoje o indígena também depende de políticas de incentivos para poder manter sua subsistência, contudo, a forma de acesso a estas políticas sofre exigência tal como o homem branco. O Desenvolvimento das Terras indígenas apresentam sérias dificuldades para se promover e se tornar sustentável.

Com base nos contextos aqui delineados, o estudo teve a finalidade de responder à questão: Quais os desafios e possibilidades enfrentados pelos sujeitos envolvidos na implantação e operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos, destinado à população indígena da Terra Indígena Xapecó, no município de Ipuçu – SC? Propondo a reflexão sobre as alternativas de ação que contemplam esta Política Pública, como forma de potencializar o desenvolvimento local, contendo os aspectos e estratégias do desenvolvimento sustentável contidos nesta política, bem como de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para elevar o desempenho das atividades da administração pública no que tange à gestão dessa política.

O Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho possui uma dimensão interventiva e propositiva que atua nas expressões da questão social. O Assistente Social⁵, profissional que atua diretamente na operacionalização dessa política possui rebatimentos que se manifestam cotidianamente. Nesta direção o Serviço Social possui alguns desafios que estão postos na operacionalização e implementação do PAA na TIX que necessitam de explicitação a fim de contribuir para o debate da garantia dos direitos sociais dos cidadãos envolvidos com essa política.

O **objetivo geral** se concentrou em Analisar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a ação de distribuição de alimentos, no período de

⁵ Lei Nº 8.662/1990. Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social.

2009 a 2012, na Terra Indígena Xaçecó/SC. Para atendê-lo, foram delineados quatro **objetivos específicos**: analisar os aspectos sócio-históricos da trajetória dos Kaingang na Terra Indígena Xaçecó; Investigar a implementação e operacionalização do PAA e a efetivação das estratégias de desenvolvimento sustentável nele contidas junto à comunidade indígena TIX; identificar as percepções dos sujeitos envolvidos com o PAA e a ação de distribuição de alimentos e a operacionalização deste como política de emancipação deste povo indígena; identificar os desafios e possibilidades enfrentados pelo Serviço Social no contexto da implantação e operacionalização do PAA na Terra Indígena Xaçecó.

Considerando o conjunto de informações descritas sobre a temática, essa dissertação se desdobra em cinco partes, organizadas numa Introdução Geral e quatro capítulos. A Introdução Geral, que permeia todo o trabalho apresenta o percurso metodológico utilizado e traz a caracterização do município de Ipuacu, no Estado de Santa Catarina. O primeiro capítulo dedica-se a um levantamento da trajetória histórica e social do grupo Kaingang, especificamente da Terra Indígena Xaçecó, no Oeste Catarinense. O segundo capítulo dedica-se a exterioridade das Políticas Públicas, principalmente para aquela em foco em nosso debate, ou seja, o Programa de Aquisição de Alimentos, sua operacionalização e objetivos concretos. O terceiro capítulo dedicou-se a identificar se as estratégias de desenvolvimento sustentável contidas através das dimensões social, econômica, e ambiental podem ser percebidas pelos sujeitos envolvidos com o PAA. O quarto capítulo diz respeito ao Serviço Social e o seu papel nas políticas públicas, principalmente aquele objeto deste estudo. Por fim, as considerações finais a respeito das questões que a pesquisa aborda.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS: NATUREZA DA PESQUISA

Para compreender a realidade da TIX, o presente trabalho diante da pergunta de pesquisa “Como se estabelece a implementação e operacionalização do PAA, enquanto Política Pública de desenvolvimento local, no município de Ipuacu - SC?, considerando seus pressupostos e objetivos, optou pelo desenvolvimento de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (1994, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na pesquisa qualitativa, pode-se entender por *Campo*, “(...) o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (MINAYO, 1994 p.105). Com relação ao campo da pesquisa este se deu na Terra Indígena Xaçecó, situada no Município de Ipuçu/SC. Conforme Richardson (2009, p. 95) “a escolha de um local adequado de pesquisa e a familiaridade do pesquisador com os membros do grupo são aspectos fundamentais da pesquisa qualitativa”. A Figura 1 mostra a localização da área de estudo no estado de Santa Catarina.

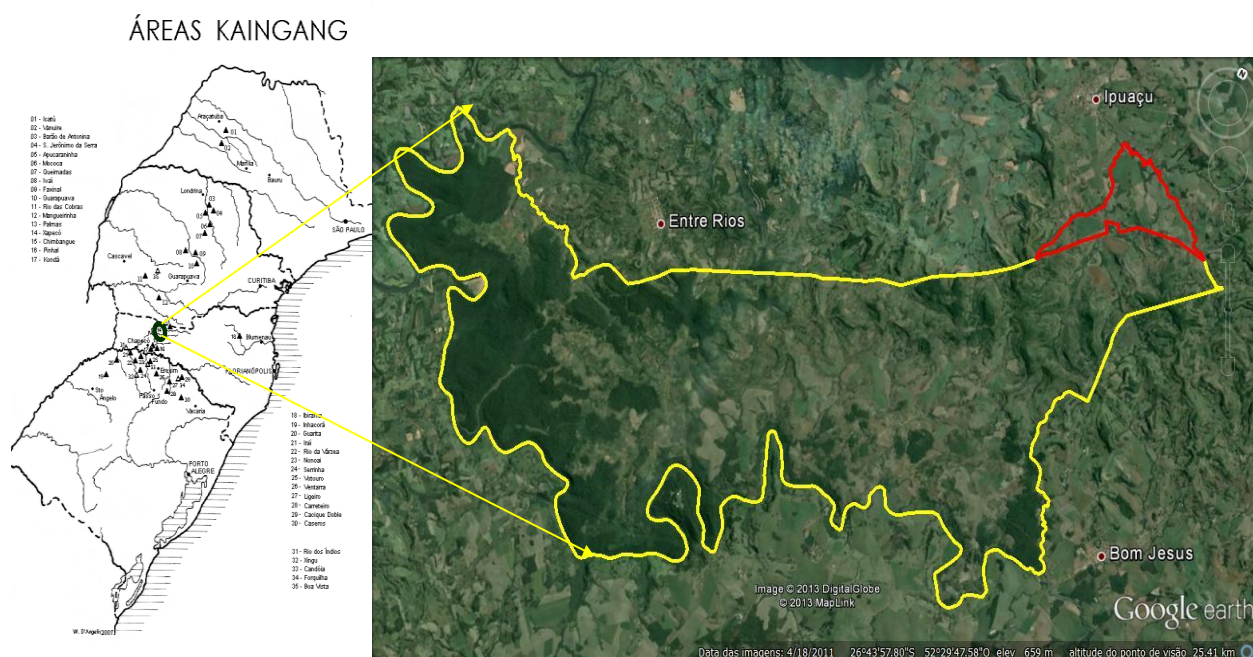


Figura 1 – Localização da Terra Indígena Xaçecó (TIX). Na imagem obtida no Google Maps a parte delimitada em amarelo representa a área atual da TIX e a área em vermelho a parte que está em litígio.

A metodologia deste trabalho envolve o procedimento de estudo de caso qualitativo de pesquisa, empregando-se técnicas de coleta de dados primários e secundários na investigação do problema em estudo, que utilizou os seguintes instrumentos de pesquisa para atingir os objetivos: Análise de conteúdo documental,

revisão de literatura, relatos verbais por meio de entrevista semiestruturada e análise dos dados coletados.

O estudo de caso pode ser definido segundo Gil (2009, p. 59), como:

(...) um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.

A pesquisa qualitativa caracteriza este estudo, pois se buscou identificar as percepções dos sujeitos envolvidos com o Programa de Aquisição de Alimentos e a Ação de Distribuição de Alimentos na execução junto à comunidade indígena da TIX. Para Minayo (1994) na abordagem qualitativa os números são complementares, utilizando-se as interpretações das realidades sociais, tais como: crenças, valores, significados.

1.3 FASES DA PESQUISA

Esta pesquisa em seu primeiro momento realizou a análise do conteúdo documental e a revisão de literatura, a qual subsidiou a pesquisa em campo, considerando os diferentes aspectos referentes ao objeto de estudo que poderiam surgir ao longo da pesquisa.

Para investigar a implementação e operacionalização do PAA e a efetivação das estratégias de desenvolvimento sustentável nele contidas junto à comunidade indígena, também utilizamos da análise documental e a revisão de literatura. Esta análise considerou os documentos de domínio público, documentos oficiais, que foram: Lei de adesão do Município ao PAA, documentos que regulamentaram a operacionalização do PAA, listas de beneficiários, Ata do CONSEA, documentos arquivados na Secretaria de Assistência Social.

Posteriormente foi realizada a pesquisa de campo, e nesta a análise de conteúdo documental e a revisão de literatura foram aplicadas de forma exploratória para atingir o objetivo de resgate da trajetória sócio-histórica dos Kaingang na TIX. Também foi realizada entrevista com uma família indígena que teve experiências práticas na história do processo de ocupação deste espaço, nos permitindo entender

à trajetória histórica dos antepassados deste povo e da própria Terra Indígena Xaçecó. Para isso, aqui pautamos nossa pesquisa em três aspectos: como se deu a demarcação da TIX, como se instalaram os Kaingang ali, como eles se mantêm até hoje neste território.

Para o alcance deste objetivo, também foi considerado a pesquisa de trabalhos recentes, tais como artigos, livros, dissertações, etc. A revisão de literatura subsidiou as análises e conclusões dos resultados de pesquisa.

As técnicas de coleta de dados (...) têm em comum o fato de serem aplicadas diretamente às pessoas. Mas há dados que, embora referentes a pessoas, são obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, que são obtidos de maneira indireta. Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos (GIL, 2008, p. 166).

A pesquisa de campo foi constituída pela visita aos sujeitos envolvidos com o PAA e a Ação de distribuição de alimentos. Visita aos profissionais e às famílias indígenas. Na pesquisa de campo foi realizada entrevistas, semi-estruturadas (com roteiro de entrevista), perguntas previamente elaborada, gravada e transcrita, conforme autorização prévia dos entrevistados.

As entrevistas foram direcionadas aos sujeitos de pesquisa, utilizadas como instrumento de coleta de informações, seguiu um roteiro que norteou as questões aplicadas. Os entrevistados foram os indivíduos relacionados com a distribuição de alimentos na TIX e que executaram o PAA entre o período de 2009 a 2012.

O local para a realização das entrevistas foi indicado pelos entrevistados, para melhor desenvolvimento de suas respostas. Conforme Minayo (1994, p.109-10):

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.

Num terceiro momento foi realizada a análise dos dados coletados e, finalmente com base nos referenciais teóricos e da pesquisa de campo, este trabalho se desenvolveu buscando responder ao objetivo da pesquisa.

1.4 POPULAÇÃO/AMOSTRA

O universo deste estudo corresponde a Terra Indígena Xaçecó, a qual abrange os Municípios de Ipuçu e Entre Rios, contendo dois povos, Kaingang e Guarani. Porém, este estudo se delimitou apenas ao Município de Ipuçu, de etnia Kaingang.

Aqui a análise da amostra se baseou no tamanho da população que contém cada aldeia, sendo que as mesmas compõem-se de 3.987 indígenas, com 997 famílias distribuídas por 09 aldeias da seguinte forma: Aldeia Sede 1.602 habitantes, Olaria 306 habitantes, Pinhalzinho 1.210 habitantes, Serrano 58 habitantes, Serro Doce 104 habitantes, Baixo Samburá 312 habitantes, Água Branca e Barro Preto 285 habitantes, Fazenda São Jose 110 habitantes.

Os sujeitos foram escolhidos, através da amostragem não probabilística de forma intencional. Elegemos para a pesquisa as duas aldeias com maior número de habitantes, Aldeia Sede e Pinhalzinho, e em contrapartida, a aldeia mais distante, a aldeia Barro Preto. Os entrevistados foram às famílias indígenas e a liderança local, o cacique.

Assim, a pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2014 e início do primeiro semestre de 2015. As entrevistas cessaram de ser aplicadas às famílias indígenas a partir da perspectiva de saturação de dados. Segundo Polit e Hungler (1995) a saturação ocorre quando os dados da coleta param de produzir novas informações ou fornecem informações redundantes.

Os sujeitos da pesquisa foram às famílias diretamente atendidas pelo Programa PAA e a Ação de distribuição de alimentos na TIX, liderança Indígena (cacique) e ainda o Gestor do Programa Municipal – Secretaria Municipal da Agricultura; profissional da Secretaria de Assistência Social – Assistente Social; profissional representante da EPAGRI – Engenheiro Agrônomo.

As famílias foram visitadas em seus domicílios e convidadas a participar do estudo. Os profissionais foram visitados em seus respectivos locais de trabalho,

conforme a decisão e vontade dos mesmos. Partindo disso, foram esclarecidos o objetivo da pesquisa, consentindo em participar da mesma e assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), que visa a preservação da identidade e dos dados coletados.

Nesta pesquisa optou-se por manter o estilo coloquial da fala dos sujeitos e os nomes dos entrevistados que foram resguardados, utilizando-se para a identificação das respostas as letras do alfabeto, tais como: A01 – A 18, B01 – B03, C01, entre outras.

1.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos de coleta de dados:

1.5.1 Instrumento de Coleta de Dados

a) Estudo Bibliográfico de Literatura:

Ocorreram levantamentos bibliográficos nas áreas de antropologia, sociologia, das políticas públicas; desenvolvimentos sustentável; serviço social e metodologia.

b) Entrevistas semiestruturadas:

Sobre o instrumental entrevista semi-estruturada, conforme Neto (1994, p. 57):

que vivenciam uma determinada realidade que está (...) A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos/objeto da pesquisa sendo focalizada.

Utilizamos a entrevista semiestruturada, com roteiro de entrevista e perguntas previamente elaboradas. Foram elaborados três roteiros de perguntas para cada sujeito entrevistado (Roteiro de Entrevista – Anexos B,C e D).

1.5.2 Análise dos Dados

A análise dos dados foi desenvolvida a partir do conteúdo das entrevistas da pesquisa de campo.

Após o término da coleta de dados inicia-se o momento de análise e interpretação dos dados.

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos. Para tanto são utilizados procedimentos estatísticos que possibilitam estabelecer quadros, diagramas e figuras que sintetizam e põem em relevo as informações obtidas. À medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa (GIL, 2008, p. 153).

Referente aos dados da pesquisa qualitativa, conforme Minayo (1994), a proposta de análise é de interpretação qualitativa dos dados. Seguindo esta proposta a análise se apresenta através dos seguintes passos: primeiro realizamos a ordenação dos dados obtidos na pesquisa de campo, as informações foram analisadas de acordo com o roteiro aplicado e registradas em relatório, dando ênfase às opiniões, comentários, frases, etc. a partir das entrevistas. Segundo passo foi à classificação dos dados, através das categorias formuladas a partir da coleta de dados. O terceiro passo foi a análise final dos dados, os mesmos foram sistematizados e apresentados na forma dissertativa, como os resultados referentes à problemática estudada e a abordagem teórica “assim, promovemos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática” (MINAYO, 1994, p. 79).

Descritos os procedimentos metodológicos, o próximo item situa o Município de Ipuçu/SC.

1.6 A CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU

1.6.1 O Município de Ipuacu: Aspectos Sociodemográficos

O estudo foi realizado no município de Ipuacu/SC, localizado sob as coordenadas geográficas de: latitude $26^{\circ}37'53''$ sul e a uma longitude de $52^{\circ}27'18''$ a oeste, e uma altitude de 720 metros, situado na região oeste do Estado de Santa Catarina. A área municipal é de 261,391 Km² (Figura 2).



Figura 02 - Localização do Município de Ipuacu no Estado de SC.
Fonte: Google Maps (2013).

O município de Ipuacu, é referência para chegar à Terra Indígena Xapecó, foi fundado em 1992, fica a 540 km da capital Florianópolis, com uma população de 6.802 habitantes (IBGE, 2010), densidade populacional de 26,02 hab/km². A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010, à taxa de 1,05% ao ano, passando de 6.121 para 6.802 habitantes.

Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,57% ao ano, e superior à cifra de 0,88% ao ano da Região Sul. A Figura 3 demonstra estes dados:

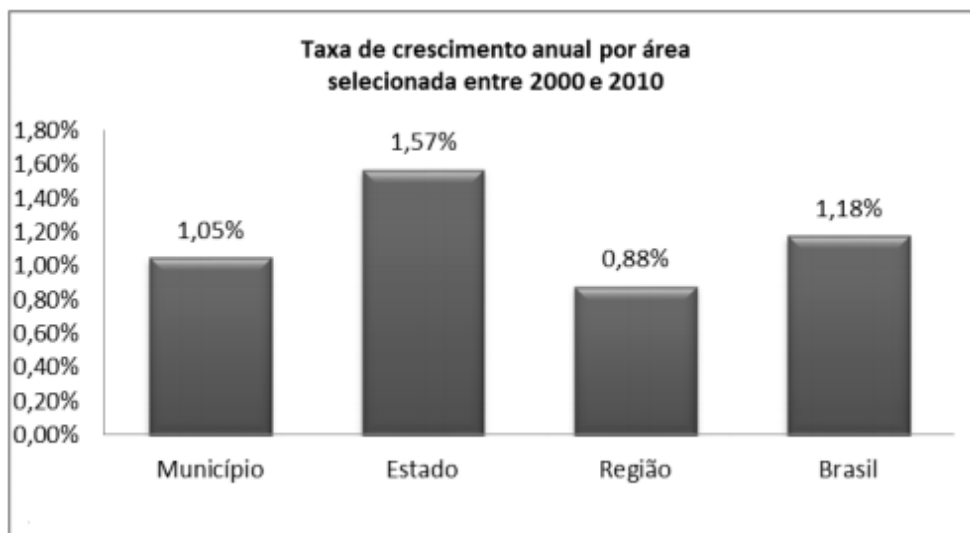


Figura 03 – Crescimento Populacional do Município.
Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE (MDS, 2013).

Ipuaçu é um município indígena. Segundo o censo de 2000, 47,9% de seus habitantes são índios Guarani e Kaingang, etnias estas que habitavam a região desde antes da chegada dos primeiros colonizadores de origem européia, a partir do século XVI. O restante da população é basicamente de origem européia, descendentes de italianos, alemães e poloneses que chegaram à região a partir do século XIX.

1.6.2 Aspectos Econômicos: Produção

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB, apresentado na Figura 4) do município cresceu 101,5%, passando de R\$ 47,9 milhões para R\$ 96,4 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 52,1%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 0,06% para 0,07% no período de 2005 a 2009.

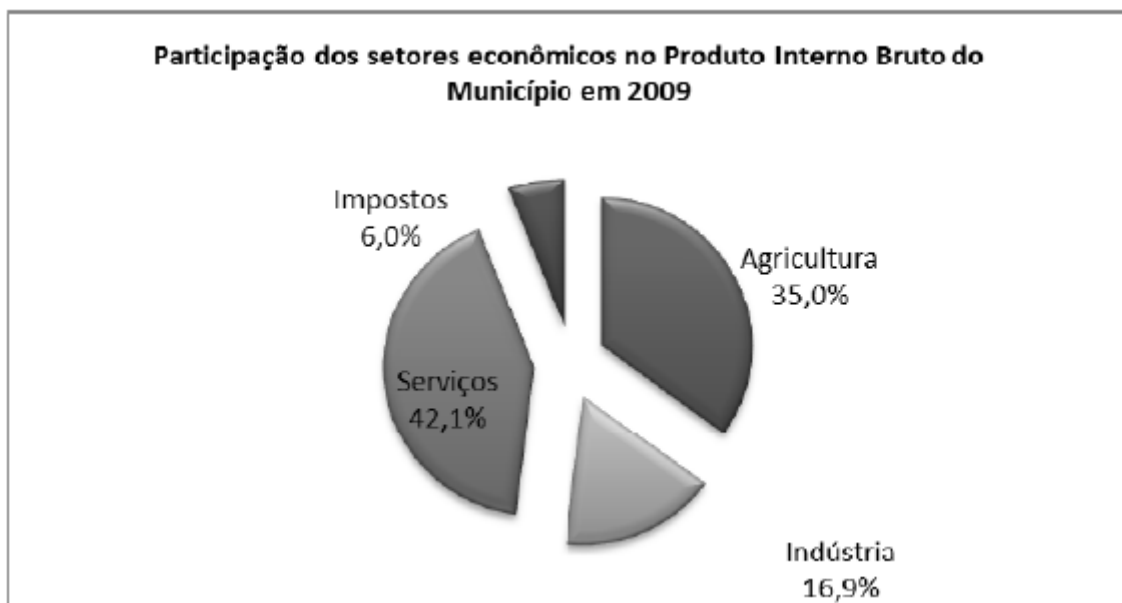


Figura 4 – Estrutura Econômica Municipal.

Fonte: IBGE (2010) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013).

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 42,1% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 16,9% em 2009 contra 6,3% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 6,3% em 2005 para 28,7% em 2009 (Figura 5).



Figura 5– Comparativo do crescimento do PIB Município/Estado de SC.

Fonte: IBGE (2010) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013).

A população não indígena obtém a maior parte da concentração de renda, a qual é predominantemente agrícola voltada para a produção de grãos (Quadro 01) e que está na mão de poucos agricultores.

Quadro 01 – Quantidade total de Alimentos produzidos no Município de Ipuacu/SC

Produtos	Quantidade Toneladas	Referência
Quantidade Produzida de arroz	16	2011
Quantidade produzida de feijão	1.270	2011
Quantidade produzida de milho	15.000	2011
Quantidade produzida de trigo	4.800	2011
Quantidade produzida de café	0	2011

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013).

1.6.3 Caracterização Demográfica da Extrema Pobreza no Município

Conforme dados do Censo IBGE 2010 (Figura 6), do total de 6.798 residentes da população extremamente pobres do município, 1.022 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 15,0% da população municipal encontram-se nesta situação. Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 19,2% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural (23,9% da população na extrema pobreza na área rural contra 0,6% na área urbana).

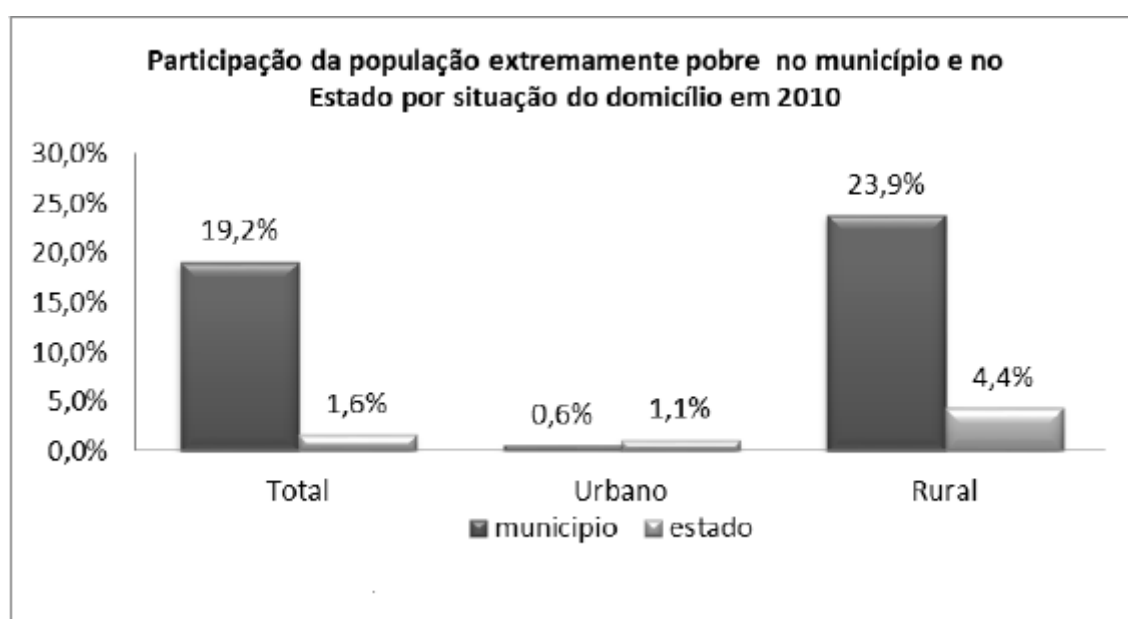


Figura 6– Comparativo da % da população extremamente pobre do Município.

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013).

O Censo também revelou que no município havia 133 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 03 anos e 77 na faixa entre 04 e 05 anos. O grupo de 06 a 14 anos, por sua vez, totalizou 285 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 78 jovens nessa situação. Foram registradas 9 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 56,2% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos (Quadro 2).

Quadro 02 – População de extrema pobreza por faixa etária no Município.

IDADE	QUANTIDADE
0 a 3	133
4 a 5	77
6 a 14	285
15 a 17	78
18 a 39	279
40 a 59	159
65 ou mais	09
TOTAL	1.022

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013).

Ainda com relação ao percentual da população extremamente pobre por faixa etária, segundo os dados apresentados pelo MDS (Figura 7), o que chama a atenção do total de pessoas extremamente pobres no município, 531 são mulheres (52,0%) e 491 são homens (48,0%). Este dado representa que as mulheres são responsáveis pelo grupo familiar. Além disto, é possível afirmar que está no papel da mulher a administração e a distribuição dos rendimentos da família.

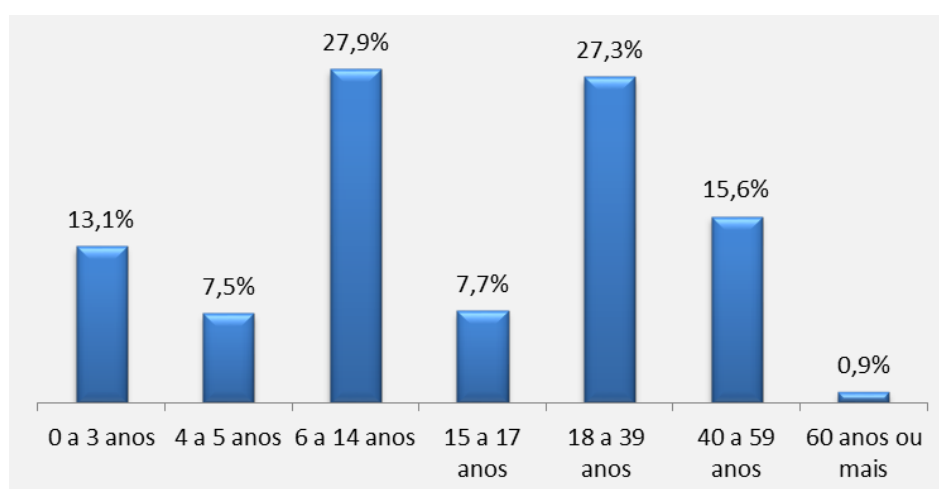


Figura 7 – Percentual da população extremamente pobre por faixa etária. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013).

Quanto à questão de raça ou de cor (Quadro 3), do total da população em extrema pobreza do município 73 (7,1%) se classificaram como brancos e 60 (5,9%) como negros. Dentre estes últimos, 07 (0,7%) se declararam pretos e 53 (5,2%) pardos. Outras 889 pessoas (87,0%) se declararam amarelos ou indígenas. O quadro a seguir demonstra o panorama geral de toda a população do Município e também o percentual dos extremamente pobres na zona urbana e rural:

Quadro 03 – Classificação da população e dos extremamente pobres na zona urbana e rural.

População Branca	2.564	2010
População Preta	119	2010
População Amarela	16	2010
População Parda	663	2010
População Indígena	3.435	2010
Percentual da população Urbana em Extrema Pobreza	0,58%	2010
Percentual da população Rural em Extrema Pobreza	23,87%	2010
Percentual da população Total em Extrema Pobreza	19,15	2010

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013).

No tocante a questão de moradia e saneamento básico (Figura 8), dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que 130 pessoas extremamente pobres (12,7% do total) viviam sem luz, 472 (46,2%) não contavam com captação de água adequada em suas casas, 974 (95,3%) não tinham acesso à rede de esgoto ou fossa séptica e 986 (96,4%) não tinham o lixo coletado. Quanto às moradias, 721 pessoas extremamente pobres (70,5% do total) não tinham banheiro em seus domicílios. 822 (80,4%) não tinham em suas casas paredes externas construídas em alvenaria. Esse conjunto de informações caracteriza um sistema primário de saneamento básico caracterizado por situações de vulnerabilidade tanto humana quanto ambiental.

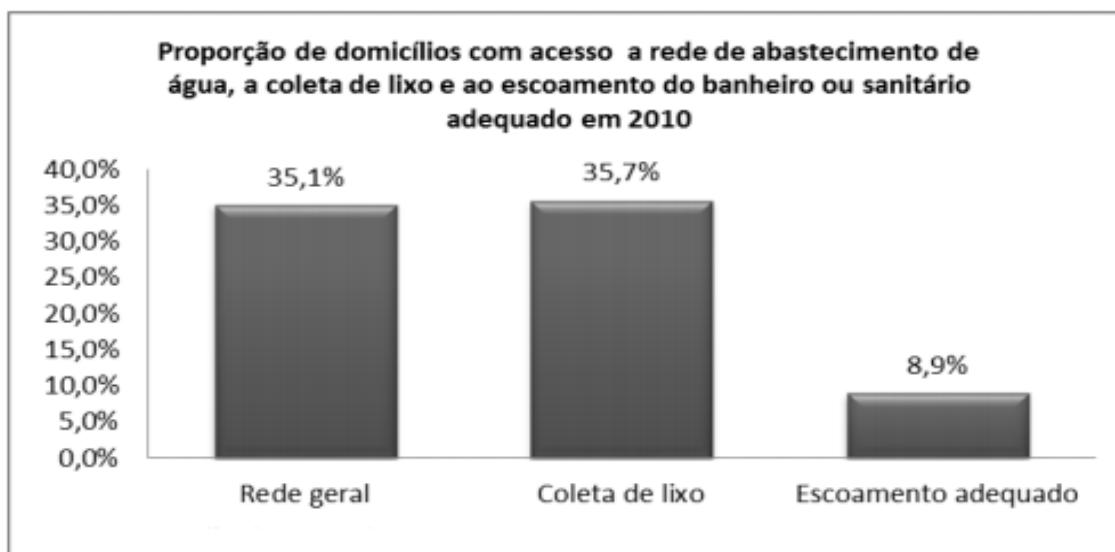


Figura 8– Porcentagem de domicílios com acesso a saneamento básico no Município.
Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010/IBGE. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH) é de 0,716, médio (PNUD, 2000). É importante ressaltar que esses dados contemplam a população indígena e a população não indígena do município. Não existem dados sobre renda *per capita*, densidade populacional, IDH ou outros indicadores apenas da população indígena. Mesmo porque estes indicadores não contemplam a especificidade dessa realidade.

Partindo de Ipuauçu para chegar a Terra Indígena é preciso percorrer apenas alguns km, boa parte das estradas é de terra.

REFERENCIAS

Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988 **BRASIL. Constituição (1988)**. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

GIL, Antônio C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª Ed. – 13 reimpr. – São Paulo:Atlas, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-375

LEFF, Henrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Henrique. Epistemologia ambiental. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maia C. de Souza, et. Al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 20ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: OGLIARI, Celso, E. O Passado Presente: **Etnias e Construção Histórica em Ipuacu**. Ipuacu/SC: News Print, 2002.

OLIVEIRA, F. Vulnerabilidade social e carência de direitos. In: SEMINÁRIO INTEGRAÇÃO SOCIAL, Brasília, 13-14 out. 1994. Documento preparatório para a Cúpula do Desenvolvimento Social de Copenhague. Brasília: Ministério das Relações Externas, 1995.

OLIVEIRA, Marcelo L. R. de. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA : doação simultânea. Viçosa, MG: Os Autores, 2012. 31p. : il. ; 21cm.

POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. - Fundamentos de pesquisa em enfermagem. 3. ed., porto Alegre, Artes Médicas, 1995. 391p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e ética: para onde ir a América Latina? Estratégias de desenvolvimento nacional na era da globalização. In: SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo, C. O Papel das Políticas públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2002.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008.

CAPITULO 1

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: A TERRA INDÍGENA XAPECÓ/SC.

Com o objetivo de efetuar um levantamento da trajetória histórica e social do grupo Kaingang, especificamente da Terra Indígena Xapecó, no Oeste Catarinense, este trabalho foi desenvolvido buscando caracterizar aspectos relativos à cultura e identificar as condições socioeconômicas deste povo. Este trabalho não pretende esgotar a realidade estudada, haja vista sua extensão e complexidade.

É sabido que o povo indígena brasileiro ao longo do processo histórico e sócio-político foi perseguido, segregado e massacrado em nome do “desenvolvimento econômico”. Retórica vivenciada no Estado de Santa Catarina e nas Terras Indígenas do Oeste em que se localiza a Terra Indígena Xapecó, no Município de Ipuação/SC. O marco de seu decreto legal, se deu em 1902, quando da instalação da Colônia militar, em Xanxerê (1882):

Referindo-se à resistência Kaingang, (...) em 1867 apesar dos meios persuasivos e rigorosos postos em prática para fazerem parte dos aldeamentos, ainda habitavam as matas, levando a vida que lhes era própria e sempre em guerra com seus conterrâneos. (...) Posteriormente, quando da abertura da picada para a instalação da linha telegráfica, inaugurada em 1893, terão contato também com os kaingang (...) ao se efetuado o pagamento aos Kaingang pelos serviços prestados, o Cacique Vankre recusou o dinheiro, preferindo terras, mais especificamente a área entre os rios Chapecó e Chapecozinho. Estando a área sob jurisdição do Paraná, coube ao governo daquela Província, através do Decreto nº 7, de 31 de dezembro de 1902, delimitar a área pleiteada (OGLIARI, 2002, p. 45-46).

A escolha da TIX de Ipuação/SC, como local objeto da pesquisa deveu-se por vários fatores, dentre eles o de ser a maior Terra Indígena do Estado de Santa Catarina (Figura 9).



Figura 9 - Mapa total da TIX em Ipuauçu/SC (imagem de satélite).
Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2013).

Neste território vivem, além dos Kaingang (Município de Ipuauçu), dois pequenos grupos de Guarani Mbya e Xetá (Município de Entre Rios).

Conforme Almeida (2013), a concentração dos povos indígenas no sul do país deve-se a hipótese de que esses povos buscavam um relevo geográfico parecido com o seu habitat originário.

Assim, o certo é que as pesquisas arqueológicas indicam que os Jê Meridionais (Kaingang e Xokleng) deslocaram-se do Brasil Central (nascentes do Rio São Francisco e Araguaia) em direção à região Centro-Sul estabelecendo-se nas regiões hoje conhecidas como estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, além da província de Misiones, na Argentina, aproximadamente por volta de 3 mil anos. (MOTA apud ALMEIDA, 2013, p. 87).

Para melhor ilustrar esta concentração dos povos pertencentes ao tronco Macro-Jê, incluindo os Kaingang apresenta-se a Figura 10, que contém o mapa que retrata o deslocamento para a região sul do país, “(...) formando um corredor de povos em que os Kaingang aparecem como povo marcante (...)”. (ALMEIDA, 2013, p. 87).

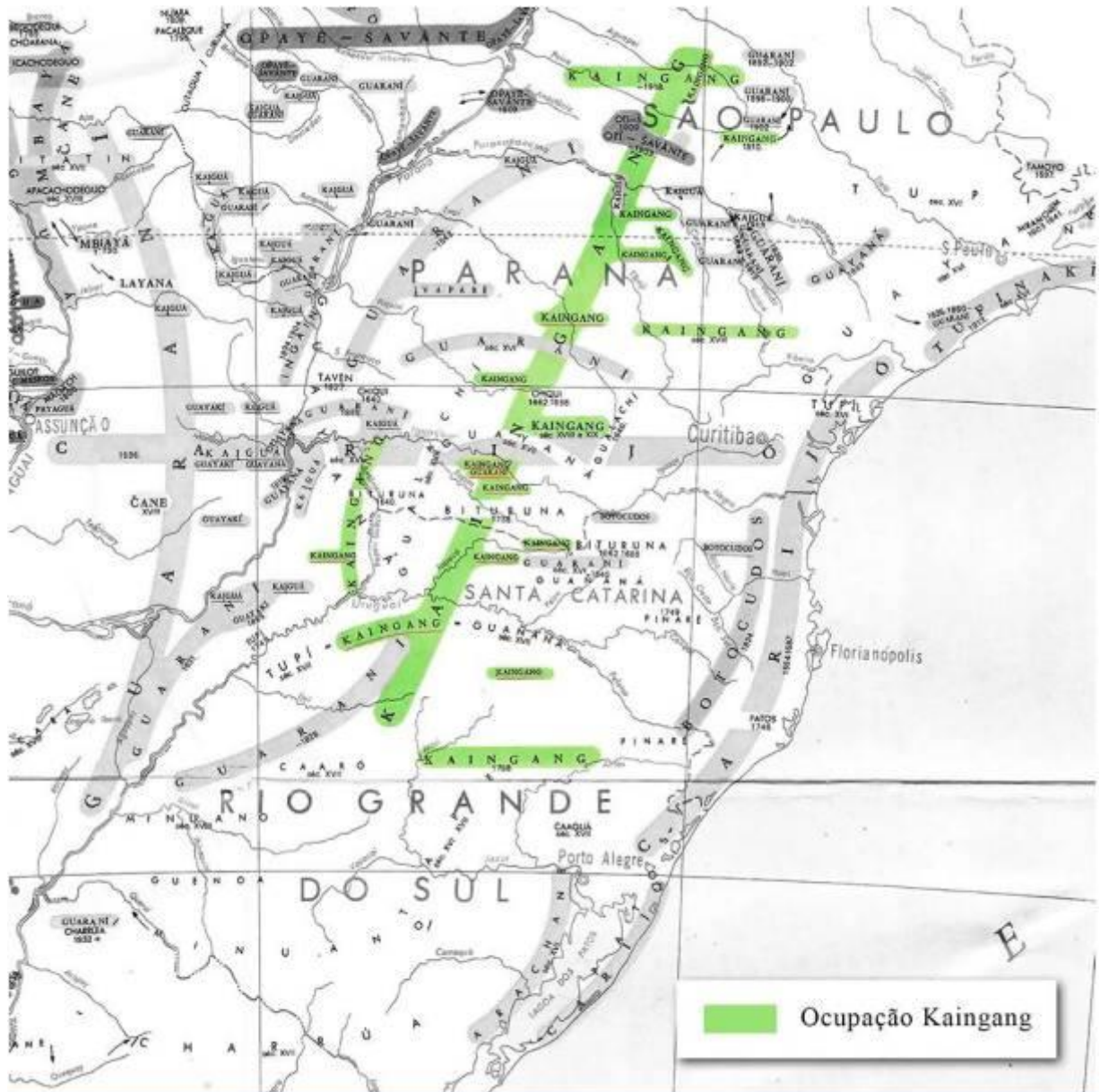


Figura 10 – Mapa da ocupação Kaingang no Brasil meridional.
 Fonte: adaptado de IBGE (1981).

Conforme Almeida (2013), segundo informações do Censo Demográfico do IBGE de 2010 o povo Kaingang pode ser considerado o grupo étnico mais numeroso no Brasil Meridional. Quanto ao hábito de vagar por lugares diferentes, não caracteriza os costumes kaingang, ou seja, foram as circunstâncias que obrigaram este povo a se instalar em diferentes espaços, conforme podemos observar no mapa acima.

Dessa maneira, os kaingang fixaram-se na Região Meridional e apenas se deslocavam de uma área para outra, em caso de conflito

interétnico, pois o perdedor devia retirar-se. (...) eles foram-se expandindo sem abandonar seus territórios tradicionais já ocupados, com exceção daqueles que lhes foram expropriados pelos colonizadores no passado. (ALMEIDA, 2013, p. 102).

Segundo o Instituto Socioambiental dentre as 150 línguas indígenas existentes hoje no Brasil, suas semelhanças e diferenças revelam origens entre si e processos de diversificação presentes ao longo do tempo. As diferenças e semelhanças entre as línguas são classificadas pelos especialistas em estudo das línguas (linguistas) em troncos e famílias linguísticas. No Brasil há dois grandes troncos que representam às línguas indígenas, o Tupi e o Macro-jê.

A língua falada pelo povo Kaingang pertence à família “Jê” do tronco macro-jê.

Os Kaingang e os Xokleng, juntos representam 50% dos falantes das línguas Jê. São, também, a mais numerosa das sociedades jê. Ocupam três dezenas de áreas indígenas que se espalham entre o oeste paulista e o norte-noroeste do Rio Grande do Sul, incluindo o Paraná (norte, centro e sudoeste) e o Oeste catarinense. Destaque-se que a região que encerra as áreas de Guarita e Nonoai (no norte rio-grandense), Xapecó e Chimbanguê (no oeste catarinense), Palmas e Mangueirinha (no sudoeste paranaense), concentra 50% de toda a população Kaingang estimada no total, em cerca de 29 (hoje 37.470) mil pessoas. (VEIGA, 2006, p. 37).

O diagrama abaixo (Figura 11) apresenta os dialetos do povo Kaingang em torno da Região Centro Sul, bem como seus grupos.

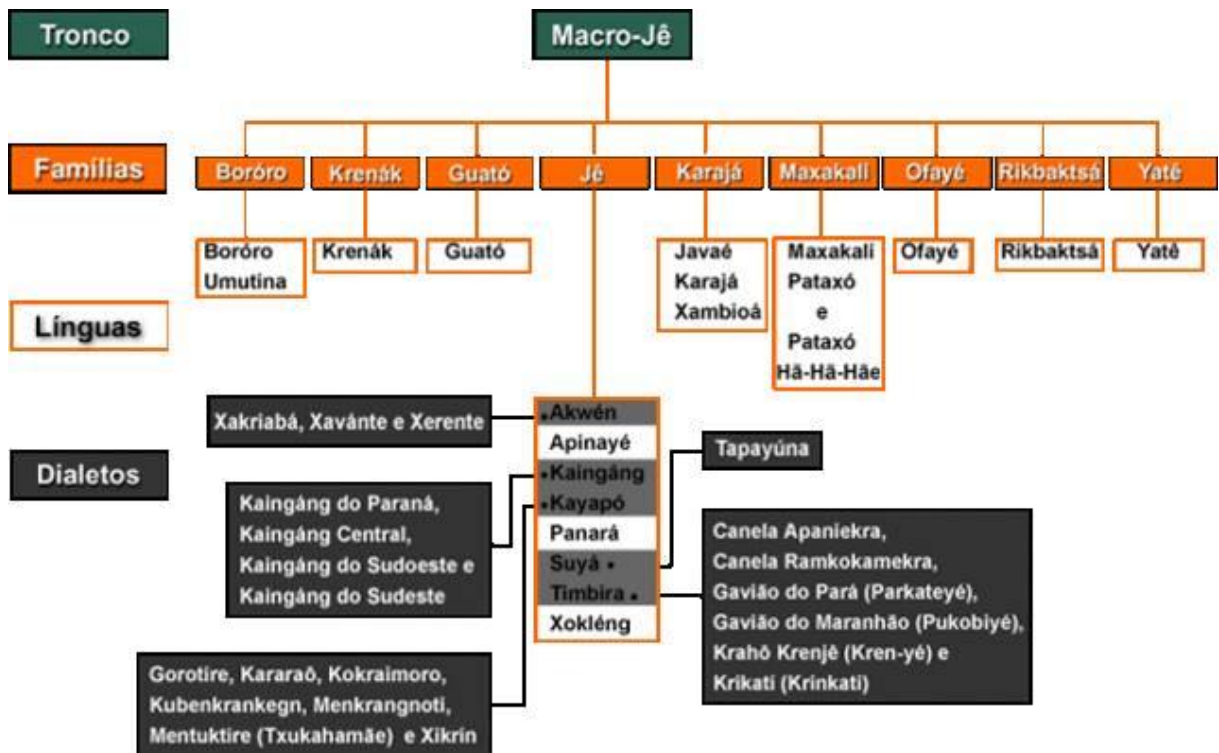


Figura 11 - Diagrama representando as línguas brasileiras dos grupos Macro-Jê presentes no Brasil Mapa total da TIX em Ipuacu/SC (imagem de satélite).

Fonte: Instituto Socioambiental, 2015.

1.2 ORIGEM KAINGANG: CONSTRUÇÕES SOCIAIS NO OESTE CATARINENSE

Diante dos estudos em torno da origem do povo Kaingang existem alguns mitos que explicam a formação e a origem dos mesmos, apesar de não serem muitos os relatos em torno da origem do povo, o mais conhecido e extenso é de Telêmaco Borba, citado por Veiga (1992), o qual ouviu os relatos do Cacique Araxó na região de Tibagi, e a partir deste, outros autores se baseando no relato de Borba analisaram a formação e origem do povo Kaingang.

Entre os mitos de origem todos se entrelaçam, haja vista que mesmo as histórias tendo um foco diferente sempre acabam voltando para a formação dos dois grupos que formaram o povo, Kamé e Kairu. Estas metades exogâmicas patrilineares ou sistema cosmológico dualista, metades Kamé e Kairu, conforme Almeida (2013), estudiosos definem esta organização dualista como sendo característica principal nas sociedades indígenas Jê.

Os Kaingang, como outros grupos da família linguística Macro-Jê, organizam sua sociedade em metades exogâmicas, (...) que mantém entre si relações assimétricas e complementares, (...) a cada uma

dessas metades corresponde uma “marca” – pintura facial usada durante o ritual do *Kiki* -, (...) riscos para os *Kamé* e pontos para os *Kairu*. (NACKE et al., 2007, p. 35).

Os relatos mitológicos tanto de Borba como outros autores dentre eles Schaden (1953) e Santos (1949) (*apud* VEIGA, 1992) não trazem a formação do mundo ou a criação das pessoas, mas sim, relatam uma forma de convivência em sociedade, a constituição do casamento e as alianças entre as partes que constituíram a formação do povo Kaingang. Assim Veiga (2006, p.80) refere:

O aspecto fundamental da organização social dos Kaingang é a divisão nas metades exógamas KAMÉ E KANHURU, que se opõe e se complementam (...). As metades Kaingang não são espacialmente localizadas, isto é, não implicam em “posições” definidas da moradia no espaço geográfico da aldeia.

Nessa organização de sociedade relatado no mito de origem do grupo em questão, encontram-se as metades exógamas, estas ainda no relato de Borba, percebe-se que o mito deixa algumas diferenças específicas entre as duas metades que formam o povo Kaingang. De acordo com Nimuendaju (1982, *apud* VEIGA, 1992), as metades exógamas são expressadas por marcas ou pinturas corporais. Baldus (1937, p. 44 *apud* VEIGA, 1992, p.16) apesar de não citar nomes para as metades afirma que os membros de uma metade, só podem casar-se com os membros da outra”. Essas marcas citadas por vários autores são distintas, sendo um grupo com marcas redondas e outro com marcas compridas. Na verdade, as metades na mitologia são a personificação do sol e da lua, já que de acordo com Nimuendaju (1913, p. 61 *apud* VEIGA, 1992, p.68) os Kaingang afirmam que o sol é Kamé e a Lua Kairu.

Assim outros autores reafirmam a existência dessas duas metades que constituem o povo Kaingang. Em outros relatos mais diretos as metades são denominadas de grupos, cada um com um chefe, sempre escolhido pela hereditariedade.

A organização social dos Kaingang é baseada na patrilinearidade, ou seja, a descendência é contada em linha paterna. Veiga (1992) traz vários relatos de diferentes autores para tentar explicar e justificar essa patrilinearidade na formação Kaingang. Todos os relatos dos autores citados deixam claro que os Kaingang são patrilineares, de acordo com Teschauer (1927, p. 68 *apud* VEIGA, 1992. p.26) a

criança devia existência exclusivamente ao pai, assim era a condição do pai que passava aos filhos.

Assim, Veiga (2006) reflete sobre o fato de que todas as fontes obtidas são concordantes em atribuir a herança por linha paterna a identificação social do indivíduo, sendo que em todos os relatos é forte a presença da patrilinearidade. Veiga (2006, p. 81) ainda relata que “os Kaingang, ao contrário dos Kayapo, por exemplo, não admitem a existência de mais de um genitor. Ter a paternidade reconhecida é fundamental para se adquirir um nome Kaingang e um lugar social”.

O estudo da sociedade e organização Kaingang é muito abrangente, as regras de convivência na sociedade é referenciada por diversos autores, no que diz respeito à residência e moradia dos Kaingang, alguns autores mais objetivos como Borba e Frei Cimitille (*apud* VEIGA, 1992) descrevem que o homem só pode casar após os 18 ou 20 anos, e assim que o faz, agrega-se a família da esposa, e paga com seu trabalho, sendo independente apenas quando ficar mais velho. Em caso de divórcio a mulher fica com os seus parentes até que encontra um novo esposo e o homem volta para a sua família de origem.

Veiga (1992) em suas análises aponta que todos os autores se limitam a afirmar a regra da residência, mas não trazem exemplos mais específicos sobre o assunto, e que a maioria dos autores apenas reproduzem o que Telêmaco Borba já havia relatado.

No que diz respeito à posição da mulher no casamento e na sociedade Kaingang, o assunto não é tratado diretamente, mas a partir de alguns relatos pode-se fazer uma reflexão sobre essa questão.

Segundo Cimitille (1882, p. 281, *apud* VEIGA, 1992, p.33) nas cerimônias pelos mortos as mulheres “sentam detrás dos homens”. Porém no que se refere ao tratamento com as mulheres Ambrosetti (1895, p. 323, *apud* VEIGA, 1992, p. 34) os maridos são carinhosos tanto com os filhos como com suas esposas, sendo que suas esposas tomam partido por seus esposos e em momentos de conflitos intervêm para ajudar o marido.

Santos (1949, p. 01, *apud* VEIGA 1992, p. 36) também descreve sobre a convivência entre marido e mulher na sociedade Kaingang, relata que o marido nunca toma nenhuma decisão sem consultar sua esposa, considerando a opinião da mesma, principalmente no que diz respeito aos negócios.

A mulher Kaingang também é responsável por conflitos entre grupos Kaingang, sendo que a maioria dos conflitos entre os grupos ocorrem muito mais por rapto ou posse de mulheres, do que por invasão de terras. Porém apesar de vários relatos Veiga (1992) comenta que ainda são poucas as pesquisas que tornem mais claro a situação e a vida da mulher na comunidade Kaingang.

Outro ponto relevante é a questão da poligamia Kaingang, pois de acordo com Borba (1908, p. 11, *apud* VEIGA, 1992, p. 54) os índios Kaingang casam-se com quantas mulheres quiserem o receber, mas normalmente não passam de quatro a seis. Já Baldus (1937, p. 41. *apud* VEIGA, 1992, p. 55) afirma que os Kaingang da região de Nonoai e Palmas sempre foram monógamos. É interessante ressaltar que devido ao envolvimento com a sociedade monogâmica à poligamia já não pode mais ser observada, haja vista que os costumes e a vida Kaingang sofreu mudanças expressivas que se manifestaram após o contato com a sociedade não indígena.

Assim a partir de Veiga (1992) que analisou relatos de diferentes autores, podemos destacar que a monogamia é recente entre os Kaingang, haja vista que muitos dos relatos trazem a poligamia como a prática mais usada entre os primeiros Kaingang estudados.

A Religião e a política também são temas relevantes para se entender a forma de organização dos Kaingang, haja vista a importância que ambos assuntos têm na formação de qualquer sociedade. Um dos aspectos mais apresentados por todos os autores é a autoridade do cacique e o poder político deste entre os Kaingang. Konigswald (1908, p. 10, *apud* VEIGA, 1992, p. 63) registra ainda no início do século XX que o cacique escolhido traz consigo outros com cargos de privilégios e este deve ser escolhido pela sua valentia.

Autores como Borba (1908, p. 7, *apud* VEIGA, 1992, p. 63) trazem que a autoridade do cacique quase sempre é nula, pois apesar de estarem voltados para a direção do cacique, este nem sempre consegue manter seus súditos ao seu lado, pois deve agradar a todos e quando não o faz acaba perdendo de certa forma a autoridade, sendo que os próprios parentes o isolam quando acham que este está sendo pouco liberal e não está os agradando da forma como gostariam.

A religião é pouco comentada e decifrada pelos autores, alguns como Baldus (1947, p. 46, *apud* VEIGA, 1992, p. 65), trazem que entre os Kaingang de Palmas,

nas festas dos mortos cada metade tem um cantador, porém não explica sobre a forma de religião e nem sobre a constituição de tal crença.

Assim é importante ressaltar que os autores se dedicaram mais a aprofundar seus estudos em torno da questão política Kaingang, sendo a religião pouco citada e deixando várias lacunas que necessitaria de um estudo mais aprofundado para compreendê-la. Veiga (1992) reflete também sobre o fato de o cacique não ser escolhido pela hereditariedade, mas sim pela sua capacidade de persuasão, e liberalismo, sendo muito importante dentre os Kaingang que ele seja generoso e saiba agradecer os Kaingang da área na qual é liderança.

Para entendermos a construção social do povo Kaingang é indispensável compreender as construções sociais no oeste catarinense, entendendo que a questão de territorialidade é a marca do tema indígena. Compreendendo que o Oeste teve sua constituição e colonização mais tarde do que outras regiões do país e que sua extensa área de terras tardou a ser “descoberta e ocupada” deve-se abrir um questionamento sobre como se deu o encontro entre os moradores que já estavam na região, ou seja o povo Kaingang, com os fazendeiros e “desbravadores” que aqui chegaram com o objetivo de ocupar as terras de fronteiras do Oeste Catarinense. Renk (2007, p. 19), menciona que “os registros da época apontam a ‘falta de tudo’: de viveres, de estradas e de habitantes. Ora, traduza-se a falta de habitantes com o significado de que aos indígenas não cabia o estatuto de humanidade”.

Sobre como era aquela época, uma das pessoas mais idosas desta Terra Indígena recorda o tempo antigo, de como era esta reserva, como era a vida dos primeiros índios, e como é a vida deles hoje.

Aquela época da minha vida quando eu era, tinha 5 ano quando me vi, que era, já sabia as coisa né, aqui era pinhal, pinhalão, criação. Era bão, era bão aquele tempo. Era bão e não era bão também, né, porque nois sofria sem casa né, nois tirava madeira, pros pai quando pode faze casa de madeira, pa nois, hoje nois não, nois podia reclamar, ma ta bão, ta bão (...) não, antigamente tinha mais erva, tinha peixe, nois tinha fruta, nois tinha tudo, o que a gente lavava, as vez a gente ia no mato só chupa, não lavava, hoje lava, a fruta e ainda faz mal (Entrevista “A01”)⁶.

⁶Entrevista concedida pela Respondente A 01. Entrevista I. [Dez. 2014]. Entrevistador: Cristiane Golembieski. Ipuçu, 2014.

1.3 OCUPAÇÃO E CONFLITOS NO OESTE DE SANTA CATARINA

A povoação do oeste se deu através das conquistas dos campos de Guarapuava em 1836, seguido de Palmas em 1839, sendo que em 1880 foram instaladas as colônias militares, de Chopim ao norte dos campos de Palmas e de Chapecó ao sul, tendo como objetivo de acordo com o decreto 2.052/1859 defender os habitantes e as fronteiras, e impedir a invasão dos índios, bem como catequizá-los. Assim o povo indígena não foi respeitado, pois, não se levou em consideração nada da sua história e vivência nas terras as quais foram tomadas e apropriadas por fazendeiros através de concessão. Levando em consideração todo esse processo de apropriação de terras no oeste catarinense, sendo que com o decreto 1328/1854, foram realizados 89 registros de terras só entre 1855 e 1856, esses registros eram classificados como, posse, compra ou cultura.

Com o fim da guerra do contestado e o acordo de limites das terras que estavam na área contestada, Santa Catarina, passou a assegurar suas terras com a criação de quatro municípios, sendo eles, Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó. O processo de colonização trouxe para o oeste muitos colonizadores, descendentes de italianos e alemães que acabaram possuindo monopólio das terras, e conseqüentemente, despojaram tanto os indígenas como os caboclos que viviam na região, esses que até então viviam com a sua forma de vida, com a chegada dos colonos passaram a ser intrusos e a viver em áreas mais elevadas, de difícil acesso, e que não eram de interesse dos novos colonos. A respondente “A” relembra de como era o trabalho na terra, de como os índios costumavam fazer suas lavouras, o plantio e a forma de trabalho desenvolvido:

O trabalho na lavoura era bão, o índio fazia multirão, se ajudava, dois dia pra cada um, porque tinha capoeira tudo né, hoje não tem. Sabe porque que a gente não tem? A semente ta cara, não da se você não colocar veneno não da feijão, num ponha alguma coisa pra crescer não da sem adubo (...) (Entrevista “A01”).

Desse modo, um povo que vivia em liberdade, sem limites de terras, teve com o processo de colonização se limitar a viver em pequenos territórios, chamados de Terras Indígenas. Os próprios Kaingang da região oeste do Estado de Santa Catarina vivem em terras que tradicionalmente são do seu povo, todavia num espaço bem inferior ao que viviam antes da colonização.

Quando retiraram esse pinhal ali, esse pinhalão (gesto com as mãos), daí nois caminheimo, nois saimo pra Brasília, se não nois não tinha mais essa terra, ai já tava tudo no chão fizeram quinze casa so, casa sem goivo, sem saraio, sem sarapiado pra nois disque...Ma não apareceu as casa. Apareceu aqueles la né, mas sem goivo, sem nada, daí era tudo assim malemal sabe? Daí fomo pra Brasília paro um pouco de desmatação, daí nem nois, de certo aproveitaram, sei la, e daí o caso foi assim ó, não foi aproveitado nossa terra de madeira né. (alvorço) Meu Deus, meu Deus, meu Deus, queria que tu vesse nois ajuntar pinhão aqui ó, é nois vivia ajuntando pinhão. E hoje se quise pinhão tem que compra. Eu não comi pinhão esse ano, por Deus, não tinha (Entrevista "A01").

Para Nacke (2007, p. 38) “a concepção Kaingang de território ultrapassa evidentemente as fronteiras das terras a eles destinadas pelo Estado brasileiro”. Com isso os indígenas Kaingang ao longo de todo um processo estão buscando retomar seus territórios tradicionais.

É com a criação das reservas indígenas que surge a figura do chefe de Posto indígena, o qual não é indígena e é o responsável por assegurar a política indigenista no Estado brasileiro. Em alguns momentos como é exemplo na TIX, as lideranças indígenas se associam a esses chefes, para obter renda extra, e privilégios, criando discórdia e conseqüentemente descontentamento que leva aos Kaingang a fazerem inclusive alianças políticas, que de certa forma trazem transformações e consequência para a sociedade indígena. Um bom exemplo que pode evidenciar melhor a figura do chefe do posto dentro da reserva indígena é o que aconteceu em 1949 quando por interesses regionais transferiu-se indígenas que se encontravam no Toldo Imbu, dentro dos limites de terras definido pelo decreto nº 7 de 31 de dezembro de 1902 que instituiu os limites de terras do aldeamento de Formigas com aproximadamente 50 mil ha de terras, para outro aldeamento, agindo com violência (NACKE, 2007, p.40).

No entanto esse modelo criado pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), de juntar as famílias Kaingang em um único espaço, como é na reserva, não agradou a todos os Kaingang que entraram em desentendimento, pelo pouco espaço, casas próximas, e a criação de animais soltos, porém com o tempo, a disposição espacial foi sendo melhor aceita, principalmente pelo fato de estarem mais próximos de médicos, escolas, e até mesmo a acessibilidade para empregos temporários, acabaram por agradar os indígenas. A Entrevistada “A01” menciona a formação e organização da comunidade e sua visão a respeito.

Era espalhado, uns moravam aqui, nois já né porque eu, daí meu pai nasceu em Ambu, já tinha lá também índio na área indígena né e aqui também, depois lá no posto nois dizia Jacu, la o nome dele é Jacu (atual Aldeia Sede), depois aqui no lageado, no Lageado Grande que diz o Ipuacu agora, morava um ali dos Mizalirio, o vô morou eu vi o vô morar. Planto amendoim, planto de tudo, depois lá na cidade (barulho de motocicleta) depois foi espremido. Essa mudança...era bão aquele tempo, bem bão, tudo estraviado né, não era, agora tamo espremido né, não tem muito lugar de ponha casa, tamo tudo esprimido, lá (problema com a fala), contada as casa tudo, era gostoso de ver né, era gostoso né, hoje a gente agradeceu hoje por causa da saúde, vamo agradecer, eu agradeço, porque tão cuidando nois, tão cuidando bem nois agora, porque aquele tempo nois vivia a custa de nosso cha né, e nois sarava, melhorava, sarava, febre tudo né, e hoje, hoje a gente toma três dias o nosso cha não cura parece que a gente... porque, sabe porque que não cura a gente não faz bem, porque nois temo uma doença muito estranho já é, eu fiquei com dor de garganta tomei meu pariparoba, era meu remédio né, uma semana não, parece que não adiantava, daí eu disse Ana o meu remédio já não tá me adiantando fia, pois é ela disse mãe viu como ocê mesmo diz que tá que a doença tá estranha agora botei toma antibiótico, (risos) é daí consultei, mas sarei daí.

Nacke et al (2007, p.45), dispõe sobre o fato de “os núcleos apresentaram um crescimento populacional que passou a demandar obras de Infraestrutura que não foram realizadas”, o que provoca agravantes na própria saúde dos índios. A energia elétrica ainda é restrita as casas indígenas, sendo que para a maioria a energia elétrica é gratuita, e isso acontece na TIX, pelo fato das linhas de transmissão passarem pelas terras da reserva.

Os espaços de lazer e de serviços sociais são bem definidos, principalmente na Aldeia Sede, onde encontram-se o centro político-administrativo da TIX, Escola Cacique Vanhkré, com ginásio coberto, comércio, campo de futebol, e igrejas que começaram a se estabelecer na aldeia a partir de 1980. No entanto no que diz respeito às igrejas Veiga (2006, p. 77) expressa que “um dos principais obstáculos a manutenção da própria cultura Kaingang são, atualmente, as seitas pentecostais, que fazem proselitismo religioso dentro das áreas indígenas”. A seguir, a Figura 12, Foto 01 mostra a Aldeia Sede em seu início de formação da maior aldeia que a TIX possui hoje. No registro, apesar de mostrar a pequena formação de aglomerado de casas, escola, e centros de cultura e lazer recentes na época, já se pode observar que a mata nativa presente é fator raro e escasso.



Figura 12 - Aldeia Sede. Terra Indígena Xaçecó – Ipuaçu/SC).
Fonte: arquivo pessoal do autor, 2000.

Nacke et al (2007) relata sobre as condições de sobrevivência dos indígenas, haja vista, que devido às alterações no ecossistema local, são bem difíceis, sendo extinto praticamente os recursos naturais, provocando mudanças profundas na vida dos Kaingang.

Referente à exploração dos recursos naturais a Respondente “A01” traz em seu depoimento a forma como a maioria dos indígenas reproduzia sua subsistência. Assim perguntado sobre artesanato a respondente em questão relata:

(...) fabricava tudo, era tudo, tudo, tudo quanto é balainho bonito, até tenho foto ali, mas agora as criança levaram, e prantava, prantava e fazia artesanato e carpia, prantava batata e fazendo balaio. Agora não consegue muito mais porque a “Chica” a minha fia catava atrás de taquara, agora não tem mais, ela vai longe atrás de taquara porque daí é difícil né. Ta perdendo, ta perdendo tudo, ta sofrido o índio por causa disso né (...) se obriga, se obriga a arrendar é o que pode ajudar a gente né é isso ali (Entrevista “A01”).

É importante ressaltar que os recursos naturais foram explorados a princípio pela própria SPI, que usava os próprios indígenas para a realização do trabalho de

exploração principalmente da erva-mate, milho e trigo, e em troca dava alimentos para os mesmos. Veiga (2006, p.75) reforça:

Esse longo processo, iniciado com o confinamento em reservas, seguido da destruição dos seus recursos naturais até a ocupação de suas terras com a monocultura agroexportadora (soja na primavera e trigo no inverno) conduzida pela FUNAI, levou a uma desestruturação da economia Kaingang, com a destruição do ecossistema. A perda das sementes próprias e o empobrecimento do solo.

Após explorar, iniciaram um processo de arrendamento das terras Indígenas. Veiga (2006) aponta um levantamento realizado em 1974 por vários órgãos do estado de Santa Catarina, o qual verificou a existência de 159 famílias não indígenas morando em 2.495 ha de terras da TIX, sendo que parte dessas famílias apresentavam documentação que aprovava estarem instalados ali, pelo SPI ou FUNAI. Essa ocupação contribuiu também para o desmatamento das áreas, bem como para uma desestruturação do modelo espacial indígena. Essa situação de ocupação das terras da reserva indígena Xaçupé só foi resolvida em 1978, quando os Kaingang com o auxílio da FUNAI expulsaram os agricultores das terras pertencentes à reserva. Deve-se comentar também que esse processo de exploração foi viabilizado não só pelos órgãos de assistência, mas contou com a ajuda das próprias autoridades indígenas, que por vantagens apoiavam tal situação. Vantagens essas que com a criação do PRODEC (Projeto de Desenvolvimento Comunitário), criado pela FUNAI em 1975, só aumentaram, pois, acabavam recebendo lavrados maiores, além de salários maiores, e a própria família das lideranças indígenas se favoreciam.

Do outro lado, a maioria das famílias indígenas continuavam vivendo de suas pequenas roças, e da comercialização de artesanatos. É nesse contexto que ocorreu o processo de desigualdade política e social dentro das TIs.

No final de 1990, as decisões em relação à exploração dos recursos da T.I passaram a ser controlada pelos líderes da reserva. Porém a questão de arrendamento para terceiros não terminou, sendo que em 1997 foi aberto até um inquérito para verificar denúncias relativas a arrendamentos e benefícios. Em 1999, com o intuito de tornar amena a situação de exploração, foi criada a Cooper indígena, que tem sido responsável pelo recebimento e distribuição dos recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, para 350 famílias

beneficiadas pelo programa. A criação dessa cooperativa é uma experiência nova que tem envolvido poucos grupos domésticos, sendo que algumas famílias já se sentem prejudicadas por verem seus produtos serem totalmente vendidos, e terras tradicionais sendo apropriadas para cultivo. Nacke et al (2007, p. 96) ressaltam:

É importante lembrar que os recursos da T.I, incluindo suas terras, são patrimônio de todas as famílias ali estabelecidas. A exploração produtivista não necessariamente deve ser evitada, mas é importante garantir as famílias não-participante daquele sistema o recebimento de compensações, que poderiam ser traduzidas como maior apoio na implementação de suas lavouras tradicionais.

Com todo o processo de exploração de suas terras, restou a maioria ao Kaingang a venda da sua força de trabalho, situação incentivada pelos órgãos de assistência e pelo contexto regional, que é em sua essência agrícola. As famílias Kaingang atualmente trabalham em suas pequenas roças, que abastecem a própria família e pequena parte é comercializada. As técnicas mais usadas pelos Kaingang são as queimadas e os roçados. Na TIX há o plantio extenso de milho e soja realizado por poucas famílias. Porém com o modelo produtivista implantado a partir de 1970 não tem sido fácil para os Kaingang, pois esse modelo demanda investimentos altos, além de perder a essência do modo de produção de seus antepassados, não estão passando conhecimentos de produção Kaingang para as próximas gerações, além de não possuírem conhecimentos necessários para o manuseio, por exemplo, de agrotóxicos. Desse modo os Kaingang estão dependendo cada vez mais das políticas governamentais. Também é necessário frisar a incidência de doenças causadas justamente pela falta de domínio de tais agrotóxicos. Veiga (2006, p.77) afirma:

A ineficiência e o desinteresse da FUNAI em apoiar o desenvolvimento da agricultura indígena de subsistência obriga os índios a contrair dívidas com os pequenos comerciantes locais para plantar suas roças. Quando colhem toda sua produção – especialmente milho e feijão – esta empenhada para saldar os débitos. Esse círculo vicioso vem sendo responsável pela extrema pobreza em que vivem os povos indígenas, e nesse caso específico, os Kaingang.

De acordo com Nacke et al (2007), as fontes de recurso mais mencionadas pelos Kaingang são os auxílios e pensões do INSS, na T.I Xapecó. Contudo é importante repensar a essência da forma de vida Kaingang, pois fazer parte desse

modelo de sociedade, em que a força de trabalho é a fonte de sobrevivência, não faz parte do modelo de vida Kaingang. Muito se perdeu e está se resignificando na cultura desse povo que está se inserindo nesse modelo de sociedade para poder sobreviver com mais dignidade. Os casos de carência e necessidades dentro da reserva infelizmente são consideráveis, o que incide em casos de desnutrição infantil, que aponta a necessidade de programas assistenciais que restitua a situação dessas famílias e da TIX num todo. Na verdade percebe-se que o governo não tem investido em projetos de agricultura familiar Kaingang, o que facilitaria e melhoraria as condições de vida dessas famílias.

Outros pontos relevantes são a educação e a saúde. Na educação há muito para adaptar, pois se deve levar em consideração a cultura indígena, o aprender deve ser mediado, partindo da cultura e da essência da cultura. Os currículos educacionais devem respeitar as diversidades indígenas, considerar a história com o olhar do povo em questão, completando com profissionais capacitados e com conhecimento sobre a cultura indígena, para que no processo de ensino aprendizagem que deve ser mediado possa ser desenvolvido com eficiência, usando a prática pedagógica adequada. No entanto Nacke et al (2007, p.118), comenta:

A falta de condições, no âmbito econômico, político e cultural, dificulta o aprender. Os professores necessitam de instrumentos pedagógicos adequados para o ensino de um grupo que apresenta diversidade cultural originária de sua própria condição étnica.

Na saúde a questão não é diferente, a falta de saneamento básico, como rede de esgoto é um sério problema nas reservas indígenas. Na TIX a falta de água tratada também tem acarretado problemas, principalmente nas crianças que com frequência sofrem com diarreia. Já no inverno devido à precariedade das moradias que apesar de vários projetos assistenciais nunca foram construídas e reformadas, a incidência de viroses respiratórias é alta, levando em consideração que a região oeste de Santa Catarina tem um inverno rigoroso. Contudo Arruda (2001, p.47) aponta:

A questão indígena ocupa um espaço secundário na atualidade brasileira, submetendo-se a outros vetores dinâmicos, políticos e econômicos. Assim o debate, as políticas e as ações a questão indígena subordinam-se a outros eixos temáticos, dos quais ela aparece como uma extensão ou uma particularidade.

Desse modo, é importante que a sociedade indígena seja vista com outro olhar pelos que se dizem “brancos”, pois respeitar a cultura e a forma de sociedade é o primeiro passo para compreendê-la. É necessária uma revisão de conceitos em torno da cultura indígena, pois como Arruda (2001) comenta, no Brasil há desconhecimento e desprezo pela diversidade. Num contexto geral é importante compreender que é difícil aceitar o desconhecido, contudo é necessário que este seja aceito para que todos sejam vistos e respeitados pelas suas diferenças e particularidades. No entanto, Arruda (2001, p.46) reafirma:

O Estado e os governos que tem representado os povos indígenas relutam em aceitar a realidade pluricultural e multiétnica da sociedade brasileira. As sociedades indígenas têm sido vistas como um problema de segurança nacional e como entraves ao progresso.

Assim, quando se fala em respeitar as diversidades, deve-se iniciar com as próprias leis que apesar de dispor sobre direitos especiais, ainda tratam o índio como “incapaz”, sendo necessário que seja representado por tutores, sem realmente obter os direitos plenos de cidadania, como qualquer outro cidadão, que possuem direitos e deveres, capazes de decidir e responder por seus atos. Cunha (1992, p. 138), aponta:

A necessidade de uma política indigenista havia sido debatida exaustivamente no período que antecedeu a primeira constituição brasileira (...). A importância de se construir uma legislação global era sentida em vários níveis do governo.

É imprescindível que a imagem do índio do século XIX, no qual os índios eram subdivididos entre “bravos” e “mansos”, classificando os mesmos como não humanos sejam enterradas, para dar espaço a um índio que está aí, numa sociedade que o marginaliza e que necessita ser considerado pela sua história e cultura.

1.4 A SITUAÇÃO ATUAL DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ

A Terra Indígena Xapecó situa-se na região Oeste do Estado de Santa Catarina, e possui uma área de extensão de 15.623,9581 ha (quinze mil seiscentos e vinte e três hectares, noventa e cinco ares e oitenta e um centiares), homologada pelo decreto n. 297, de 29 Outubro de 1991, publicada no Diário Oficial da União em 30/10/1991. Sua extensão territorial abrange áreas de dois municípios, Ipuauçu e Entre Rios, sendo que 65% de sua área esta localizada no município de Ipuauçu/SC. O Povo Kaingang é o maior agrupamento indígena do Estado de Santa Catarina, e a TIX é a maior Reserva Indígena do sul do Brasil.

No Brasil a população indígena cresceu 205% desde 1991, quando foi feito o primeiro levantamento no modelo hoje utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷. Há 20 anos, eles eram 294 mil, hoje os dados disponibilizados pelo IBGE revelam que os índios são agora 896,9 mil – 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. Possui 305 etnias e fala 274 idiomas, número maior do que o que se conhecia até agora.

O Município de Ipuauçu se classifica segundos dados do recenseamento de 2000 realizado pelo IBGE, como o 5º município com a maior reserva indígena do Sul do Brasil. Conforme demonstra o mapa 2⁸ (Figura 13).

⁷AGÊNCIA Brasil. **População Indígena no País cresce 205% em duas décadas.** Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-08-10/populacao-indigena-no-pais-cresce-205-em-duas-decadas.html>>. Acesso em: 05 de mai. 2013.

⁸**Redução de terras:** Toldo Imbú, de onde os Kaingang foram retirados à força em 1949, com base em uma grilagem de terras iniciada em 1917, com a expedição de dois títulos para a ‘Fazenda S.Pedro’; Acordo do SPI com o Governo de Sta Catarina, em 1952, retirou dos índios as terras da aldeia Formigas e do Chapecozinho (hoje sede do munic. de Bom Jesus) e do Toldinho (atual sede do munic. de Entre Rios), e consagrou o esbulho do Toldo Imbú; Área no Canhadão, grilada na demarcação dos anos 50. Na década de 1930 a Faz. Alegre do Marco avança mais de 800 hectares sobre a terra indígena. Um acordo da FUNAI com a firma Saulle Pagnoncelli, em 1971, toma cerca de 400 ha no Pinhalzinho. **Demarcação** : entre 1952 e 1954, pela Diretoria de Terras e Colonização do Estado de Santa Catarina, consolidando a redução da área. Aviventação de limites, em 1987, gerou homologação em out./1991. **Area original:** aprox. 25.000 hectares (pelo Dec. n. 7). Area atual: 15.623 hectares. http://www.portalkaingang.org/index_aldeia_mapa_geral_g.htm. Acesso em: janeiro de 2015.

ÁREAS KAINGANG

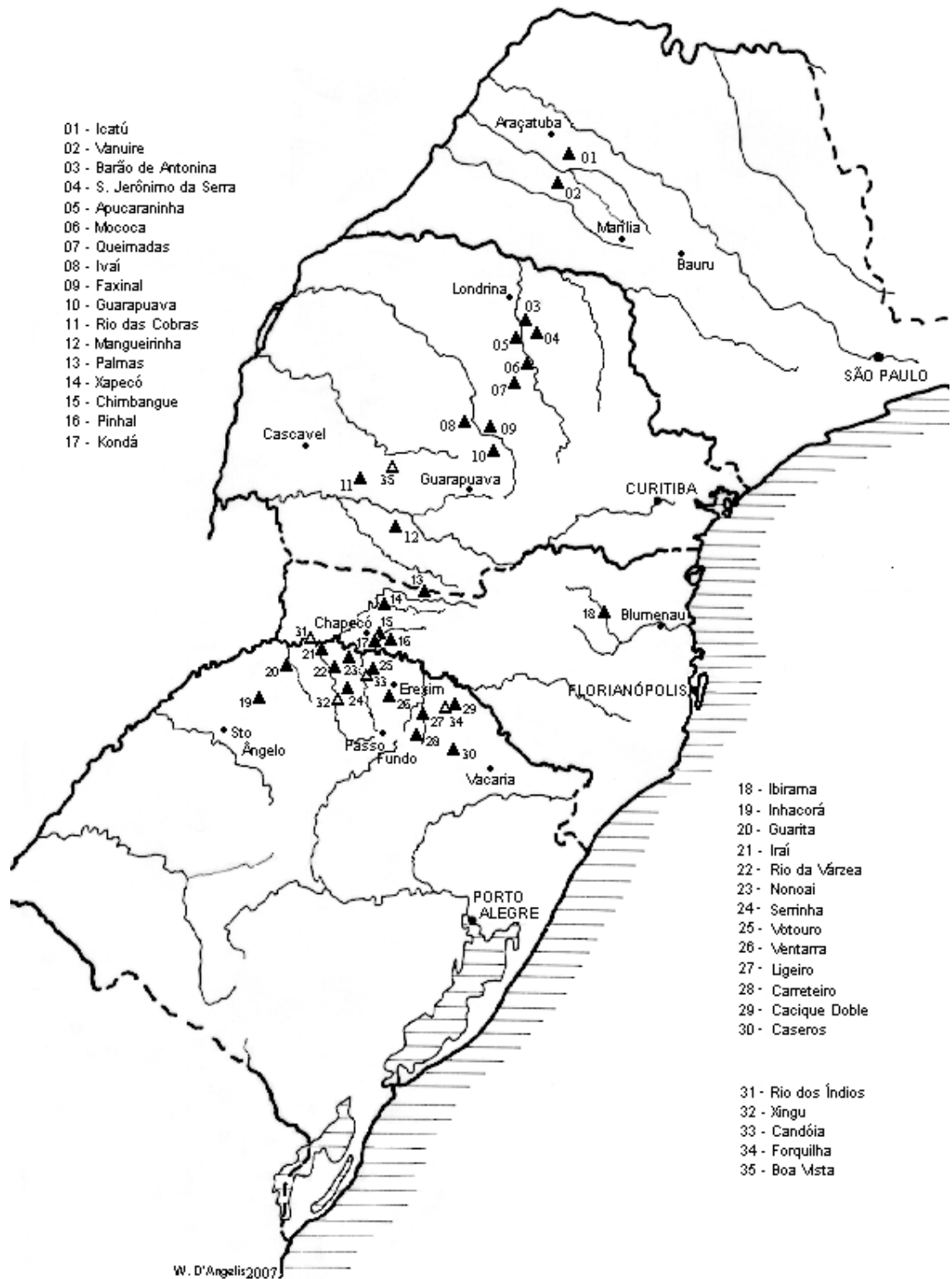


Figura 13 – Áreas Indígenas Kaingang.
 Fonte: Portal Kaingang (W.D'Angelis, 2007).

A população da TI Xapecó, atualmente, é de aproximadamente 5.199 habitantes. A maior parte da população indígena esta concentrada no Município de Ipuauçu, 53% do total de municípios, sendo 3.987 indígenas, com 997 famílias⁹.

O Sistema de produção compõe-se de pequenas culturas que possuem, de feijão, soja e milho, e algumas famílias dedicam-se a produção de artesanatos (balaio, colares e artesanatos de madeira). Grande parte desta população sobrevive das atividades de diaristas, bóias frias e na agroindústria da região e outros serviços fora das aldeias, conforme aparecem esporadicamente. Ficando a maior parte da população indígena à mercê de ajuda Assistencial, principalmente para alimentação. Contudo no que diz respeito a essa forma de produção será mais aprofundada em um próximo capítulo.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 os indígenas recebem aposentadoria rural por idade, concedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, como segurados especiais, para homens com mais de 65 anos e mulheres com mais de 60 anos, no valor de um salário mínimo, mediante a apresentação de certidão fornecida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, certificando a condição do índio como trabalhador rural, desde que homologada pelo INSS.

Além das aposentadorias, muitos indígenas trabalham como professores indígenas contratados pela Secretaria Estadual de Educação. Existe a presença de indígenas que recebem salário como agente sanitário indígena, contratados pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Na TIX existe um posto de saúde localizado na Aldeia Sede (maior aldeia da TIX), que atende a todas as aldeias. Nesse posto, o atendimento do dia a dia é feito por enfermeiras, dentistas, nutricionista e há a presença de um médico. As escolas das aldeias oferecem o ensino fundamental, e também o ensino escolar da língua original dos Kaingang.

São tradicionalmente conhecidas as necessidades urgentes e emergentes da população indígena em todo o Território Brasileiro. A discussão referente às necessidades de incentivos de Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento dessas populações permeia os órgãos responsáveis pela gestão e as comunidades

⁹ Dados acessados junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário de Ipuauçu/CRAS, Departamento de Assistência Social. Dados fornecidos pela comunidade indígena Pólo Base de Chapecó/SC. Em Maio de 2013.

indígenas, bem como seus órgãos representantes. A solicitação dos indígenas por estrutura para suas aldeias, desenvolvimento local e humano que considere acesso pleno a cidadania, trabalho digno, valorização cultural, preservação e garantias de seus direitos é presente e motivo de reivindicações constantes. Estas reivindicações consideram o desenvolvimento da população indígena como merecedora de atenções que elevem a qualidade de vida dos membros das aldeias, as quais não apresentam infra-estruturas, saneamento básico, condições de produção de seus meios de vida, os quais também foram mudando com as transformações da sociedade, do mundo do trabalho e consumo capitalista.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança na forma de produção para a subsistência das aldeias há muito tempo deixou de ser a forma de coleta de alimentos, extraídos da natureza, o qual era encontrado com facilidade e em abundância. Hoje o indígena também depende de políticas de incentivos para poder manter sua subsistência, contudo, a forma de acesso a estas políticas sofre exigência tal como o homem branco. O Desenvolvimento das Terras indígenas apresentam sérias dificuldades para se promover e se tornar sustentável. O novo paradigma de desenvolvimento que se coloca para estas comunidades traz muitos desafios. Não só para os Kaingang, mas para os povos indígenas como um todo, que se viram obrigados a criar alternativas de produção e consumo para sua suficiência, e de relação com os brancos para sua sobrevivência. Pois para a comunidade indígena o desenvolvimento sustentável que tem como foco o desenvolvimento econômico sem prejudicar o meio ambiente, suprindo as necessidades humanas sem esgotar os recursos naturais, apresenta-se como um aliado para uma sociedade que vivia para o seu próprio sustento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antonio Cavalcante de. Da aldeia para o Estado: os caminhos do empoderamento e o papel das lideranças Kaingang na conjuntura do movimento indígena. 2013. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo, 2013.

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. *Imagens do Índio: Signos da Intolerância*. In: GRUPIONI, Luis Donisete B.; VIDAL, Lux Boelitz.; FISCHMANN, Roseli (org.). **Povos Indígenas e Tolerância**. São Paulo, SP: Edusp, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Historia dos Indios no Brasil*. 5ª. Ed. Editora Companhia das Letras, 1992.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. **IBGE**: Sala de imprensa, Rio de Janeiro, 10 ago. 2012. Seção Notícias. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br>. Acesso em: dezembro de 2014.

_____. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, adaptado do mapa de Nimuendaju, 1994**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. 1 mapa. Escala: 1:5.000.000. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/nimuendaju-1981-mapa>. Acesso em: dezembro de 2014.

ISA, Instituto Socioambiental. Programa de Monitoramento socioambiental das Terras Indígenas no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://ti.socioambiental.org/pt-br/#/pt-br/terras-indigenas/3906>>. Acesso em: Maio de 2013.

LEFF, Henrique. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

NACKE, Anelise et. Al. **Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007. 158 p.

OGLIARI, Celso, E. O Passado Presente: **Etnias e Construção Histórica em Ipuçu**. Ipuçu/SC: News Print, 2002.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.

VEIGA, Juracilda. *Revisão bibliográfica crítica sobre organização social Kaingang*. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, UNOESC, nº 8: 9-81. 1992.

CAPITULO 2

2.1 POLITICAS PÚBLICAS E O SEU DESEMPENHO NO DESENVOLVIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DO PAA NA TRANFORMAÇÃO DA REALIDADE.

A motivação que fundamenta esta abordagem é a de chamar a atenção para a exterioridade das Políticas Públicas, principalmente para aquela em foco em nosso debate, ou seja, o Programa de Aquisição de Alimentos, para sua operacionalização e objetivos concretos. Para maior compreensão da discussão, será feita num primeiro momento uma breve análise sobre o conceito de políticas públicas, e sua relação com o desenvolvimento. Após será apresentado o PAA, seus objetivos, modalidades, beneficiários do programa, para posteriormente, na próxima seção, inserir os atores sociais na análise do papel do PAA e a ação de distribuição de alimentos, e sua representação no fortalecimento da autonomia do povo indígena da TIX. Segundo Heidemann (2009), o ideal de desenvolvimento no século XX reclamou o surgimento do conceito de Políticas Públicas, como um dos conceitos decisivos do desenvolvimento moderno. O autor conceitua políticas públicas como sendo:

(...) a política é entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade. (...) como a teoria política ou o conhecimento dos fenômenos ligados à regulamentação e ao controle da vida humana em sociedade, como também à organização, ao ordenamento e à administração das jurisdições político-administrativas (...). (HEIDEMANN, 2009, p. 29).

As políticas sociais, explicam a questão social¹⁰, dando respostas, enfrentamento às novas expressões da questão social. Segundo Iamamoto a expressão “questão social”,

Diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade

¹⁰“(...) a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer uncausalidade, ela implica a intercorrência de componentes históricos, políticos, culturais etc”. (PASTORINI, 2007, p. 96).

humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (2001, p.10).

Teixeira (2002) cita vários objetivos das políticas públicas, como sendo respostas às demandas dos setores marginalizados da sociedade, respostas estas advindas da pressão e mobilização social. Visando ampliar e efetivar direitos de cidadania, algumas com o objetivo de promover o desenvolvimento, chamadas políticas econômicas, de regulação e mediadoras de conflitos.

As Políticas Públicas são operacionalizadas através de programas e projetos sociais e podem ser concebidas como um campo de ação que consiste em instituições e atividades que afetam positivamente o bem-estar dos indivíduos.

(...) é uma política de governo relativa à ação que tem um impacto direto no bem estar dos cidadãos, ao dotá-los de serviços ou renda. Inclui em geral o fornecimento pelo Estado de Seguridade Social, moradia, saúde, serviços sociais, pessoais e educação (MARSHALL, 1967, p. 06).

Faleiros (1986) compreende as políticas sociais como constituintes de um sistema político de mediações que visam à articulação de diferentes formas de reprodução das relações de exploração e dominação das forças de trabalho entre si, com o processo de acumulação e com as forças políticas em presença.

As políticas sociais constituem-se de leis, planos, fundos e conselhos. Teixeira (2002) aborda que as políticas cujo objetivo é o de orientar ações, que normalmente envolvem aplicações de recursos, apresentam uma norma explícita em leis, documentos, programas, e linhas de financiamento.

Dessa forma, a Política Social Pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. É nesse sentido que as políticas públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado. (YAZBEK, 2008. p. 06)

Sua função social tem por objetivo a “geração de certa redistribuição dos recursos sociais, por um lado, prestando serviços sociais e assistenciais e, por outro, outorgando um complemento salarial às populações carentes” (PASTORINI, 1997, p. 88).

Assim, as políticas sociais por meio da redistribuição de recursos também desempenham para as classes dominantes, a legitimação da ordem estabelecida e de inibição de eventuais crises sociais.

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. (TEIXEIRA, 2002, p. 02).

Como podemos perceber a relação das políticas de governo, voltadas à população carente de recursos, é composta de intencionalidades, para o alcance do índice esperado e almejado de desenvolvimento econômico, chega aos seus beneficiários “de cima para baixo”, ou seja, elas são pensadas para a população em geral, não considerando as desigualdades territoriais existentes no Brasil, o qual apresenta diferenças gigantescas de cultura, solo, etnia, entre outros de norte a sul do país.

2.2 MODALIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme Teixeira (2002) as políticas podem ser classificadas conforme seus “tipos” e “modo de atuação” e “formulação”. Os critérios utilizados podem ser:

Quanto à natureza ou grau da intervenção: a) estrutural – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc. b) conjuntural ou emergencial – objetivam amainar uma situação temporária, imediata. Quanto à abrangência dos possíveis benefícios: a) universais – para todos os cidadãos; b) segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.); c) fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento. Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais: a) distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo; b) redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos; c) regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo. (TEIXEIRA, 2002. p. 03).

O caráter das políticas se modifica com a predominância do neoliberalismo. Considerando que o Brasil é um país com uma economia capitalista, aonde o desenvolvimento político-econômico e social tem como base o projeto neoliberal, entendemos que cabe ao Estado assegurar qualidade de vida aos cidadãos, através das Políticas Públicas e Sociais em todas as áreas. É urgente a necessidade de uma avaliação das políticas destinadas à população, para uma efetiva promoção do desenvolvimento social, dessa forma, "induzir o desenvolvimento" implicaria em "investir em capacidades permanentes de pessoas e comunidades (ou seja, basicamente, investir em capital humano e em capital social) para que possam afirmar uma nova identidade no mundo ao ensaiar seu próprio caminho de superação de problemas e de satisfação de necessidades, tornando dinâmicas suas potencialidades para antecipar o futuro que "almejam".

Referente à atuação nas políticas, o debate sobre a avaliação do setor público tem se difundido bastante, nos últimos anos, a partir da crise que atinge o modelo de intervenção predominante nas nações ocidentais, denominado de Estado de Bem-Estar. A crise fiscal-financeira, que torna mais difícil a manutenção e a expansão das políticas redistributivas predominantes, mas também, e talvez principalmente, crise de legitimidade, que confronta crescentemente os resultados da ação do Poder Público com a propalada *eficiência* do setor privado. São colocados em questão o planejamento e a organização das ações, cuja crítica, seria a incapacidade de dar conta da crescente complexidade e diversificação das sociedades contemporâneas, levando as políticas públicas ao beco sem saída da *ineficiência* e da pouca *legitimidade*. Nesse contexto, a avaliação das políticas públicas passa a ser acionada como forma de ampliar a eficiência, a eficácia e a legitimidade das ações do Estado. (POCHMANN, 2010).

Nesta perspectiva de que as decisões políticas apresentariam resultados imediatos de suas ações,

(...) não ocorria à ideia de que fosse necessário se preocupar em termos explícitos com sua implementação. (...) o problema de implementação de uma política deve ser concebido como um esforço para se obter cooperação entre as pessoas incumbidas de promovê-la, e não meramente como um desafio gerencial (...). Para que se conheça o grau de satisfação que uma política está produzindo incumbe lhes verificar o impacto do projeto ou programa (...) a eficácia e a qualidade dos serviços (...). (HEIDEMANN, 2009, p. 37).

Dentre as dimensões atuais das políticas públicas, a dimensão estratégica das políticas ligadas diretamente ao modelo econômico, passam a ser referência para a definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas.

As opções estratégicas devem considerar, ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva e os seus efeitos sobre o emprego e o agravamento das desigualdades sociais, buscando-se alternativas que redirecionem o emprego não apenas da forma compensatória que torna seus beneficiários meros objetos da assistência, mas que os tornem cidadãos ativos, contribuindo, através de novas formas de inserção social, para o desenvolvimento da sociedade. (TEIXEIRA, 2002. p. 05).

Conforme Teixeira (2002) para o liberalismo o livre funcionamento do mercado é responsável pelo equilíbrio social, sendo o Estado responsável pelo mínimo de ações. E neste contexto as políticas distributivas seriam responsáveis pela compensação dos desequilíbrios mais graves e não possui caráter universalizante; quanto às políticas redistributivas, como no caso o PAA, não seriam toleradas devido ao seu caráter, podendo incentivar segundo o autor, o “parasitismo social”. Ou seja, as políticas possuem intencionalidades, que representam interesses tanto governamental, quanto das organizações representativas.

2.3 O PAA: POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO A NOVAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO

O PAA representa um novo contexto de redirecionamento das políticas destinadas ao desenvolvimento rural, alavancando e incentivando a agricultura familiar a qual historicamente ficou de fora das políticas destinadas a este setor. Partindo do pressuposto de que o PAA é um programa que sinaliza um novo contexto de inovação e estímulo ao desenvolvimento, principalmente ao desenvolvimento endógeno, através de suas características de programa que prioriza a geração de renda e consequentemente maior qualidade de vida, relação com a biodiversidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Historicamente, o conceito de desenvolvimento surgiu para tentar reparar as desigualdades entre as nações do primeiro mundo e a periferia colonial, ou seja, as minorias ricas e a maioria pobre formada pelos trabalhadores.

Sachs (2004) no debate contemporâneo foi um dos autores que lançou alguns dos fundamentos para o imperativo de um novo paradigma de desenvolvimento¹¹, o que deu origem à expressão desenvolvimento sustentável. A compreensão do conceito de desenvolvimento de Ignacy Sachs (2004) é pautada na consideração de desenvolvimento com o “crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental”. Sua obra aborda principalmente o conceito e estratégias de implementação do desenvolvimento que ele caracteriza como endógeno. Nesta proposta de desenvolvimento endógeno, o seu principal objetivo é a geração de trabalho decente para todos. O autor aposta na geração do emprego e do auto-emprego na produção de meios de subsistência, como forma de

¹¹ É interessante discutirmos a priori o sentido da palavra “Paradigma”, a qual é muito utilizada na modernidade, contudo teve seu uso desde Platão e demais autores ao longo da história. A palavra paradigma foi disseminada e popularizada recentemente pelo físico Thomas Kuhn (2009), em seu livro ***A Estrutura das Revoluções Científicas***. Para o autor, paradigma representa um “modelo” ou “padrão”, que nos orienta, na forma de compreender o mundo e uma sociedade. Funciona como direcionadores, e ao mesmo tempo como filtros. A exemplo, a Revolução Científica é um exemplo de mudança de paradigma. Referente ao modelo capitalista e suas contradições, a idéia falseável de que neste sistema a distribuição de renda ocorreria de forma automática depois do crescimento econômico, é tida como a crise da civilização. Acompanhado desta crise, apresentam-se também a crise ambiental, e dentro destes problemas que segundo Morin (2005), e Leff (2010) chamam de Paradigma da complexidade, há emergência que a mudança de paradigma aconteça, e com ele consequentemente surja novas questões como prioritárias e verdadeiras.

potencializar o mercado interno, como se esse fosse um primeiro passo para revigorar uma economia em crise.

Colocando para a atualidade o desafio de refletir e discutir sobre os nossos padrões atuais de produção e de consumo, e sobre a atual percepção de desenvolvimento pautado no crescimento econômico, moldados pela lógica de desenvolvimento gestada com a Revolução Industrial e a ideia do crescimento acelerado e contínuo, atendendo à progressiva e recorrente necessidade de acumulação do capital.

Segundo Maluf (2000), no processo de desenvolvimento a heterogeneidade de situações é responsável pelas desigualdades existentes no desenvolvimento capitalista, referindo-se a diversidade (identificada sob quatro fatores: diversidade cultural, diversidade institucional, diversidade humana e diversidade natural) e a desigualdade medidas qualitativa e quantitativamente. Na sociedade de mercado, as relações tomaram um rumo extremamente individualista e transformou a racionalidade da sociedade, onde o atual padrão de vida e de consumo social não se sustenta. Esta insustentabilidade é devido à necessidade socioambiental, de um modelo econômico vigente que tem degradado o meio ambiente e a sociedade como um todo, a ponto de transformar o mundo em um lugar insustentável de se viver. Afinal, a crise ambiental contemporânea é uma crise do seu (modo de produção) de conhecimento, (LEFF, 2009).

No que se refere ao conceito de desenvolvimento sustentável, este se apresenta pela dimensão da “(...) sustentabilidade ambiental – à dimensão da sustentabilidade social (...) baseado no imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de sustentabilidade diacrônica com as gerações futuras.” (SACHS, 2004, p. 15). Este se opõe ao desenvolvimento sem compromisso ético com a sociedade, e principalmente com as gerações futuras, pautando-se em cinco dimensões os pilares do desenvolvimento: o social, o ambiental, o territorial, econômico e político.

Para Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável está estruturado a partir de cinco pilares:

- a) o Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;

- b) o Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c) o Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d) o Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e) o Político, pois a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2004, p. 15-16).

O relatório Brundtland (1988) define desenvolvimento sustentável como sendo “(...) aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (...)” (SILVA, 2012, p. 207).

Sachs (2004) quando diferencia desenvolvimento de crescimento econômico, que por muito tempo foi confundido ou considerado como sinônimo de desenvolvimento, entendendo que os objetivos do desenvolvimento vão além da multiplicação da riqueza. Este deve garantir mercado de trabalho, diminuição da pobreza, das desigualdades sociais, e degradação ambiental para ser considerado desenvolvimento econômico.

Amartya Sen (2000), no seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, aponta uma perspectiva sobre o desenvolvimento, que só pode ser constatada, nas sociedades, quando o padrão de desenvolvimento adotado propicia aos indivíduos o que ele chama de liberdades substantivas. A ideia de desenvolvimento é limitada, a questão da privação dos indivíduos interfere nas escolhas de cada um. Ou seja, a realização de cada um é diferente, dependendo das condições econômicas.

Sen (2000) defende a ideia de que se devem buscar alternativas de crescimento nas oportunidades locais dos municípios, ou seja, as políticas vindas do governo nunca contemplarão totalmente a realidade local de cada região e não serão suficientes para provocar o desenvolvimento.

De maneira sintética, é possível afirmar que o objetivo do PAA é o de inserir as famílias de baixa renda, através da agricultura familiar no processo de consumo pela ampliação da renda, garantida pela comercialização dos seus produtos produzidos, e conseqüentemente garantindo a melhoria da qualidade de vida destes, os quais também passam a consumir esta produção de alimentos em suas próprias casas. Ou seja, os desafios que estão postos hoje são o de pensar paralelamente aos efeitos desta questão social posta (questão ambiental, exclusão social, fome,

etc.) uma forma de re-formulação do pensamento dominante, de repensar as formas de produção e de consumo, de desenvolvimento, tido como crescimento econômico não considerando a qualidade de vida dos cidadãos que são os únicos verdadeiramente interessados nos resultados desse desenvolvimento.

2.3.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Brasil historicamente adotou um modo de produção que priorizou a monocultura, grandes propriedades de terra, desenvolvimento baseado apenas em modelos que priorizaram o crescimento econômico. Este modelo resultou na consolidação do desenvolvimento desigual do país, levando a uma modernização parcial, que desprezou principalmente as culturas tradicionais, valorizando o cultivo especializado e padronizado, visando à exportação.

O papel do Estado teve verdadeira influência no incentivo deste modo de produção, observa-se que as políticas públicas agrárias e agrícolas focalizam o incentivo da grande empresa agrícola, não incentivando a exemplo disso à agricultura familiar, modelos de desenvolvimento da agricultura pautados em modelos mais endógenos.

Sob esta lógica, quanto às políticas destinadas à agricultura, somente a partir de 1990 é que surgem políticas públicas de incentivo à construção de novas formas de desenvolvimento ligadas à agricultura familiar, com o intuito de resgatar e fortalecer a produção das culturas tradicionais. Através de um novo contexto de políticas públicas, de incentivo à agricultura familiar, e a comercialização desses produtos desde 2003 à Segurança Alimentar e Nutricional vem ganhando a atenção da esfera pública através da criação do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e o Programa Fome Zero. (SABOURIN, 2009).

Abramovay (2007) considera a forma de produção da agricultura familiar como sendo não apenas a garantia do abastecimento alimentar para nossa sociedade, mas também uma opção de estratégia em favor do desenvolvimento equilibrado da sociedade, convergindo desenvolvimento e equidade.

Instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 07 de maio de 2008, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado a partir de uma articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, com o Governo Federal, sendo constituído como uma ação estruturante no contexto da proposta do Programa Fome Zero. O PAA¹² promove o acesso das populações em situação de insegurança alimentar a alimentos e a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Partindo da construção do problema até a avaliação de seus resultados, pretende-se apresentar num primeiro momento o Programa, seus objetivos, beneficiários contemplados com o programa e a Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, para posteriormente, na próxima seção, inserir os atores sociais na análise da implementação e operacionalização do PAA como política de emancipação do povo indígena.

Já foi afirmado na Introdução Geral que há várias pesquisas tendo o PAA como foco de análise, mas poucas delas abordam diretamente o índio ou o território indígena. Além disso, geralmente as informações utilizadas para descrever o PAA são oriundas de fontes governamentais e acadêmicas.

O PAA tem o objetivo de incentivar a agricultura familiar como um segmento possível de incentivo ao desenvolvimento rural, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, Para Sabourin (2011) o PAA é uma ferramenta que fortalece a agricultura familiar e camponesa, com uma gama de produtos a preços garantidos. O Plano Plurianual (PPA) 2004 – 2007 apresenta a preocupação de desenvolver políticas com a intencionalidade de promover o desenvolvimento territorial, através de programas sociais com ações destinadas à redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

O PAA propicia a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, através de agricultores que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, dispensando a licitação, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados nos mercados regionais. Os alimentos são

¹² Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/inclusao-productiva-rural/paa>. Acesso em: març. 2015.

destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial e equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. Os produtos também podem compor estoques estratégicos do Governo Federal e serem direcionados para complementar a alimentação de famílias em situação de vulnerabilidade social e grupos populacionais específicos.

De acordo com o decreto Nº 7.775/12 o PAA tem a finalidade de:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção e com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, bem como incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (OLIVEIRA, 2012, p. 05).

Pelo objetivo principal o PAA age em dois interesses fundamentais, do fornecimento alimentício para a população, em primeiro lugar a produção e em segundo lugar o consumo do que é produzido. O Quadro 4 apresenta as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos.

Quadro 4: Modalidades do PAA

MODALIDADE	DESCRIÇÃO
1. Compra Direta.	É voltada à aquisição da produção da agricultura familiar em situação de baixa de preço ou em virtude da necessidade de atendimento as demandas por alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. Limite por agricultor: R\$ 8.000,00/ano.
2. Formação de estoques pela agricultura familiar.	Prevê a criação de estoques entre associados, a fim de comercializar em condições mais favoráveis seja para a agregação de valor ao produto ou mesmo disponibilidade em momentos mais oportunos. Limite por agricultor: R\$ 8.000,00/ano. Quando o acesso for através de organização fornecedora o limite para acesso nesta modalidade é de R\$ 1.500,00/ano respeitados os limites por unidade familiar.
3. Compra para doação Simultânea.	A partir desta modalidade são comprados produtos de agricultores e doam-se esses alimentos a entidades integrantes da rede socioassistencial local. Limite por agricultor: R\$ 4.500,00/ano. O decreto 7.775 de 4 de julho de 2012 acrescenta que o limite para participação por unidade familiar é de R\$ 4.800,00 desde que, o acesso seja através de organizações fornecedoras, ou seja DAP Jurídica.
4. Incentivo à produção e ao consumo do leite.	Incentiva a produção de leite a pequenos produtores familiares e propicia o consumo do leite a famílias que se encontram em condição de insegurança alimentar. Limite por agricultor: R\$ 4.000,00/semestre.
5. Compra Institucional.	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Seu limite operacional por agricultor é de R\$8.000,00/ano.

Fonte: Adaptado a partir de Oliveira (2012).

Os recursos destinados ao desenvolvimento do PAA são oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Suas diretrizes são coordenadas através de um Conselho Gestor composto por representantes do MDS, coordenador do grupo

gestor; por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Fazenda.

O PAA contempla três tipos de beneficiários: 1 - Beneficiário fornecedor, 2 - Beneficiário consumidor, 3 - Organização fornecedora. São caracterizados como beneficiários fornecedores os agricultores familiares, assentados, agro-extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados, comunidades indígenas e ribeirinhos que apresentem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)¹³ e que preferencialmente estejam organizados em cooperativas e associações.

As organizações fornecedoras são cooperativas ou associações que detenham da DAP Jurídica. Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional, aqueles atendidos pela rede socioassistencial (asilos, hospitais, APAE) pelos equipamentos de alimentação e nutrição (restaurantes populares) e pela rede pública e filantrópica de ensino (escolas, creches), (OLIVEIRA, 2012).

Para escolha dos beneficiários consumidores beneficiados pelo programa o Decreto nº 7.775 de 04 de julho de 2012 prioriza nesta ordem:

- O consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- O abastecimento da rede socioassistencial;
- O abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição;
- O abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino;
- A constituição de estoques públicos de alimentos, destinados as ações de abastecimento social ou venda;
- O atendimento a outras demandas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA).

O PAA faz parte dos programas que estão no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, e quando integrados, fomentam a formação de

¹³ Criada pela SAF/MDA, a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o Pronaf. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciada pelo MDA, de posse do CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e da renda, endereço completo). Fonte: MDA, 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap> - Acesso em Março 2015.

circuitos locais de produção, abastecimento e consumo que contribuem para a garantia da SAN. Especificamente, o PAA integra a rede de abastecimento e consumo, conforme:

No caso do PAA, os alimentos comprados com recursos federais são direcionados, prioritariamente, para o abastecimento de dois importantes conjuntos de iniciativas públicas: a Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, composta por Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos, operados em sua grande maioria pelas municipalidades; e a rede socioassistencial, ligada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os alimentos são também utilizados na composição de Cestas de Alimentos, programa do MDS que distribui alimentos a grupos populacionais específicos (...) (BURITY, 2010, p. 42).

O importante papel do PAA é o de valorizar e estimular a atividade da agricultura familiar, ao comprar o alimento diretamente do pequeno agricultor, fortalecendo esse segmento, e incentivando a organização desses trabalhadores em cooperativas e outras formas de arranjos produtivos. Em contrapartida, promove a distribuição de alimentos à população de baixa renda que tenha dificuldade de acesso a alimentos.

O programa possui dois objetivos principais, que é o de estimular a produção agropecuária proveniente dos agricultores familiares pelo apoio à comercialização por meio de aquisições de alimentos para doação às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por entidades socioassistenciais; promover a recomposição dos estoques estratégicos de segurança alimentar, visando ao desenvolvimento da economia local, a geração de emprego e renda e ao combate à pobreza e à fome. (BRASIL, 2008).

2.3.2 Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos

A Ação Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos¹⁴ possui o objetivo de adquirir gêneros alimentícios básicos e sua distribuição gratuita, através de “cestas” de alimentos, com a intenção de atender, em modo emergencial

¹⁴ Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/cestas-de-alimentos>. Acesso em 09 de mar. 2015.

e complementar, famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A Ação prioriza atender grupos sociais que possuem dificuldades em produzir ou obter alimentos, decorrente de situações de exclusão social há que foram submetidos. Grupos que se encontram em situação de calamidade pública, também é público alvo desta Ação, através da parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, a qual emite parecer oficial e após esta passa a atender os municípios nas ações de assistência humanitária.

Política pública de caráter emergencial e complementar, esta ação depende de outras estratégias as quais é complementar, para garantir o acesso contínuo aos alimentos. A mesma vem sendo executada desde 2003, e originou-se de uma parceria entre a Campanha Nacional de Abastecimento – Conab, através de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS por meio de Termo de Cooperação para sua operacionalização.

São beneficiários da Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos os seguintes segmentos populacionais:

- Famílias acampadas que aguardam acesso ao Plano Nacional de Reforma Agrária;
- Povos indígenas;
- Comunidades de terreiros;
- Famílias atingidas pela construção de barragens;
- Famílias de pescadores artesanais;
- População de municípios que estejam em situação de emergência e/ou calamidade pública reconhecida pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – Ministério da Integração Nacional.

A forma de operacionalização desta ação se dá através da parceria das entidades e órgãos parceiros envolvidos com cada um desses grupos populacionais. São essas instituições que selecionam e indicam ao MDS as famílias que deverão ser atendidas, segundo critérios institucionais definidos, além de serem responsáveis também pela retirada das cestas dos armazéns da Conab.

Composição das cestas de alimentos:

As Cestas de Alimentos distribuídas são compostas por oito tipos de alimentos, totalizando 23 kg. Há duas composições básicas de acordo com a região:

- Regiões Norte e Nordeste: 10 kg de arroz, 2 kg de açúcar, 3 kg de feijão, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de macarrão, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de leite em pó e 1 kg de flocos de milho;
- Região Centro-Sul: 10 kg de arroz, 2 kg de açúcar, 3 kg de feijão, 2 kg de farinha de trigo, 1 kg de macarrão, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de leite em pó e 1 kg de fubá.

Operacionalização:

Os produtos alimentícios (cestas) são retirados das Unidades Armazenadoras da Conab pelas instituições parceiras, através de autorização prévia pelos responsáveis e com a responsabilidade também pela distribuição dos alimentos às famílias beneficiadas. As instituições parceiras são responsáveis pela retirada e o transporte dos alimentos, bem como sua entrega às famílias. Todo este processo deve ser atestado e comprovado por meio do preenchimento da Relação de Beneficiários. Documentação esta, a qual deverá permanecer arquivada para fins de prestação de contas, fiscalização e auditoria.

O conjunto de informações de identificação do público alvo, através da relação de beneficiários, dos segmentos populacionais beneficiados com a Ação, tem como objetivo identificar as famílias que recebem as cestas e inseri-las posteriormente no Cadastro Único, para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, visando o acesso dessas pessoas a políticas sociais estruturantes.

O andamento do programa deve ser fiscalizado, acompanhado e monitorado através de uma comissão que a própria comunidade deve eleger. Caso seja identificada alguma irregularidade, esta comissão deve informar ou encaminhar denúncia ao seu órgão representante ou ao MDS para averiguação.

Conforme mencionado à importância do programa, o mesmo permite ações rápidas e pontuais em situações específicas (temporárias ou permanentes) de falta de alimento ou dificuldade de acesso. É utilizado em momentos e situações especiais, sobretudo que exijam ações emergenciais. Seu objetivo é o de atender emergencialmente aos grupos populacionais tradicionais e específicos em situação de insegurança alimentar e nutricionais.

É importante ressaltar que o MDS não seleciona nem distribui diretamente as Cestas de Alimentos. A indicação dos beneficiários, comunidades e quantitativos de Cestas é definida pelos órgãos parceiros da Ação, que representam os segmentos atendidos: Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) são responsáveis, pela indicação das comunidades indígenas; Ouvidoria Agrária e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela indicação dos acampados; Fundação Cultural Palmares (FCP) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) pela indicação das comunidades quilombolas; Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC-MIN) pela indicação dos municípios em situação de calamidade pública, e assim sucessivamente. Para participar deve-se estabelecer contato com os parceiros descritos para indicação de inclusão de grupos de acordo com as suas especificidades. Legislação Lei n.º 11.346, de 15/09/06 (Lei de Segurança Alimentar e Nutricional); Decreto n.º 6.307, de 14/12/07.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o PAA seja um programa bem estruturado e com um arcabouço que permite redirecionamentos de forma relativamente simples ainda está longe de atender amplamente o objetivo de mudança da realidade social. Percebe-se que boa parte do esforço do programa é voltada a reestruturação da agricultura familiar, centrando mais esforço na aquisição do que nas potenciais. Apesar de haver uma movimentação no sentido de que os indígenas participem de forma mais ativa da construção das políticas públicas que lhes atingem tal não se percebe com o PAA, programa já consolidado é que é aplicado quase de forma indistinta para as várias populações em situação de fragilidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Decreto n.º 7775, de 04 de julho de 2012, regulamenta as formas de distribuição de alimentos para o combate à fome no Brasil e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 de Julho de 2012.

_____. DECRETO N° 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 12 jun. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: 24 de Junho de 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/cestas-de-alimentos>. Acesso em 09 de mar. 2015.

_____. **Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/servicos/pss-2008/final-sec-pss-sum.pdf>. Acesso em: 09 de mar. 2015.

_____. LEI N° 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/2003/L10.696.htm>>. Acesso em: mar. 2015.

_____. LEI N° 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Cartilha_CONSEA-2007_NOVO.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

BURITY, Valéria. FRANCESCHINI, Thaís. VALENTE, Flávio. (orgs). Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA.

Unidade II. Módulo 07. In.: **Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988 **BRASIL. Constituição (1988)**. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. São Paulo, Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Editora UnB, 2009

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et ali (orgs.). Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional; ABEPSS, Organização Pan Americana de Saúde/OMS Brasil; julho de 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no capitalismo. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LEFF, Henrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Henrique. Epistemologia ambiental. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. In: **Revista Estudos, sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, número 15, outubro/2000.

MARSHALL, T. H. Política Social. São Paulo, Zahar, 1967.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo: **O Paradigma Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLIVEIRA, Marcelo L. R. de. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA : doação simultânea. Viçosa, MG: Os Autores, 2012. 31p. : il. ; 21cm.

PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

POCHMANN, Marcio. Os desafios do Estado na construção do desenvolvimento. 2010. Disponível em <http://criseoportunidade.wordpress.com/2010/12/18/os-desafios-do-estadona-construcao-do-desenvolvimento-marcio-pochmann/>. Acessado em 10/05/2013.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. 1987. Disponível em: <http://www.marcouniversal.com.br/upload/RELATORIOBRUNDTLAND.pdf> Acesso em: jun. 2014.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. v.1. cap.8. 199-224p.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e ética: para onde ir a América Latina? Estratégias de desenvolvimento nacional na era da globalização. In: SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA, Carlos, E. M. Desenvolvimento Sustentável. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo, C. O Papel das Políticas públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2002.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008.

CAPITULO 3

3.1 ESTUDO DE CASO DO PAA NA TERRA INDÍGENA XAPECÓ E A AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

A alimentação como um direito humano fundamental, passa a ter o seu reconhecimento internacional, a partir do século XX, e com isso as políticas públicas no Brasil passaram a reconhecer e introduzir o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em suas agendas. Havendo a evolução das ações que passaram de programas para o combate à fome, a ações de combate à pobreza, desenvolvimento local e inclusão social.

Nesse contexto está a institucionalização do PAA, e o objetivo de aliar a promoção de geração de trabalho e renda aos trabalhadores rurais com a garantia da segurança alimentar às populações necessitadas do Brasil. Um dos objetivos deste estudo consistiu em investigar a forma de implementação e operacionalização do PAA junto à TIX no município de Ipuçu, com maior ênfase na execução da ação de distribuição de alimentos, por ser de todas as ações do PAA a mais significativa no município e se tratar de um direito dos povos e comunidades tradicionais o acesso regular e permanente, conforme prevê a SAN. O período analisado foi o de 2009 a 2012. Com isso, procurou-se identificar se as estratégias de desenvolvimento sustentável contidas nas dimensões social, econômica, e ambiental podem ser percebidas pelos sujeitos envolvidos com o PAA.

Os dados apresentados a seguir tem como fonte a pesquisa de campo realizada no Município de Ipuçu/SC, junto com três profissionais envolvidos com o PAA, os quais serão citados no texto.

A experiência profissional da entrevistada B01 é bastante ampla, e envolve o atendimento direto dos usuários da Política de Assistência Social, e conta também com a ligação direta de suas atividades junto ao PAA e a ação de distribuição de alimentos na TIX. Executou suas atividades no período investigado (2009 a 2012), junto a TIX, a mesma permanece com suas atividades no município. Quanto à experiência de B02, está envolvido especialmente com as famílias relacionadas à agricultura familiar. É um dos responsáveis pela implementação e operacionalização do PAA e está ligado diretamente com a ação de distribuição de alimentos na TIX. O

mesmo é funcionário da Secretaria Municipal da Agricultura de Ipuacu, executando suas atividades no período de nossa pesquisa até os dias atuais. Quanto à atuação do B03, este exercia suas atividades através da Epagri de Ipuacu, como Engenheiro Agrônomo, ligado especificamente com o trabalho realizado na TIX, pelo suporte técnico destinado aos índios. Este não exerce mais suas funções no Município, desde o ano de 2010.

Quanto à implementação do PAA no Município de Ipuacu, buscamos informações junto às secretarias de Agricultura e Assistência Social e os documentos encontrados foram:

- Estatuto que rege a Associação dos Pequenos Produtores de Ipuacu – APPI, de 10 de julho de 2006.
- Decreto N. 0166/2005, de 05 de outubro de 2005 que institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Em seus artigos, apresenta:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, com o objetivo de contribuir para a concretização do direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação e a segurança alimentar e nutricional.

Art. 3º. – O COMSEA será composto por 16 (Dezesseis) membros titulares e igual número de suplentes, com mandato de 24 (vinte e quatro) meses, observada a seguinte representação:
I – 05 (cinco) representantes Governamentais;
II – 11 (onze) representantes da sociedade civil organizada.

Art. 4º. – A representação governamental contará com:
I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Agricultura e Suplente da EPAGRI
II – 01 (um) representante do Departamento de Assistência Social e Suplente Conselho Tutelar.
III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde
IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Fazenda.
V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação

Art. 5º. – Os representantes da sociedade civil organizada serão indicados pelas entidades, na seguinte conformidade:

I – Pastoral da Criança Indígena;
II – Clube Recreativo e Esportivo Lageadense e Grupo Social Cantareira;
III – Associação dos Feirantes de Ipuacu e Associação de Artesão de Ipuacu – IPUARTES;
IV – Clube de Mães e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC);
V – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ipuacu;

VI – Grupo de Terceira Idade Renascer e Associação Esportiva Recreativa beneficente Salete;
 VII – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Associação de Desenvolvimento Comunitário Bela Esperança;
 VIII – Associação de Pais e Professores Escola Municipal Monteiro Lobato e Associação de Pais e Professores Escola Cacique Vankre;
 IX – Associação de Universitários Indígenas e Associação dos Acadêmicos de Ipuçu;
 X – Associação Indígena Kaiuru e Associação de Jovens Unidos de Ipuçu (AJUI);
 XI – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Ipuçu (SINTRAF) e Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Toldo Velho;

- Ata do dia vinte e quatro do mês de novembro de 2005, no Município de Xanxerê/SC, com os membros do CONSAD, Poder Público Municipal e Estadual para aprovação do Estatuto do CONSAD Alto Irani e todos os municípios contemplados com o PAA.

Com referência a adesão do município no PAA, em que ano exatamente e de que forma ocorreu,

Com a participação no CONSAD, onde o município de Ipuçu, devido à situação de IDH, abaixo da média do Estado de Santa Catarina, foi contemplado neste consórcio. Já em discussão de melhoria de renda das famílias em situação de vulnerabilidade, levantando as potencialidades e as fragilidades do município, e formas de inclusão das famílias com produção pequena, na verdade aos Indígenas e pequenos agricultores, buscou-se a o PAA. Isto já em 2005, foi instituído o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, ligado a Secretaria Municipal de Assistência Social. (ENTREVISTA B01, 2014).

Em complemento ao descrito pelo B01, o B02 aponta a participação do município no programa: *“Em 2006, 2007, 2008, 2009, foi muito bom o programa. Funcionou certinho”*.

A adesão do Município ao PAA se deu através de projeto e as atividades envolvidas a princípio na TIX, diziam respeito conforme B01,

Foram na época, realizados vários projetos, como fabricação de produtos de higiene e limpeza, por um grupo de mulheres, viabilizado caixas de abelha para produção de mel, e conseguido equipamento para a implementação de uma pequena padaria na Aldeia Indígena da Olaria, também para um grupo de mulheres, além de incentivo individual de produção de mandioca, milho verde, amendoim, pipoca, feijão, batata-doce e frutas como laranja, abacate, poncã e outras, e hortaliças.

Ainda referente aos projetos desenvolvidos, estão os projetos de hortas comunitárias, como alternativa de melhoria na qualidade alimentar das famílias indígenas.

A horta comunitária, era projeto do PAA, que todas as escolas municipais da época que tava lá dentro da reserva que tinha as escolinhas pequenas estaduais e municipais, cada uma foi feito a horta comunitária, na fazenda São Jose, na Sede... nós tivemos a queijaria também que infelizmente morreu também... por não ter ninguém interessado em produção de leite lá dentro nós perdemos o projeto e hoje nós temos 50 produtores, que estão produzindo e vendendo leite. (ENTREVISTA B02, 2015).

As Figuras 14 e 15, respectivamente apresentam a horta comunitária da aldeia Olaria, projeto desenvolvido pelo PAA com as famílias indígenas.



Figura 14 – Vista da horta comunitária da aldeia Olaria
Fonte: arquivo pessoal do autor, 2008.



Figura 15 – Vista da horta comunitária da aldeia Olaria
Fonte: arquivo pessoal do autor, 2008.

A atividade da agricultura, em especial a produção de hortaliças é, uma prática tradicional das famílias indígenas, ainda que sendo uma atividade de subsistência, o excedente da produção pode ser comercializado e gerar renda para as famílias. *“A produção pode ser melhorada com a agregação de novas tecnologias menos agressivas como o arranjo de plantas, a melhoria das condições do solo, produção orgânica de hortaliças, podem representar alternativas de sustentabilidade do processo produtivo.”* (ENTREVISTA B03, 2014).

Um dos objetivos dos projetos realizados era envolver o maior número de pessoas, que eram beneficiárias do Programa Bolsa-Família, da comunidade Indígena. O envolvimento dos profissionais na execução ou desenvolvimento do PAA ocorreu através da Assistência Social, pelos profissionais que trabalhavam no CRAS, a prefeitura municipal, a Epagri e de forma indireta como colaboradores as Irmãs Franciscanas, através das cozinhas comunitárias. O Governo do Estado através do convênio e a Secretaria Regional de Desenvolvimento – SDR. O

programa nunca contou com uma equipe exclusiva para sua execução e acompanhamento.

Quanto às atividades que o PAA desenvolve hoje no município e na TIX, o entrevistado B02 faz uma observação quanto ao programa na atualidade no município de Ipuçu.

Na época terminou, lembra aquele convênio que nós tinha em 2007 que foi até 2011 que era o governo do estado, quando ele terminou o convenio, não houve renovação do convênio, dado até a troca de governador da época, de presidente teve aquela parada e não veio mais recurso pro município. Até na verdade também foi encerrado o PAA por parte de associação, que só vinha por intermédio de cooperativas lembra? E daí o custo alto de montagem, manutenção de cooperativa a gente não optou por seguir o programa. (ENTREVISTA, B02, 2015).

Conforme o entrevistado o município no período de adesão ao programa contou com uma importante produção na agricultura familiar, segundo ele, foi o município que mais produziu, comprou e distribuiu alimentos na época,

Nós tinha uma verba bastante alta, já por causa da reserva indígena e creio que na época foi muito bem atendida a reserva indígena, uma distribuição muito grande, produtores da reserva, o único problema foi a época que nós tinha recurso e não tinha produto, quando se adequaram a produzir o produto o programa morreu. Foi de 2008 a 2011. (ENTREVISTA B02, 2015).

Hoje o município não conta mais com o programa PAA, e conforme B02 a produção e entrega pelos produtores *“é muito pequeno o índice de entrega muito pequena, que esses produtor entrega até na assistência, mas só pros colégios municipais só. Só pelo PNAE”*.

A inserção das famílias indígenas na condição de produtores ocorre através da Secretaria da Agricultura do município, para tal, é exigida a entrega de documentação pessoal para cadastro, bem como, qual o tipo de produto será entregue e suas respectivas quantidades. No ato da inscrição/cadastramento, fica estabelecido o valor de compra dos produtos a serem entregues pelas famílias ao PAA. Os indígenas se classificam na categoria do grupo B. *“Era através da secretaria da agricultura, eles criavam um cadastro era feito uma análise do que tinha de produção, que eles tavam produzindo e era também incentivado a produzir outros produtos né”*. (ENTREVISTA B02, 2015).

Referente às dificuldades enfrentadas pelos indígenas no cadastramento e inserção de novos participantes no PAA o entrevistado B02 considera que não há dificuldades, desde que houvesse produção ele se adequaria ao programa. Contudo, a falta de produção indígena destinada ao PAA na visão do entrevistado B03, seria:

São muitas as questões que poderiam ser citadas, mas a principal, é a falta de condições econômicas, social e estrutural das famílias. As famílias que produzem para o PAA são aquelas, que minimamente possuem condições de adquirir as sementes para o cultivo e algumas ferramentas necessárias, bem como a compra de fertilizantes. Outra questão de relevante importância é a falta de assistência técnica às atividades desenvolvidas, pois não há praticamente acompanhamento técnico às famílias produtoras, o que implica numa má qualidade dos produtos colhidos e uma baixa produção dos mesmos. (ENTREVISTA B03, 2014).

Esta falta de produção na percepção da entrevistada B01 é devido *“a falta de Assistência Técnica, de incentivo a produção de produtos que possam ser vendidos para o programa, e que não precisam de muitos investimentos e aprovação da vigilância Sanitária, como produtos que são da própria cultura dos Indígenas.”*

Conforme a afirmação do entrevistado B02, quanto à produção, ou a falta dela para a inserção das famílias indígenas no programa, o mesmo cita que,

somente se não produzir, sabe que não é da cultura deles né isso, né, uma questão que não é da cultura do índio ele produzir uma horta e se manter na horta, (...) Hoje já tão se adequando já tem alguma coisa de fruticultura lá dentro, pequena; já tem a horta comunitária, porque é muito pequeno o espaço que eles tem em cada casa né, daí é criada a horta comunitária pra trabalhar junto, aqui no Pinhalzinho (aldeia) nós tinha um programa de horta comunitária incrível, (desanimado) morreu também. Nós tava assim com ela em produção já, mas tava tão bom a hortinha ali, sabe o que aconteceu, eu passo ali e vejo toda ela no matagal, nós não pudemo mais da Assistência, a prefeitura não pode mais se envolver.

Este entrave nas ações a serem desenvolvidas na TIX é na visão dos entrevistados um grande atraso para a continuidade das ações, que tendem a ficar a mercê dos interesses políticos e pessoas de cada administração interna ou externa da TIX.

Não temos nenhum projeto dentro da reserva indígena. Tamo tudo no aguardo na conversação, porque tu sabe né, toda vez que há mudança de cacique nós paramo de entrar la dentro, nós tamo um ano isolado de lá, e houve aquela mudança, agora nós tamo no aguardo pra ver o que que o prefeito vai resolver e o cacique pra ver

o que vai ser feito. O índio tem duas administração...não é só a municipal. Tu lembra, que o cacique barrava, não quero que entregue aqui, não quero que faça ali. Olha ficô a desejar lá dentro muitas vezes por causa deles lá dentro. Por causa da cultura deles e da administração deles.

O número de famílias que participavam do programa na época através da produção segundo B02 chegou a ser *“120 famílias em produção, nós tinha mais ou menos umas 20 indígenas e umas 100 famílias branca. Os indígenas produzindo e vendendo, se tivesse continuado o programa nós era pra ter hoje umas 500 famílias produzindo, que era pra ser mais da metade indígena”*.

A Secretaria da Agricultura e Epagri auxiliavam estas famílias através de materiais de custeio, ou seja, adubação, sementes, mudas, orientações técnicas, etc.

Referente ainda aos projetos desenvolvidos pelo PAA, o programa não contou com nenhum projeto que incentivasse o cultivo de matéria prima para o artesanato indígena. *“Não, nunca tivemos nenhum projeto deste nível, nem conhecimento desta possibilidade de projetos de incentivo ao cultivo de matéria prima do artesanato Indígena”*. (ENTREVISTA B01, 2014).

Quanto à organização da produção a mesma acontecia através da Associação dos Pequenos Produtores de Ipuçu - PPI.

Tudo através de associação. Associação, não tinha fins lucrativos, era isento e daí você encaixava num monte de norma pra pouco, só que hoje o governo do estado e o governo federal não fazem mais por associação, só por cooperativas, e ai que nós esbarramos por isso que morreu tudo aquela vez. E faz dois anos que to tentando montar a cooperativa e não consigo fundos. E a cooperativa lá da reserva tá um caos aquilo lá, meu Deus, inadimplência, muito complicado a cooperativa. Infelizmente eles deixaram morre aquele lugar. Ta acabado. (ENTREVISTA B02, 2015).

Esta mesma organização também contemplava os agricultores indígenas, que através da associação organizavam a produção e distribuição dos alimentos na TIX. Conforme a entrevista de B03, *“De modo geral, a produção e distribuição principalmente de hortaliças, estão organizadas de forma coletiva. Ou seja, as famílias que participam das atividades produtivas, são as mesmas beneficiadas pelo seu resultado”*. O exemplo disso são as famílias que participaram do projeto da horta comunitária.

Ainda com relação à forma de organização dos produtores, especialmente os indígenas, como fator condicionante ao acesso ao programa, os entrevistados concordam que há dificuldades para as famílias conseguirem acessar o programa não sendo através de alguma representação institucional, *“quando se trata dos indígenas sim, tendo em vista sua organização social, cultural de infraestrutura e estrutura, conhecimento técnico e de mobilidade para o escoamento de seus produto”*. (ENTREVISTA B03, 2014). O entrevistado B02 menciona que é *“essencial tem que ter a parte de organização, o grupo é mais fácil de tu acessar, mais recurso, como conseguir, como direcionar, questão de administração do recurso pra família em si sozinha é muito complicado, muito elevado o custo né”*.

É evidente na opinião da entrevistada B01 a necessidade da *“busca da implantação de uma Cooperativa Indígena que tenha e possibilite a inclusão de todas as famílias interessadas e as que tenham já produção que são um número expressivo, mas a produção deles com exceção do leite é em pequena escala”*.

Sabe-se da existência de uma cooperativa dentro da TIX, a qual se destina aos índios proprietários de grandes áreas de terras. Conforme depoimento B02 fala da dificuldade de se implantar uma outra forma de organização que representasse os interesses da agricultura familiar na TIX.

Mas que lá dentro uma questão assim, vamo colocar, internamente deles lá, que é difícil de conseguir alguma coisa deles lá dentro, crescer, (...). Mudo, mudo cacique e a coisa ta cada vez pior, o antigo cacique tentou fazer alguma coisa ali, mas ele não conseguiu porque também se deparou com questão de política deles ali dentro, ali fora não teve apoio. Aquela cooperativa é mais voltada a grande produção agrícola. Não incentivava nada, nada, na questão de pequenos produtores, ela não é pro pequeno só pro grande.

A participação dos indígenas como produtores no programa PAA é na visão dos entrevistados de suma importância para o desenvolvimento local e no incentivo a agricultura familiar.

Meu Deus, era uma fonte de renda, era muito boa na época, que nem eu te falei nós tinha vinte e poucos e tava aumentando, começaram a produzir porque eles viram que tinha uma fonte de renda, era dinheiro que vinha só que infelizmente quando engrenou o programa ele parou né. O índio produzia, temos até hoje produtores, tem gente que ainda sobrevive com verduras, passe aqui no quebra-molas no Pinhalzinho (aldeia) e veja (...) tem a hortinha dele, toda cercadinha, lembra nós fomos la aquela vez, vamos cercar a sua horta por causa dos porquinho que tinha solto, até hoje ele tem uma estufinha perto da casa se tu olhar bem e ele vende ali, até esses dias que nós tinha

um pouco de recurso ele tava vendendo ainda, infelizmente o recurso se esvaiu, não tem. (ENTREVISTA B02, 2015).

Para o entrevistado B03, em sua opinião a participação dos próprios indígenas como produtores no PAA seria *“fundamental, a iniciativa de inserção das famílias nos sistemas de produção de alimentos traz para a comunidade, novas formas de participação coletiva nas atividades, dando início a quebra do paradigma de paternalismo assistencialista governamental”*.

Complementando, a entrevistada B01 ressalta que o *“povo indígena é o nosso público prioritário, inclusive como preconizava os próprios critérios do Programa. Pois na grande maioria destas famílias a única renda são da pequena produção de alimentos provindos da agricultura como: milho verde, feijão, batata-doce, mandioca, e teria o artesanato indígena, mas que não conseguimos implantar este projeto até o presente momento”*.

Uma informação que chamou a atenção trazida pelo entrevistado B02, foi referente à adesão ao PAA hoje no município, o qual conta com a dificuldade de enquadrar as famílias nas categorias B e C, se tratando das famílias fora da TIX.

aqui na área branca hoje tem imensidão de dificuldades, vamo colocar a primeira coisa é a questão de DAP, não achamos mais produtor com DAP B e C, por causa dos financiamentos que teve, tudo mundo subiu de DAP. Se fosse hoje nós ia perder muito produtor, muito, muito, muito. Nós tamo com a maioria dos produtores no grupo B, nós já perdemos, deixamos de ter vários produtores porque eles tiveram que se adequar pra se encaixar em outras modalidades de financiamento e acabaram perdendo o programa. Como é um programa social ele é baixa renda na verdade, tinha que ser um produtor que fosse de pequena renda e na época B e C era bastante pequeno produtor; a maioria era C, hoje já são “V” e muitos ainda são projeto e abandonaram até as DAP na verdade. Com a adesão novamente ao PAA, se voltasse se enquadraria só na reserva indígena, só na reserva indígena; aqui fora não conseguimos mais ninguém, muito pouco pequeno produtor. (ENTREVISTA B02, 2015).

Os limites também podem ser considerados como dificuldades. Essas dificuldades surgem em função das condições sociais das famílias, pelo planejamento na implantação e condução do Programa, e acima de tudo pela falta de mapeamento das potencialidades do sistema de produção dos agricultores familiares e indígenas, identificando as melhores práticas produtivas de acordo com cada afinidade.

Os desafios que o Município e as famílias indígenas enfrentam com relação ao PAA,

Está na participação dos indígenas no Programa. Muitas famílias se enquadram nas exigências e condições do mesmo. No entanto, o Programa foi criado com base na realidade dos agricultores não indígenas, o que traz uma série de dificuldades na implementação quando o mesmo é aplicado às populações indígenas, tendo em vista sua organização social, cultural de infraestrutura e estrutura, conhecimento técnico e de mobilidade para o escoamento de seus produtos. (ENTREVISTA B03, 2014).

Quanto às possibilidades que o programa pode proporcionar ao município, o entrevistado B03 contribui com a sua visão de que o PAA proporciona às diversas famílias a inserção em um programa, no qual as mesmas podem ser beneficiadas de duas formas: a) Famílias que produzem e vendem para o Programa, com isso tem a possibilidade de geração de renda com as atividades produtivas realizadas pela família; b) Famílias que são beneficiadas pela ação promovida pelo Programa, onde de modo geral são famílias que vivem em condições de miséria.

Fica evidenciado o importante papel do PAA na complementação da alimentação na TIX, assim como a ajuda às famílias indígenas que na visão dos entrevistados o programa pode proporcionar *“principalmente como uma fonte de renda, e com produção de alimentos que são próprios de cultura dos mesmos como: mandioca, feijão, milho verde, amendoim, batata-doce, abóboras, couve em folhas e outros”*. (ENTREVISTA B01, 2014).

A percepção dos entrevistados com relação ao PAA se complementam, quanto às possibilidades para o desenvolvimento local e das famílias envolvidas com o programa.

Nossa, era muito grande na época. Era uma renda incrível que girava aqui dentro, nós entrava com uma média de até 80 mil reais mensais, nós chegamos a trabalhar. Pega isso aí e introduza na agricultura e veja como o comércio, tudo gira com esse dinheiro aqui dentro. Isso é uma complementação de renda do agricultor. Olha eu fiquei muito triste quando ele parou, (...) faltou força política, troca de administração, houve aquele baque que nossa! Quanto ao Estado, meu Deus! Até hoje tá inadimplente, a questão ainda tá pendente de processo, desvio de dinheiro na verdade né. Com isso não veio mais, não teve mais recurso. (ENTREVISTA B02, 2015).

Os povos indígenas baseavam sua economia no suficiente para viver bem e em harmonia com a natureza. Esta harmonia com a natureza, com o advento do desenvolvimento, nos países ditos subdesenvolvidos, seja pelo atraso tecnológico,

inadequada exploração dos recursos naturais ou pela desigualdade da distribuição da renda, “(...) geraram um processo de degradação de seus ecossistemas, de erosão de seus solos, de esgotamento de seus recursos e de extermínio de suas culturas”. (LEFF, 2009, p. 28).

Essas características que acompanham o subdesenvolvimento são sentidas de forma ainda mais drásticas, quando se trata dos povos indígenas. Segundo Leff (2009, p. 28-29),

O subdesenvolvimento é o efeito da perda do potencial produtivo de uma nação, devido a um processo de exploração e espoliação que rompe os mecanismos ecológicos e culturais, dos quais depende a produtividade sustentável das suas forças produtivas e a regeneração de seus recursos naturais.

Os desafios para a continuidade do modo de vida dos povos indígenas se apresentam através da crise econômica e ambiental que também os atinge. Leff (2009) sugere pelo meio dos princípios da racionalidade ambiental, a construção de um novo paradigma produtivo, que para estes possibilita a chance de ver suas origens produtivas e culturais sendo novamente postas em evidência para tais estilos alternativos de desenvolvimento, através da valorização da diversidade contribuindo com a afirmação das identidades indígenas.

Quanto à ação de distribuição de alimentos na TIX, a entrega dos alimentos ocorria através do PAA do município, da seguinte forma:

No período em que o Programa do PAA funcionava e bem, entregávamos cestas de alimentos produzidos pelos agricultores inscritos no PAA, e distribuíamos para famílias em situação de vulnerabilidade, principalmente as famílias da terra Indígena Xapecó. As famílias eram inscritas no setor de Assistência Social, através de um Estudo Socioeconômico, realizado por uma profissional Assistente Social, que destinava as famílias. (ENTREVISTA B01, 2014).

Corroborando, com a entrevista, B02 menciona o papel da CONAB e FUNAI perante a ação de distribuição de alimentos na TIX,

O município pactuava com a Conab. O Papel da FUNAI, na verdade interpretava um papel de ajuda na distribuição, emprestando o caminhão, eles puxavam as cestas, levavam material, mas bem pouca participação. Era diretamente entre a Conab e o Município, mas muita pouca coisa a FUNAI, cedia funcionários, caminhão pro transporte das cestas até a reserva. O papel da Conab era a parte financeira e burocrática. (ENTREVISTA B02, 2015).

A figura 16 a seguir demonstra a realidade da entrega das cestas-básicas destinadas à população indígena através da Ação.



Figura 16 – Ação de Distribuição de alimentos. Aldeia Fazenda São José. Terra Indígena Xapecó – Ipuçu/SC.

Fonte: arquivo pessoal do autor, 2008.

Conforme B03 “era marcado um dia por mês e realizada a entrega nas aldeias Indígenas e em alguns casos na própria Assistência Social, a entrega era mensal.” Tanto as cestas-básicas provenientes da Conab, quanto à entrega dos alimentos do PAA para as famílias em situação de vulnerabilidade social eram realizadas pela Assistência Social do Município, “Era mensal. E daí o caso, uma família que precisava mais a gente fazia quinzenal, semanal, conforme a necessidade da família, quando o CRAS, ou as irmãs falavam nós entregava mais pelo PAA”. (ENTREVISTA B03, 2015).

Será abordado de forma mais detalhada na próxima seção como se dava o recebimento dos alimentos pelas famílias indígenas.

Referente à diversidade dos hábitos alimentares dos beneficiários do PAA e da Ação de distribuição de alimentos na TIX, o entrevistado B02 expõe:

Infelizmente não né, não porque ela já vem relacionada a cesta padrão né. Toda ela é um padrão só em todo o Brasil ela já vem montada e pronta pra ser entregue, não tem como você diversifica lá dentro dela, ela é complementada com alguma coisa que o município disponibiliza, que nem na época sabe aquele programa do feijão, daí foi adquirido e colocado mais na cesta, mas não que foi adequado a alimentação deles, só que complementemos a mais com outros produto. Sempre foi um problema seríssimo essa questão.

No tocante ao respeito à diversidade dos hábitos alimentares do povo indígena e a garantia a alimentos de qualidade, observa-se que esta possibilidade não acontece quando se trata da alimentação de grupos específicos, assim como os indígenas. Conforme o relato de B01, esta condição só é garantida através dos produtos entregues pelo PAA do município, quando descrevem os produtos oferecidos as famílias indígenas.

feijão, mel de abelha, mandioca, batata-doce, milho verde, couve em folha, doces de frutas em conserva, açúcar mascavo, pipoca e frutas cada uma de acordo com a época de produção, as cestas sempre foram diversificadas de acordo com os produtos da época. Na sua grande maioria era produtos orgânicos, não bem de acordo com as normas, mas sem fazer uso de agrotóxicos.

Conforme mencionado na entrevista anterior, referente aos produtos orgânicos B03 relata que *“sim, praticamente todos os produtos de origem da TIX utilizados pelo PAA, são livres de agroquímicos, pois o sistema de produção ainda é desenvolvido sem o uso de tecnologias, num sistema arcaico, como o sistema de coivara¹⁵s, onde é produzido o feijão, utilizado pelo PAA”*.

Neste contexto B02 cita os demais produtos que eram entregues na TIX, através do PAA. *“Na época nós tinha amendoim, carne de porco, queijo, ovos, bolacha, pão, macarrão na época também passado a comercializar, entre outros né. Esses produtos entregues lá na área indígena, produção deles nós tinha produção de mandioca, milho verde na época eles produziam bastante, frutas eles produziam, não vamo se queixar eles tinham a produção deles”*.

Ressaltamos a presença de famílias que produziam para o PAA e estes produtos eram entregues posteriormente para o consumo da própria comunidade indígena. Outra ressalva é para o dado sobre as famílias que são beneficiárias do

¹⁵ É uma técnica agrícola tradicional utilizada em comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas no Brasil.

programa na forma de fornecedor e também como beneficiário recebedor, ou seja, *“sim, várias famílias indígenas são fornecedores para o PAA, tendo como principal produto de entrega o feijão, hortaliças, mel e mandioca. E ao mesmo tempo são beneficiários da cesta de alimentos”*. (ENTREVISTA B03, 2014).

As entidades atendidas também pelo PAA dentro da TIX eram as escolas, a Pastoral da Criança e da Saúde.

A visão dos entrevistados sobre a forma e quantidade dos alimentos distribuídos através da Ação pela Conab na TIX não garantia o direito previsto em lei quanto ao acesso regular, permanente a alimentos de qualidade.

Na época nós tinha distribuição pra mil famílias que recebia. Nós tinha, 740 na época cesta básica, nós tinha acho que 8 aqui fora pra área branca. Era tudo pra reserva indígena. O PAA complementava, porque tinha bastante, porque a quantia que vinha era insuficiente pra atender toda a reserva indígena e até hoje ela é, o índice lá dentro é bastante alto ainda, nossa! Na verdade a cesta básica continua ainda, conseguimos pela Conab aquele programa da cesta básica, mas olha um terço do que vinha antigamente. Reduziu mais ainda do que tinha, já era pouco e insuficiente, hoje nós temos uma quantia menor ainda.

Os profissionais que participaram do processo de planejamento da distribuição dos alimentos foram *“além dos profissionais da Assistência Social, participaram técnicos agrícolas e algumas pessoas da própria comunidade auxiliando nesse planejamento. Nas Terras Indígenas geralmente as lideranças são responsáveis pelo planejamento e acompanhamento na distribuição dos alimentos”*. (ENTREVISTA B03, 2014).

A percepção dos profissionais referente às entregas de alimentos na TIX apontam a necessidade de se repensar esta forma de organização, a entrevistada B01 menciona que *“deveria ser gerenciado por uma secretaria com parceria das demais envolvidas, que não fique com a responsabilidade somente do Assistente Social”*. Confirmando com isso o depoimento do entrevistado B03, o qual vê de suma importância *“a participação multidisciplinar é de fundamental importância no planejamento e organização”*.

Outro fator importante é o do controle social do programa PAA, que é realizado através do CONSEA em cada município. Em Ipuacu, segundo a entrevista B01, *“atualmente seria necessário ativar o CONSEA, e reformular alguns critérios de membros participantes deste Conselho, envolvendo mais a participação dos*

beneficiários e produtores que se enquadram no Programa”. O conselho está inativo devido as atividades do programa terem sido finalizadas. A entrevistada ressalta ainda outro problema que diz respeito a participação dos membros do conselho no controle social, principalmente a participação indígena.

Muito pouca a participação desta população no Controle Social do PAA, atualmente estamos trabalhando mais no fortalecimento de algumas lideranças Indígenas, principalmente algumas mulheres, no intuito de promover a necessidade da organização desta população tanto para conseguir acessar alguns programas, como também na questão de possibilitar um mercado maior e melhor de comercialização de seus produtos.

Os profissionais entrevistados possuem conhecimento das instâncias de controle social, incumbido de acompanhar o programa e suas atribuições, contudo, ambos relatam que apesar dos indígenas terem assento neste conselho, sua participação é pouco exercida. Os conselhos municipais são espaços propícios ao diálogo entre as necessidades de produção e as demandas de consumo (Triches e Froehlich, 2008).

Os conselhos são espaços mediadores, que possibilitam a aproximação dos setores público e do privado, a questão da participação baseada na análise de Codato (2005), o qual considera que para o estabelecimento da economia neoliberal, se fez necessárias algumas reformas políticas nos cenários presentes, para que houvesse um aumento da participação e representação democrática. Ou seja, para a implementação da política neoliberal, fazia-se necessário à precondição da ampliação da cidadania e democracia em um panorama até então de extremo autoritarismos e repressões populares. Referente ao processo de implantação ou redemocratização da sociedade brasileira, nos espaços ou instâncias de controle social, apresentam-se para sua efetivação, resultante das conjunturas políticas, econômicas e sociais, ainda como um desafio.

3.2 AS FAMÍLIAS INDÍGENAS PESQUISADAS E A AÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS NA TERRA INDÍGENA XAPECÓ

Partindo da concepção da segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, serão descritas neste ponto do trabalho, com base nas entrevistas gravadas durante a pesquisa de campo, a forma de operacionalização do PAA no município, bem como à Ação de Distribuição de Alimentos na TIX.

Na realização das entrevistas, quando questionadas as famílias indígenas sobre o seu conhecimento sobre o programa PAA, estas responderam que foi através da Secretaria da Agricultura, Agentes de Saúde, Conselho Tutelar, algum familiar, *“por causa dos irmãos que contaram né”*, (A09, 2014); *“os outros que falavam né”*, (A10, 2014); *“Só pela cesta né”*, (A16, 2014); outras que só ouviram falar.

As demais responderam que sim e que *“sabem que tem”* no município. Que participaram do mesmo na época, no programa, outras que não lembravam exatamente mas que fornecia ao programa *“batata, mandioca, feijão, daí as fruteiras nós já tinha plantado. Daí nós comparamos mais e plantamos”*. (A03, 2014). Outras mencionam ainda que já haviam pensado entre a família sobre a possibilidade de entrar no programa e quando procurados pelo técnico da Epagri, aderiram ao programa através de sua produção e da produção do projeto desenvolvido na aldeia através do PAA, *“na época nós tava, (...) no caso, nós tinha, já tinha combinado e tudo pra nós entrar nesse do arvoredo ali que tipo (...) ele disse que nós podia fazer chimia do, das peras, dos pêssegos e comercializa dessa maneira”*. (ENTREVISTA A06, 2014).

A entrevista realizada com a liderança local, o cacique da TIX, o mesmo não possuía conhecimento sobre o programa PAA, se havia alguma família produzindo, *“eu acho que não tem mais ninguém que produz e não tão mais comercializando, só pro consumo da família mesmo”*. (ENTREVISTA B01, 2014). Com relação a esta

informação a respeito do conhecimento do programa apenas duas famílias não souberam responder com precisão se conheciam ou já teriam ouvido falar do PAA; outra menciona que *“nunca foi atrás”*, (A17, 2014).

Outra família fala sobre a forma como fez a adesão ao programa, e cita as dificuldades referentes à necessidade de documentação adequada para o cadastro.

sobre esse programa (espaço de tempo), nois foi com os amigos, ali de Ipuacu, a gente foi na casa e eles falaram desse programa e começaram a explicar, dai gente foi lá e falo com a moca (sec. da agricultura), esqueci o nome dela, e daí foi cadastrado, mas deu um problemão, mas deu pra cadastrar, eu tive que levar documento, daí ficou certinho. (ENTREVISTA A13, 2014).

Quando questionadas sobre as dificuldades que as mesmas encontraram quando buscaram o acesso ao programa, a maioria das famílias relataram, conforme o exemplo da família A09, *“foi bem tranquilo...”*, não encontraram maiores dificuldades. A família A13 reclamou achando que havia a necessidade de muita documentação para o cadastro.

Sim, Da documentação só, foi, bastante documentação. A gente se associa a essa cooperativa aqui da reserva. teve correria assim que tinha que entregar documentos, e voltava lá não dava, ela marcava outro dia... deu tudo certo, to cadastrada. (...) Pago, anual, R\$ 50,00, né, certo. Dá pra tirar esse valor, mas até digo, conversando com meu esposo pra nós desistir dessa associação (cooperativa), porque pra nós não tá tendo lucro, tá levando nosso lucro. Porque na verdade a gente não tá fazendo uso, porque lá tem trator, tem isso, tem aquilo, e eu to pagando por fora pra isso, entende, então tá levando meu lucro, além que você paga, tá levando seu lucro. Não to usufruindo.

Quanto ao depoimento do C01, este na sua opinião acredita que *“é eu acho que falta um incentivo na verdade porque a pessoa do índio ele é, se não tiver o incentivo ele é tipo assim, muito acomodado, então se não tiver um incentivo sem acompanha, orientação”*. Ele se refere à questão do acesso, que a dificuldade está na condição do índio não se encaixar no PAA como fornecedor, por falta de informação, de apoio técnico dentro da TIX, e que isso representaria uma oportunidade para os indígenas conseguirem desenvolver a agricultura familiar.

Quanto ao uso das terras pelos indígenas, este deve ser visto como direito de desenvolvimento de atividades produtivas que correspondam às suas necessidades de subsistência. As famílias foram questionadas sobre a posse das terras, se as mesmas possuíam terra suficiente para produção e o que costumam cultivar. Dentre as respostas, as informações colhidas foram na sua maioria, que as famílias plantam em pouca terra, o máximo que estas possuem são 04 hectares, *“óia*

a minha terra ela da uns 4 hectar nesse 4 hectar, nós prantamo milho, soja, nós temo um sitio aqui em cima, nós tamo querendo pranta mais uns negócio ali, umas miudeza né, ali o que der, e prantamo ali perto da casa do meu pai, ali em roda da casinha dele”. (A07, 2014).

Outras, não produzem nada, pois “*não tem terra*”. (A16, 2014). Ou seja, a posse das terras fica entre a quantidade que possuem ao redor de suas casas, “*...eu tenho só uma horta*”. (A09, 2014). Outras, “*só ao redor da casa, não da ¼, eu planto batata, verdura, faço horta, e planto um pouquinho de feijão que dá pro gasto né. Pra família consumir...*”. (A14, 2014). Há existência de famílias que cultivam frutas e melancia, produções que exigem pouca área de terras. “*só miudeza mesmo... eu planto bata, mandioca, pipoca, amendoim. E a melancia também né que a gente planta, porque é bom a gente planta né*”. (A04, 2014). Algumas famílias plantam o milho para a alimentação das vacas, na produção do leite. A figura 17 ilustra o cultivo da família A09.



Figura 17– Aspecto do cultivo de uma das famílias entrevistadas na Terra Indígena Xapecó

Fonte: arquivo pessoal do autor, 2008

Há famílias que possuem quantidade maior de terras, e estas praticam a exploração de suas terras através do arrendamento para os não índios. Quando

questionadas sobre o plantio de que produtos que elas exerciam, responderam que plantam, soja, milho, feijão, na grande lavoura. E para o consumo doméstico, plantam a mandioca, o amendoim, a batata, a pipoca, etc., “*nós arrendamos as nossas terras. Temos 13 alqueire. Plantamo as miudeza*”. (A10, 2014).

O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73) traz o conceito de terras indígenas no seu artigo 17, a saber, reputam-se terras indígenas:

I - as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição (hoje revogada); II - as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título; III - as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas.

O artigo 20 da Constituição Federal ressalta que as terras indígenas são bens da União. O art. 231, parágrafo 2º e 4º trazem ainda que as terras indígenas são bens públicos de natureza especial, e apesar do seu domínio pela União, o direito de gozo e fruição sobre elas é exclusividade das comunidades indígenas, assegurado pelo instituto de posse permanente e usufruto exclusivo. O usufruto exclusivo nas terras indígenas possui caráter coletivo, ou seja, seu o direito ao uso da terra é da comunidade indígena e não de cada indivíduo particularmente.

A adesão das famílias ao PAA se deu através de muitos sujeitos envolvidos com o trabalho de diferentes instituições na TIX. Podemos perceber pelo depoimento da família A12,

Como que eu me integrei nele assim? Sim, foi assim que nem eu falei pra senhora a pessoa que mais batalhou pros indígena foi o conselheiro (...), que sempre sabia das coisa ali, agora depois que o “Galé” (apelido destinado ao técnico da Epagri que é morador da TIX) também foi trabalhar tem sido um parceiro, ele também tem ajudado, quando sai alguma coisa nova ali, porque se nós espera aqui pelo cacique, pela liderança é como eu lhe falei, ele vai ajuda o grupo dele, mas daí como tem dois índio trabalhando no município ali, o conselheiro, o Galé ele é técnico né, então eles sempre avisam aqui, claro que se a Assistente Social também tivesse mais contato com nós aqui seria melhor porque ela sempre foi parceira aqui. Nessa parte facilitou com o dinheiro que nós pegava né, do produto que nós vendia, mas...

O aumento da produção agrícola das famílias que fizeram adesão ao PAA fica evidente no depoimento da família A15, “*naquela época nós não tinha produção, (...) veio dai aquela vez pra nós se cadastrar na colheita da mandioca. (...) teve uns que se reuniram nuns seis, sete só num pedaço e plantavam e dava rama né, e plantavam né, e daí quando tava pronta pra colher eles vendiam né (...)*”. Outra

família também comenta que agora *“agora te, bastante ai plantando, faz tempo que ta dando”*. (A03, 2014).

O conhecimento das famílias sobre os projetos desenvolvidos na TIX que estivessem relacionados ao PAA, a grande maioria respondeu que sim. E seriam estes, a *“é, aqui é uma horta comunitária que eles fizeram né, era pra comunidade só que daí ta assim (aponta para o mato), ai agora ta mais assim porque nós começemo limpar por ai”*. (A05, 2014). Outra família recorda do projeto do pomar, *“Era ca, ca Epagri, aquele pomar que tinha aqui do lado do colégio, também prantaram tudo os arvoredos ali né”*. (A06, 2014). Outros citam a Padaria, projeto desenvolvido na aldeia Olaria, e as entregas das cestas-básicas.

Analisando os objetivos do PAA, foi questionado as famílias sobre suas opiniões quanto a possibilidade do programa contribuir na permanência delas no meio rural, e proporcionando maior qualidade de vida. As respostas foram unânimes quando se referem a esta possibilidade, a qual é vista de forma positiva por todas elas. Todas elas também concordam que para o programa se desenvolver de forma positiva, às auxiliando de forma eficaz e eficiente, as famílias precisariam contar com diversas possibilidades, sejam elas, por exemplo, na oferta de sementes, *“seria melhor, mas tem que ajudar a gente né, se não ajudar a gente não pranta daí não tem semente, tem que compra milho, semente, esses comum não da mais, não tem condição né”*. (A01, 2014). Outra família cita o exemplo,

E tem pessoas aqui que tem vontade, mas eles não tem condições né, se tivesse alguém que viesse ali, eu tenho certeza porque tem muitas famílias que a gente vê que eles mesmos constroem a horta deles pequenininha, de taquara ou de pau, tudo quase tem, mas tudo pequenininha né, mas daí eles não tem uma manga pra molhar, não tem, as vezes não tem nem poço perto de casa, falta o nosso poço, tem bastante fonte (de água), mas não tem manga. (Entrevista, A02, 2014).

O auxílio financeiro que o PAA proporciona, como uma fonte de renda para as famílias da agricultura familiar também para elas o ponto mais importante.

Uhum, por causa que, daí a gente entrega não é bastante que a gente entrega, no PAA né, mas já da pra comer né, que daí a gente recebe aquele dinheiro, daí a gente compra o que a gente precisa. Eu penso assim que se tudo plantasse um pouco pra entregar, nem que não entregasse bastante, mas miséria não passava né, porque sempre tinham daí aquele pouquinho. Mas só que daí não...(espaço de tempo), que nem aqui é só nós que plantamo (...). (ENTREVISTA, A03, 2014).

Outras famílias referenciam como dificuldades e possibilidades o acesso ao local para o plantio, “*eu acho assim que se tivesse a maneira de ajudar a pessoa de fazer né, um terreno pronto, preparado pra fazer tudo isso e ter o lugar pra vender eu acho melhor*”. (A04, 2014). Aqui também fica evidenciada a necessidade de garantia de mercado para a entrega dos produtos. “*Podia, todo mundo planta né, cada um tem seu pedacinho e faz, (...) e vão vende na cidade daí né, daí elas pegam o ônibus e vão de manhã na cidade vende né e vem de tarde de lá né, elas vão pra Xanxere, São Domingos, tem que sair*”. (A05, 2014). A falta de incentivo e garantia de um comércio local para a produção, que mesmo após o término do PAA ainda permanece na TIX, é um agravante quanto às dificuldades de garantia de renda dessas famílias.

Outro fator determinante para as famílias, que ficou evidenciado em vários depoimentos, foi à questão da quantidade de terra disponível para o plantio. Mesmo tendo a concepção de que o PAA é voltado para as famílias da agricultura familiar, incentivando a produção diversificada e não a produção em grande escala, os entrevistados mencionam em suas falas a insatisfação quanto aos seus lotes de terras. A fala do entrevistado A12, representa bem esta insatisfação, “*e na minha visão é o seguinte, o povo tem que sair daquela situação que eles têm, e por isso que tem que tira a terra daqueles que tem bastante pra ajudar aqueles que não tem, diminui as terras*”. Outro depoimento que caracteriza esta insatisfação é do entrevistado A15, “*(...) eu digo se a comunidade pensasse bem né (...) mais é só lavoura de máquina né. É poucos que plantam né*”.

A questão da visão do branco referente à produção indígena é exposta na entrevista de A17, o qual menciona, “*só que esse PAA só funciona lá fora da área, porque aqui nunca funcionou. (...) porque de certo que os índio não plantam. Eles plantam, pode olhar, cada um tem suas plantinha (...)*”.

A liderança local tem a percepção de que o acompanhamento técnico é um fator condicionante para a agricultura familiar prosperar dentro da TIX, “*(...) mas eu acho que teria que ter um técnico, um agrônomo acompanhando junto pra trabalhar com as técnicas, porque tem solo que tem que recuperar, e o índio muitas vezes não sabe, não adianta planta, dá a semente pra ele plantar, não vai produzir. Então é um dos pontos mais negativos (...)*”. (C01, 2014).

Portanto, quanto à possibilidade do programa contribuir na permanência das famílias no meio rural, e proporcionar maior qualidade de vida aos indígenas, fica claro que todos compreendem e concordam, contudo, as dificuldades que se apresentam e as condições disponíveis para sua superação, é o grande entrave na efetivação das condições econômicas e sociais dessas famílias.

Como é sabido, o artesanato faz parte da cultura indígena. Na TIX, a cultura kaingang tem a tradição de fazer o balaio, as cestas, os colares, etc. Com matéria prima advinda da própria natureza, sendo a taquara, as sementes, entre outros. Em nossa pesquisa, as famílias indígenas relatam que a maioria ainda possui a tradição do artesanato, mas poucas delas o utilizam como fonte de renda. Encontramos uma família que no momento estava utilizando-se do artesanato como fonte de renda, mas a dificuldade de encontrar matéria prima e comércio que incentivasse a produção era um fator que desestimulava a família.

A figura 18 representa a produção do artesanato de uma família da TIX. *“Esses que eu to fazendo agora, os vazinho né. É um capim, (...) só um que nós fizemos assim pra amostra né, mas nós fazemo bem mais bonitinho né, (...), é o que nós tamo vivendo com isso aqui”*. (A07, 2014).

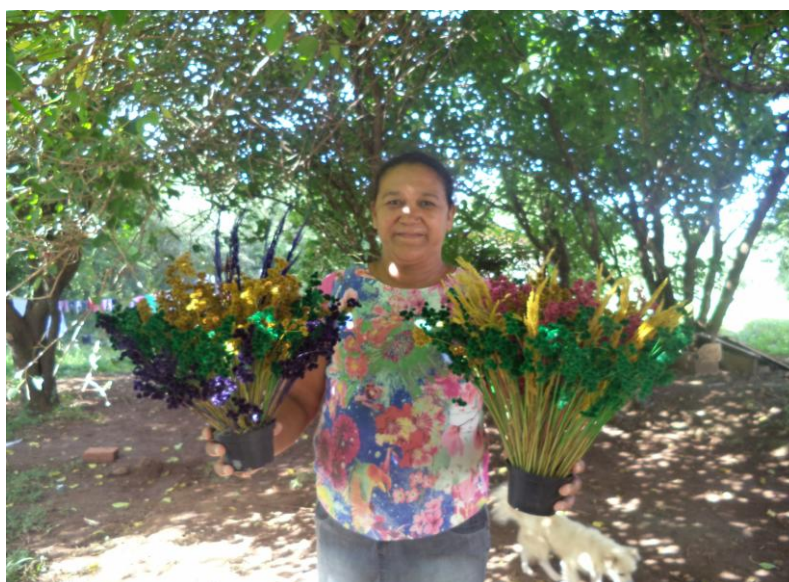


Figura 18 – Imagem ilustrativa do artesanato produzido por uma das entrevistadas
Fonte: arquivo pessoal do autor, 2014.

Ainda referente ao artesanato indígena, este assim como o PAA, encontram como dificuldade para se manter, devido a falta de incentivo, o comércio dos produtos. Podemos perceber através do relato,

Pois eu acho assim que aqui pra tradição deles tinha que ter, construir alguma coisa aqui que tem umas mulheres que fazem artesanato, elas não tem onde vender, tinha que fazer alguma coisa pra elas manter a cultura delas, pra elas fazer, trabalhar e ficar ali vendendo, fazer uma casa, sei lá, alguma coisa na beira do asfalto pra elas ficarem ali vendendo, pra não ser preciso elas sai, e pra elas não parar com a cultura delas, que elas, tem pessoas que tão parando, porque não tem condições as vez de sai na cidade pra vender os artesanatos delas, elas não tem, né e tá acabando, tá acabando isso. (ENTREVISTA A02, 2014).

Quanto à forma cultural das famílias indígenas de cultivo de seus alimentos, as famílias concordam que o PAA, poderia ser um aliado no resgate da cultura alimentar indígena, pois incentiva a produção diversificada e de alimentos que são diretamente ligados aos hábitos alimentares dos índios, “*sim, a cultura ia se mante*”. (A09, 2014). Outra família relata que “*seria bom. Da origem do índio mais mesmo seria a mandioca, batata doce, seria a pipoca, seria a moranga, eles adoram moranga, (...) eu vo comer com eles, mas eu vo fazer eu queimo tudo (risos)*”. (A13, 2014). Outro alimento da cultura indígena é o bolo nas cinzas, “*o que eles fazem bastante aqui na reserva é o bolo na cinza, vai farinha de trigo, farinha de milho, mas não vinha farinha de milho na cesta*”. (A05, 2014).

A liderança local também vê de forma positiva o programa PAA, e no seu relato se diz disposto e aberto para qualquer iniciativa que venha à contribuir com o desenvolvimento da TIX, “*da nossa parte acho que é tranquilo, a gente tá com as portas abertas pra que qualquer projeto que venha pra beneficiar os produtores, os agricultores, incentivar, da nossa parte a gente sempre vai dar o apoio*”. (C01, 2014).

Referente a Ação de distribuição de alimentos dentro da TIX, as famílias eram inscritas para o recebimento através da Assistência Social do município, com exceção algumas relataram que o cadastro foi feito pela agentes de saúde e repassados para a Assistente Social.

Quando questionadas sobre suas opiniões a respeito dos alimentos recebidos através da Ação, a quantidade, qualidade e o tipo dos produtos entregues, todos sem exceção, reclamaram da quantidade de alimentos distribuída, dizendo que era insuficiente, “*vinha poco né*”. (A01, 2014). Outra família conta que “*nóis comia e achava bão né (risos) porque não tinha outra. Era pouca*”. (A03, 2014). Para a família A12, “*eu na minha forma de entender, não seria aquilo que a gente desejaria né (...)*”.

Também concordaram em todos os relatos que os alimentos não eram de boa qualidade, a família A05 relata que *“o feijão tinha vez que não cozinhava, e o macarrão as vez tinha cheiro, tudo meio preto (risos) era pouca”*. Já outra família fala sobre a qualidade da farinha de trigo, *“óia eu sei que nas ultima cesta não vo quere te menti, sei que nas ultima cesta a farinha de trigo tava com a validade estourada já”*. (A06, 2014).

o que era bom era o macarrão, e o óleo, agora o arroz as vez vinha um arroz que não cozinhava, as vez vinha algum arroz com bichinho né e daí o que nós aproveitava mais era o macarrão e o óleo e de as vez vinha algum pacotinho de leite, mas não era sempre. O feijão, tinha época que vinha um feijão bom, tinha época que vinha um feijão duro que a gente cozinhava e não cozinhava, daí nós deixava de lado porque nós via que não adiantava cozinhar porque ele não cozinhava. (ENTREVISTA, A14, 2014).

Corroborando com o relato dos entrevistados B01, B02, e B03, todas as famílias relatam que a quantidade de alimentos entregues na TIX não era suficiente para a demanda de necessitados. Frente a esta situação, há o relato ainda de algumas famílias, que recebiam somente a **metade das cestas entregues**, ou seja, em alguns casos para que todas as famílias fossem contempladas, e nenhuma ficasse sem receber o alimento, os produtos das cestas eram divididos, a família A02, relata que *“a gente recebia, só a metade, (...) era tudo pela metade. A gente pegava um pacote de arroz, um de macarrão, um pouquinho de feijão e o óleo né vinha, só isso. Não eram boas”*.

A opinião da liderança a respeito também vem ao encontro das famílias e ainda reforça que os produtos entregues não valorizam a cultura alimentar do índio, *“(...) pelo tamanho das famílias não é suficiente. Então a parte dos alimentos que tem ali falta alguma coisa que é comida típica da nossa cultura, que não acompanha, que seria a farinha de mandioca, a farinha de o fubá”*.

Referente ao gosto alimentar das famílias, dos alimentos entregues os mais citados foram, o arroz, o feijão e o leite. *“Nóis gostava do leite né (risos), criançada né. (A09, 2014)*. Outra família cita que *“la na minha casa a minha família gostava do macarrão”*. (A10, 2014). Outra família fala sobre o seu sentimento de agradecimento pela contemplação daquela cesta de alimentos. Sua concepção sobre a Ação é de forma assistencialista e não uma visão enquanto de um cidadão de direito.

eu na minha forma da minha familia ali nós como assim, o que vem de doação, ainda que não fosse aquilo que a gente gostaria mais,

mas na realidade o que é pro, assim pro alimento da gente nem que seja um arroz meio, que não seja de primeira, mas é uma coisa que a gente também vai receber ainda que não seria aquilo que a gente gostava mais né. Mas tu vai receber de bom coração. (ENTREVISTA A12, 2014).

O relato da liderança enfatiza a opção de alguns produtos da cesta por outros que seria do hábito alimentar dos indígenas, “*o que o pessoal reclama bastante, na verdade, por causa da cultura nossa é o óleo né, que o pessoal prefere substituir pela banha, a banha de porco e isso é típico. A banha de porco, tem índio que não come, ele não se apega, ele não usa o óleo*”. (C01, 2014).

A distribuição dos alimentos acontecia da seguinte forma, conforme o relato das famílias que retiravam, “*vinha tudo assim, vinha fardo de arroz, fardo de macarrão, (...) vinha tudo nas bolsa*”. Deveria ser uma sexta completa, igual quando a gente vai no mercado comprar, vem uma cesta completa, não pela metade né”. (A02, 2014). As entregas eram feitas através dos profissionais da prefeitura municipal, que utilizavam um caminhão, que quando não era cedido pela Conab era do próprio município. Os profissionais da Assistência Social organizavam a ordem de entrega, através das listas com os nomes dos beneficiários. No dia de entrega dos alimentos, todas as aldeias eram visitadas.

As figuras 19 e 20 respectivamente demonstram o trabalho dos profissionais da Assistência Social do município na entrega dos alimentos.



Figura 19 – Imagem da distribuição de alimentos (cestas) na Terra Indígena Xapecó.
Fonte: arquivo pessoal do autor, 2008.

O relato da família A05 descreve bem a forma de entrega, conforme podemos observar na foto acima, *“chamavam por nome da lista né, vinha com um caminhão na frente do clube (sede da cooperativa indígena), daí o pessoal se reunia lá e daí faziam uma fila, (...). tinha que ser assim por senha, cada um que chegasse pegava uma senha e ia retirando né os seus produto”*.

O depoimento a seguir corrobora com o descrito acima, quando menciona a forma de entrega e enfatiza a necessidade da aquisição destes alimentos para as famílias indígenas.

Eles traziam com o caminhão, nós fazia a fila ali na frente do salão ali, e nós ficava ali esperando até que chegava, e sabia que cada um ia pegar sua cesta né, porque muitas vez aquela cesta foi o que mato a fome de muitas crianças né, porque eu foi uma que nem nós que não temo salário, chego a cestinha daquela ali, você vai e compra uma carne já ta a alimentação pra aproveitar pra comer, e se não vem, que nem agora né. Então é bem difícil. Nós pedimo que venha

né, que Deus abençoe que volte a cesta pra nós que nem era. (ENTREVISTA, A07, 2014).



Figura 20 – Imagem da distribuição de alimentos (cestas) na Terra Indígena Xapecó
Fonte: arquivo pessoal do autor, 2008.

O discurso do A17 complementa o argumento da família acima, quando ele relata: “*eu acho que deveria vir às cestas prontas e dar pra toda a comunidade, (...) tinha que vim e continuar dando, porque daí deram aquele tempo, daí pararam, foram trazendo um pouquinho de feijão, **depois não deram mais e agora não tem mais de vez***”.

A liderança da TIX que assumiu o mandato de cacique, há 05 meses, também contribui com a informação de como é hoje a entrega dos alimentos na TIX.

eles entregam pras lideranças repassar (...) e uma parte vem pra saúde que tem umas famílias cadastradas no baixo peso e problemas de saúde mesmo, então eu acho que teria que ser, por cadastramento das famílias, as mais carentes, que tem famílias que não tem necessidades, mas tem famílias bem, bem, bem necessitadas, que precisam realmente, que precisam quase todo o mês de uma cesta. (ENTREVISTA, C01, 2014).

A entrega efetuada atualmente na TIX dos alimentos provenientes da Ação de Distribuição de Alimentos é conforme o relato acima, realizado pelas próprias lideranças das aldeias. A entrega não é mais realizada através dos profissionais da Assistência Social.

É a gente encontrou a dificuldade, já faz 5 meses que eu assumi como cacique e a cesta básica veio só duas vezes, então e ainda o que vem não é o suficiente pra tudo a demanda, então nós temos uma quantidade bem grande de famílias e nós pegamos sempre 200, 230 cesta pra toda a aldeia, então é assim uma demanda bem maior do que tá vindo. (ENTREVISTA, C01, 2014).

Durante o período investigado, a entrega das cestas eram frequentes, mensais, conforme o relato dos entrevistados, todos confirmaram esta informação. Conforme pode ser percebido na fala da família A03, *“assim né que daí vinha todo o mês né, não fartava mês, depois que não veio mais”*. Contribuindo com este relato, a família A04 menciona, *“é vinha todos os meses né, mas daí chegou um tempo que não veio mais, parou e não veio mais”*.

Com relação à origem dos produtos que compõe a cesta de alimentos da Ação de Distribuição, os entrevistados desconhecem exatamente sua origem. Quando perguntado sobre, várias famílias responderam que não sabiam, ou que apenas sabiam que *“vinham da prefeitura entregar”*. (A02, 2014). Outras tinham a concepção de que os alimentos eram provenientes da Funai. Apenas algumas afirmaram saber que eram proveniente do PAA, *“sim do PAA”*. (A15, 2014).

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na trajetória histórica das políticas públicas e sociais, conforme já vimos, o PAA representa um novo contexto de redirecionamento das políticas destinadas ao desenvolvimento rural, através do incentivo a agricultura familiar, atividade esta que historicamente ficou de fora das políticas destinadas a este setor.

Tendo em vista o objetivo do PAA de geração de trabalho e de renda, e analisando todas as entrevistas acima interpretadas observa-se que apesar de o

programa ter uma base e ser um projeto social de suma importância, o mesmo não se efetivou na TIX.

O principal motivo se destaca pela falta de compromisso demonstrado pela descontinuidade do programa social na TIX. Com isso, partindo do pressuposto de que este programa seria um indicador de um novo contexto no campo do desenvolvimento, principalmente ao desenvolvimento endógeno, considerando suas características de promoção de geração de renda e maior qualidade de vida, sua relação com a biodiversidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

De acordo com os entrevistados apesar dos indivíduos envolvidos diretamente com o PAA explanarem sobre as vantagens e importância do programa, a população indígena de modo geral não demonstrou ter um conhecimento abrangente e concreto sobre o programa em questão, o que leva ao questionamento sobre o fato da informação referente ao programa e a população, o que faz com que mesmo que o programa tivesse se efetivado a maioria da população indígena não possuía verdadeiro conhecimento sobre o programa e suas ações.

Verificou-se que, em termos locais, apesar do número de produtores, dos recursos disponibilizados e das pessoas que receberam os produtos no período 2009 - 2012, a abrangência do PAA foi limitada e concentrada na população fora da TIX. Além dessas limitações, o programa enfrentava outras dificuldades como a falta de articulação entre as políticas públicas, como o acesso ao crédito rural (PRONAF) e à assistência técnica, que são fundamentais no momento de se decidir pela continuidade ou não das atividades agropecuárias, bem como pelos produtos a serem cultivados.

O PAA envolve na sua execução arranjos institucionais e um conjunto de atores oriundos tanto da esfera pública quanto da sociedade civil. Esta execução acontece tanto na esfera local, através do planejamento da produção, organização dos produtores e dos beneficiários, etc., quanto na esfera regional e nacional. A ausência destes arranjos públicos federais e locais (MDS, CONAB, administrações locais, órgãos de assistência técnica, sindicatos, federações, conselhos, associações, cooperativas, etc.) ou a falta de interação entre eles, pode comprometer a consolidação do programa. “(...) Ademais muitas prefeituras não estão acostumadas ou dispostas a trabalhar com projetos de cunho estruturante e não assistencialista ou, ainda, diferenças político-partidárias limitam o andamento do programa (...)”. (GRISA, 2009, p. 15).

A fragilidade das organizações sociais e a instabilidade política das administrações locais são alguns dos fatores que convergem para a ruptura e a descontinuidade do programa, comprometendo os resultados positivos que o programa oferece e neste caso, apresenta para a comunidade local.

Essas limitações e dificuldades do programa se refletem, no Município de Ipuacú, também devido às influências político-partidárias que são reforçadas. Constatou-se que por ter uma estrutura descentralizada e mais próxima do contexto político local, em que há diferentes e contraditórios interesses, principalmente no tratamento dado historicamente as populações tradicionais; o PAA apresentou também limitações na escala municipal, em virtude do pequeno número de produtores rurais associados inseridos no programa, no âmbito da TIX.

REFERÊNCIAS

CODATO, Adriano N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988 **BRASIL. Constituição (1988)**. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

LEFF, Henrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

TRICHES, R.M.; FROEHLICH, E. Reconnectando o consumo à produção: a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: PGDR, 2008.

CAPITULO 4

4.1 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/

A Constituição Federal de 1988 foi um marco muito importante no campo das políticas sociais, no que se refere à garantia de direitos, a ampliação da participação da sociedade, à instituição de políticas públicas - como é o caso da assistência social e demais - e ao alargamento da esfera pública como palco que reúne pessoas em um público, levando ao engajamento mútuo governos e cidadãos. Assim, os cidadãos são ativamente envolvidos nos processos sociais, de produção e de entrega de bens e serviços públicos, tornando-se corresponsáveis na gestão das políticas sociais (SCHOMMER, 2011).

Iamamoto (2009) ressalta a Constituição Federal de 1988 como uma proposta de avanço da democracia por meio da participação e controle da população, universalização de direitos sociais e maior qualidade nas políticas sociais públicas, defesa da cidadania, gratuidade no acesso aos serviços, entre outras. As políticas sociais públicas têm como função a concretização dos direitos de cidadania, e a identificação dessas políticas como direitos sociais decorrem do fato desses direitos terem como princípio a equidade, a justiça social e permitirem a sociedade exigir atitudes positivas e ativas do Estado, seja como regulador, provedor ou garantidor dos bens públicos como direito fundamental.

A proposição e implementação de políticas sociais constitui-se em um grande campo de atuação para o Serviço Social de modo que se faz relevante, neste estudo, resgatar as atribuições dos assistentes sociais neste processo. Para destacar, o Código de Ética do Assistente Social de 1993 e a lei de regulamentação da profissão do assistente social, Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, trazem a participação na proposição e implementação de políticas sociais como atribuições do Serviço Social.

Tal participação fica evidente quando a entrevistada B01 fala sobre o seu envolvimento na execução ou desenvolvimento do PAA, *“foi um movimento de implantação do PAA no município, foi puxado pela Assistência Social, com a*

participação no CONSAD, na Criação do CONSEA e na busca ativa de famílias com alguma produção que se enquadrassem nos critérios do Programa”.

Isso pressupõe respostas às necessidades e vulnerabilidades da população, o que se caracteriza por garantir o direito de acesso à cidadania e, conseqüentemente, aos mínimos sociais. Através do papel do Serviço Social no cadastramento das famílias que recebem os alimentos do PAA, a entrevistada B01 expõe, “(...) *foi muito importante no cadastramento das famílias que eram prioritárias para receberem os alimentos, pois levamos em conta vários critérios de seleção como: Idosos acamados, famílias com crianças em desnutrição, gestantes e pessoas portadoras de doenças crônicas como Turbeluloses, HIV, e outras”.*

Dentre os princípios fundamentais do código de ética, cita-se o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2011, p. 32). Referente à seguridade do acesso dos bens e serviços relativos aos programas e políticas a percepção da entrevistada B01 foi a de que

em Ipuacu, até que os profissionais Assistentes Sociais ficaram a frente o Programa teve uma evolução bem positiva e atingiu um grande número de famílias que realmente se enquadravam nos critérios do Programa, quando passou para a Secretaria da Agricultura, já não conseguimos acompanhar este processo e logo deu problemas e não conseguimos mais fazer adesão ao Programa. (ENTREVISTA, B01, 2014).

Em que pesem as contribuições do trabalho executado pelos profissionais envolvidos com o PAA, permanece algumas limitações que dificultam sua operacionalização e no caso pesquisado sua continuidade. Como podemos observar na entrevista acima, segundo o relato fica evidente a falta de articulação entre as políticas, na tomada de decisões, quanto aos interesses coletivos. Para Junqueira (2004, p. 26), “Entender essa realidade construída socialmente e propor mudanças nas suas formas de agir não é uma tarefa fácil, principalmente quando se trata das organizações públicas, especialmente aquelas gestoras das políticas sociais”.

O acesso aos serviços disponíveis através dos programas e políticas sociais públicas necessita do profissional além de conhecer a população com que trabalha a necessidade de garantir a participação das pessoas e também a democracia nas

decisões e na gestão dos planos, programas e projetos. Recorrer a aparatos legais, fazer análises das relações de poder, realizar diagnósticos e construir indicadores, constitui-se parte do processo de elaboração, execução e avaliação de políticas sociais públicas.

Iamamoto (2002, p. 12) argumenta que os desafios presentes nos espaços ocupacionais do Serviço Social “exigem do(a) profissional o domínio de informações para identificação dos instrumentos a serem acionados e requer habilidades técnico-operacionais, que permitam um profícuo diálogo com os diferentes segmentos sociais”. Ao que se refere aos desafios enfrentados pelos profissionais no desempenho de suas atividades com as famílias da TIX, na tentativa de fortalecimento e superação da condição de extrema pobreza e vulnerabilidade social,

Na época, como atualmente, era praticamente somente a secretaria de Assistência Social, que executava atividades com as famílias indígenas. Um dos maiores desafios é construir um trabalho de rede, assim garantindo qualidade e continuidade das ações de melhoria, inclusão e independência destas famílias. A pouca escolaridade destas famílias, a própria situação de vulnerabilidade e a falta de expectativa de melhoria na qualidade de vida, e o descrédito destas famílias com alguns programas, devido ao descompromisso de alguns órgãos que não proporcionam uma continuidade dos programas, neste caso o próprio Programa do PAA. Um maior comprometimento de todas as entidades envolvidas na execução do programa, para que haja uma continuidade dos programas, mas quem está na ponta sofre com as questões, e vai perdendo o vínculo e a confiança da população com estes descompromissos de algumas entidades e de alguns programas. (ENTREVISTA, B01, 2014).

Há neste caso a necessidade de as intervenções governamentais buscarem a articulação entre os objetivos e passarem a considerar o trabalho interdisciplinar e intersetorial dentro das políticas e na sua execução. A intersetorialidade para Junqueira (2004, p. 27),

Constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

Essa nova forma de atuar, necessita novas práticas e uma mudança na cultura das organizações gestoras das políticas sociais. Contudo, esta prática é bem conhecida pelo Serviço Social e proporciona ao Assistente Social à possibilidade de compartilhar suas ações, estabelecendo diálogo, parcerias, na busca da formação de redes de serviços e atendimentos. Conforme Junqueira (2004, p. 28), “tratar os

cidadãos, situados num mesmo território, e seus problemas, de maneira integrada, exige um planejamento articulado das ações e serviços”.

A lei de regulamentação da profissão do assistente social também prevê em seu artigo 4º, inciso I, como competências dos profissionais de Serviço Social a elaboração, implementação, execução e avaliação de “políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares”, ou seja, dos campos de trabalho em que atuam os assistentes sociais. A aproximação com a população é uma das condições para permitir impulsionar ações inovadoras no sentido de reconhecer e atender às efetivas necessidades dos segmentos subalternizados. No campo de pesquisa o conhecimento da realidade pelo profissional do Serviço Social e suas demandas fica bem evidente no seu depoimento a seguir, onde fala sobre a relação do poder público, representando o programa PAA e o povo indígena kaingang, onde *“na verdade existem uma divisão bem clara, principalmente com relação à política municipal de agricultura, que não trabalha com a população indígena. A descrença que os mesmos não têm condições e nem comprometimento de entrega dos produtos”*. (B01, 2014).

O depoimento acima sinaliza que o PAA exige elevada contrapartida das organizações sociais e nem todas estão aptas ou capazes de responder a esta necessidade.

O Programa se expressa nos locais na forma de rede, interligando unidades familiares de produção e estas com associações e cooperativas, poder público, entidades sociais, famílias beneficiadas e todos com instâncias estaduais e com a estrutura nacional do Programa. Este arranjo requer um conjunto não desprezível de recursos humanos e materiais das organizações proponentes para “sustentar” o PAA. Mas, estas condições não estão presentes em todas as organizações sociais, agravando-se quiçá à medida que o nível de pobreza dos associados se acentue. Por conseguinte, onde o PAA tomaria maior relevância e retorno social, é exatamente onde se tem dificuldades de execução. (GRISA, 2009, p. 17).

A partir dos parâmetros legais, a atuação profissional do Assistente Social em políticas sociais públicas não pode prescindir de uma leitura crítica da realidade dos usuários, identificando suas necessidades e possibilidades de mudanças, além de fortalecer os espaços, meios de enfrentamento e luta organizada dos trabalhadores na defesa de seus direitos.

Para um compromisso com o usuário, é necessário romper com as rotinas e a burocracia estéreis. Em outros termos, identificar como a questão social vem

forjando a vida material, a cultura, a sociabilidade, afetando a dignidade da população atendida. No caso pesquisado, a entrevistada B01 fala sobre as possibilidades de contribuição do programa PAA no fortalecimento individual e comunitário deste povo indígena.

Acredito que sim, desde que o programa ofereça, algumas coisas como, por exemplo: entrega dos produtos, quantidade de produtos e assistência técnica adequada, como também orientação e acompanhamento individual e coletivo. Porque eles residem longe da sede do município, não temos transporte público, e os mesmos não tem como fazer a entrega dos produtos. Precisamos criar alternativas para garantir este fortalecimento, começando pela acessibilidade destas famílias na entrega dos produtos.

Todavia, deve-se ponderar que apesar do PAA proporcionar possibilidades de fortalecimento individual e comunitário sua continuidade esbarra na dificuldade de fechar parcerias, garantir o trabalho de uma equipe que realize acompanhamento técnico às famílias envolvidas com o programa, enfim, de implementar esta política de corte intersetorial.

Portanto, a ação intersetorial não se esgota no âmbito de uma organização ou de uma política social, mas de várias organizações públicas, sejam privadas ou estatais, apontando para a necessidade de procurar outras saídas, para lidar com as incertezas e a complexidade dos problemas sociais. Os problemas sociais emergem da interação do sujeito com o mundo, e sua percepção não é única, depende dos valores de cada ator social envolvido, e, como tal, sua solução também não será única, inclusive porque as certezas absolutas perderam consistência. (JUNQUEIRA, 2004, p. 29).

O Serviço Social, sendo uma profissão interventiva na realidade social. Ao atuar na elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais públicas, precisa levarem em consideração aspectos culturais, sociais e econômicos de seus usuários, o que de fato transformará a realidade e, principalmente, fazer com que as pessoas se tornem parte do processo, desde a elaboração até a avaliação dos serviços relativos às políticas públicas.

Diante disso, há a necessidade de identificar as demandas da população e desenvolver políticas sociais como um meio de enfrentamento, mas também problematizando o contexto em que os sujeitos estão inseridos, motivando e valorizando a mobilização e estratégias de lutas dos indivíduos. Em seu depoimento, quando relata sobre as mudanças identificadas quanto ao fortalecimento da agricultura familiar desenvolvida pelos indígenas através do PAA, B01 confirma que

“sim, quem conseguiu ter acesso ao programa, e aumentar a renda familiar, atualmente diversificou sua produção e melhorou a qualidade de vida”.

Esta afirmação seria suficiente para rever a possibilidade de continuidade do programa tanto no Município de Ipuçu/SC, quanto na TIX. Contudo, novamente fica evidente a necessidade do fortalecimento das fragilidades das organizações sociais e políticas, que comprometem os resultados que o programa possibilita à TIX. “(...) é necessário observar como a gestão administrativa nos vários níveis de governo envolvendo todos os entes federados se coloca diante da política pública e da intersetorialidade”. (NASCIMENTO, 2010, p. 98).

Portanto, é válido considerar o protagonismo dos usuários e estimular a autonomia para que os serviços não sejam apenas para atender demandas emergentes, mas, sim, que sirvam para transformar a vidas dos sujeitos. Considerar o protagonismo e autonomia dos usuários requer o estímulo à participação nas decisões tomadas a partir de determinados projetos, programas e ações relativas às políticas públicas. Ainda, considerar a possibilidade de organização dos sujeitos enquanto coletivo e propor reflexões acerca do contexto em que estão inseridos, bem como das alternativas que reforcem a mobilização desses sujeitos no que se refere à garantia de seus direitos.

Na percepção da entrevistada B01, a participação da população indígena na definição dos programas e projetos desenvolvidos na TIX, *“é de suma importância, pois somente assim eles se sentem pessoas de direito e capazes de assumirem responsabilidades e ações. Eles devem ser os protagonistas de suas ações, assim as dificuldades, as soluções e as melhorias acontecerão de forma definitiva”.*

Para Koga (2003) a participação dos membros da comunidade envolvida com as ações desempenhadas, projetos e programas, enquanto sujeitos do processo, juntamente com as equipes técnicas, deve acontecer desafiando o trabalho conjunto ao diálogo, numa perspectiva de inclusão social. Tornando a intersetorialidade uma qualidade necessária ao processo de intervenção. Nesta entrevista podemos perceber que o Assistente Social percebe esta possibilidade, porém, esta prática não pode ficar restrita somente a este profissional, deve transcender às demais políticas.

Couto (2009) argumenta que as ações referentes às políticas sociais públicas devem impactar na vida das pessoas, pois o objetivo principal é a melhoria na qualidade de vida, acesso a bens e serviços para garantir o direito de cidadania.

Caso isso não ocorra, é por que os serviços não chegaram até a população alvo ou, então, precisam ser redimensionados e repensados para que de fato garantam condições de vida digna. O relato seguir contempla o exposto por Couto (2009), quando a entrevistada fala como o PAA e a Ação de Distribuição de alimentos poderiam ser instrumentos de autonomia e protagonismo deste povo indígena.

Pois é um Programa com prioridades para esta população, é necessário pensar alternativas menos burocráticas, com uma legislação de acordo com as características da própria população. E com produção de característica da população, é preciso envolvimento de vários atores para que este programa venha realmente atender as necessidades desta população. (ENTREVISTA, b01, 2014).

Conforme Pereira (2008), as políticas públicas como concretizadoras de direitos sociais não podem estar voltadas para o atendimento de necessidades meramente biológicas. O ser humano é um ser social e, como tal, é dotado de dimensões emocionais, cognitivas e de capacidade de aprendizagem e desenvolvimento, que devem ser considerados pelas políticas públicas.

Reconhecer os limites do serviço social é básico para a atuação profissional. O desafio presente está em garantir o atendimento da população indígena através de ações, programas e projetos voltados à garantia de direitos, transcendendo a condição de sujeitos do assistencialismo. Diante disso, pode-se registrar que a política social como direito de cidadania ou como elemento redistributivo é insuficiente para a demanda que a população apresenta na TIX. O serviço social trabalha com a proteção social, e um dos principais desafios de atuação da profissão é o de atuar com a contradição de garantia de direitos e muitas vezes sem os recursos necessários, especialmente os de natureza estrutural. Quanto ao PAA na TIX, fica evidente o desafio de envolver os vários segmentos, políticas e sujeitos envolvidos para que este programa venha realmente atender as necessidades desta população.

4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a intervenção dos assistentes sociais no campo da política social seja determinado pelo aparato legal e ético político da profissão, exige também um alinhamento a determinado projeto profissional. A forma como este projeto será colocado em prática, num espaço de contradições sócio-políticas, e onde sua autonomia pode ser considerada relativa.

O trabalho no campo da política social requer acima de tudo mediações necessárias para o profissional decidir sobre a sua prática interventiva.

Nesse contexto, o Serviço Social encontra-se na condição de executor de políticas, programas, compensatórios que não atingem de forma eficiente e eficaz as múltiplas expressões da questão social, inserindo-se na malha da assistência social, porém ainda com perspectiva assistencialista. A profissão, por sua posição estratégica no planejamento e execução de políticas sociais tem papel importante no fortalecimento, articulação e formação política das organizações, seus sujeitos e usuários das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988 **BRASIL. Constituição (1988)**. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providencias. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2011.

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. Lei 8.662/1993 de regulamentação da Profissão. 9. ed. ver. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

COUTO, Berenice Rojas. Questão Social, políticas públicas e direitos sociais: elementos essenciais no debate da assistência social. In: Caderno I Assistência Social: Sistema Municipal e Gestão Local do CRAS. 2009. Disponível em www.constitucional.mp.pr.gov.br/ass_pub05.php. Acesso em 15 fever. 2015.

GRISA, Catia et. al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e questões para debate. Observatório de políticas publicas para agricultura. Disponível em www.oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf. Acesso em janeiro de 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em questão. CFESS, 2002.

_____, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-375.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

KOGA, Dirce. Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. *SERV. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política publica e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete (et al). Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo, Cortez, 2008.

SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Gestão social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Série Coleção Enapegs, volume 5. Editora UDESC. 2011.

CONCLUSÕES

Analisando a criação de ações da política pública que fomentem a produção de alimentos para o abastecimento no país, buscou-se neste trabalho apresentar algumas reflexões acerca da experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Ação de Distribuição de Alimentos na Terra Indígena Xaçecó, no Município de Ipuçu/SC.

Apresenta-se na conjuntura atual a problemática dos povos indígenas à procura de alternativas de desenvolvimento e de uma nova relação com o mundo à sua volta nesta complexa relação de produção e consumo.

O estudo do desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar na TIX possibilitou compreender os impactos sobre o modo de vida das famílias indígenas, e o papel da Ação de distribuição de alimentos na garantia de uma alimentação saudável.

O importante papel do PAA é o de valorizar e estimular a atividade da agricultura familiar, ao comprar o alimento diretamente do pequeno agricultor, fortalecendo esse segmento, e incentiva a organização desses trabalhadores em cooperativas e outras formas de arranjos produtivos. Em contrapartida, promove a distribuição de alimentos à população de baixa renda que tenha dificuldade de acesso a alimentos.

Esta pesquisa teve como objetivo geral “analisar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a ação de distribuição de alimentos, e sua representação no fortalecimento da autonomia do povo indígena na Terra Indígena Xaçecó/SC, no período de 2009 a 2012”; e para atendê-lo, foram delineados quatro objetivos específicos. Sendo que o primeiro visava “analisar os aspectos sócio-históricos da trajetória dos Kaingang na Terra Indígena Xaçecó”. O que foi atendido a partir do levantamento de dados bibliográficos. O segundo e terceiro objetivo “investigar a implementação e operacionalização do PAA e a efetivação das estratégias de desenvolvimento sustentável nele contidas junto à comunidade indígena TIX” e “identificar as percepções dos sujeitos envolvidos com o PAA e a ação de distribuição de alimentos e a operacionalização deste como política de emancipação deste povo indígena”. O que foi atendido a partir do levantamento de dados através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo.

Diante disso, O PAA representa um novo contexto de redirecionamento das políticas destinadas ao desenvolvimento rural, alavancando e incentivando a agricultura familiar a qual historicamente ficou de fora das políticas destinadas a este setor. Partindo do pressuposto de que o PAA é um programa que sinaliza um novo contexto de inovação e estímulo ao desenvolvimento, principalmente ao desenvolvimento endógeno, através de suas características de programa que prioriza a geração de renda e consequentemente maior qualidade de vida, relação com a biodiversidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Os objetivos deste estudo consistiram em investigar a forma de implementação e operacionalização do PAA junto à TIX no município de Ipuacu, com maior ênfase na execução da ação de distribuição de alimentos, por ser de todas as ações do PAA a mais significativa no município e se tratar de um direito dos povos e comunidades tradicionais o acesso regular e permanente, conforme prevê a SAN. Quanto aos objetivos, destaca-se que a importância do papel desta política e ação pública fica evidente. As estratégias de desenvolvimento sustentável contidas através das dimensões social, econômica, e ambiental foram identificadas e podem ser percebidas pelos sujeitos envolvidos com o PAA, quando os principais ganhos com a adesão ao PAA e a Ação são identificados da seguinte maneira:

- a) O programa destina ações dentro da TIX, estimulando a produção diversificada, principalmente de gêneros alimentícios para atender o consumo familiar e as necessidades alimentares;
- b) Promove o cultivo de alimentos respeitando os hábitos alimentares e culturais da comunidade indígena;
- c) Desenvolve projetos visando à inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade social;
- d) Como alternativa de melhoria na qualidade alimentar das famílias indígenas, e consequentemente melhoria na qualidade de vida das pessoas;
- e) A participação dos indígenas como produtores no programa PAA sendo de suma importância para o desenvolvimento local e incentivo a agricultura familiar;
- f) Famílias que produzem e vendem para o Programa - possibilidade de geração de renda com as atividades produtivas realizadas pela família;
- g) Integração das famílias que são beneficiadas pela ação promovida pelo Programa, onde de modo geral são famílias que vivem em condições de

miséria.

- h) Práticas de cultivo e manejo do solo respeitando o meio ambiente;
- i) Produção de produtos sem agrotóxicos;

Com base nestes elementos, se pode concluir que o PAA cumpriu seu papel no fortalecimento da agricultura familiar, e no seu desenvolvimento sustentável. Este que se coloca para os povos indígenas hoje como sendo um aliado através da superação dos desafios e possibilidades de estratégias que se colocam na atualidade para esta necessária mudança modo de produção e consumo. Os indígenas sempre foram sustentáveis, no modo de produção, na forma de se relacionar com a natureza, etc., contudo, quando se deparam com suas terras demarcadas, entre outras dificuldades, se vêem em muitos casos obrigados a se utilizar de novas formas de produção e consumo para poder sobreviver e suprir suas necessidades e a necessidade de todos dentro das aldeias.

Contudo, contatou-se também os principais pontos negativos relativos à esta política e a efetiva ação de distribuição de alimentos, através dos dados qualitativos contidos nas entrevistas realizadas, são identificados da seguinte maneira:

- a) AÇÃO: No tocante ao respeito à diversidade dos hábitos alimentares do povo indígena e a garantia a alimentos de qualidade, observa-se que esta possibilidade não acontece quando se trata da alimentação de grupos específicos, assim como os indígenas;
- b) Referente aos alimentos distribuídos através da Ação, a quantidade é insuficiente para a demanda de necessitados;
- c) Os produtos são de má qualidade e o tipo entregues não condizem com a cultura alimentar dos indígenas;
- d) Os produtos entregues não valorizam a cultura alimentar do índio;
- e) Descontinuidade das ações de distribuição de alimentos;
- f) Falta de recursos;
- g) A ação de distribuição de alimentos não se caracteriza por garantir o direito de acesso à cidadania;
- h) Descontinuidade do programa como principal fragilidade, e falta de comprometimento do poder público, representando o programa PAA e os interesses povo indígena kaingang;

- i) Falta de ações que incentivem o artesanato local;
- j) Falta de acesso ao mercado, e garantia de escoamento da produção;
- k) Assistência técnica permanente;
- l) Ausência de organização coletiva das famílias que representam a agricultura familiar dentro da TIX;
- m) Ausência de condições adequadas para o cultivo, terras, linhas de crédito, acesso a insumos, etc.

Conceituando a problemática dos povos indígenas, referente ao modo de produção e de seu consumo, constata-se que a lógica dominante de produção e consumo diferencia-se e muito práticas que os povos indígenas vivenciam em sua cultura milenar.

A vida em sociedade também se modifica, os índios já não podem mais circular livremente pelo território, têm que conviver com outros valores de sociedade, opostos a sua cultura, valores onde prevalece o individualismo, a competitividade, o acúmulo de bens e a esta ideologia, impera como sendo esse padrão ideológico universal. A relação com a natureza também muda, a ponto dos recursos naturais não estarem mais disponíveis facilmente.

Portanto, é importante considerar o protagonismo dos usuários e estimular a autonomia para que os serviços não sejam apenas para atender demandas emergentes, mas, sim, que sirvam para transformar a vidas dos sujeitos. Desta forma, conclui-se também, que o ultimo objetivo de “Identificar os desafios e possibilidades enfrentados pelo Serviço Social no contexto da implantação e operacionalização do PAA foi alcançado, pois a profissional entrevistada têm a percepção da importância desta política na melhoria das condições de vida e econômicas desta população. Porém, tendo em vista a falta de articulação política, garantia de recursos para o desenvolvimento do programa PAA, ausência de organização social efetiva que represente os indígenas, descontinuidade das ações deste programa, o profissional se depara com dificuldades de promoção e efetivação dos direitos sociais desta população.

Ainda se tratando do modelo de produção capitalista, seus interesses vem de encontro aos interesses dos povos indígenas, pois ele não comporta seu modo de ser, sua visão de mundo. É neste contexto que os indígenas se encontram hoje, procurando criar alternativas de desenvolvimento que garantam sua sobrevivência,

sem abandonar seus valores tradicionais. Enfrentando para isso os desafios de terem suas áreas demarcadas como territórios indígenas, as quais não apresentam características homogêneas, algumas apresentam ainda diversidade biológica de flora e fauna, mas que sofrem pressão das fazendas e municípios que avançam cada vez mais, exercendo influência crescente sobre os recursos de caça e pesca, alterando profundamente a vida tradicional dos povos indígenas. Outras já foram exploradas pelos brancos e o que marca suas características são as lavouras de soja, milho, feijão, que caracterizam a monocultura como forma predominante de produção.

Findando este trabalho, cabe ressaltar que a contribuição das análises aqui realizadas, significam um processo de conhecimento, com primazia, por ser um estudo que se propôs a investigar o cenário da Programa de Aquisição de Alimentos e a Ação de distribuição de alimentos na TIX, no município de Ipuçu/SC. Portanto, este trabalho poderá colaborar com os demais estudos que buscam compreender e analisar esta política pública, de incentivo a agricultura familiar, bem como aos que surgirão na sequência. Nesta perspectiva, esta dissertação teve o intuito de ampliar a compreensão sobre essa realidade e permite a continuidade investigatória para outros estudos, nesta mesma direção, pois há ainda, muito a ser explorado.

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos executando uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, aprovada pelo Colegiado do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, que tem por objetivo Analisar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a ação de distribuição de alimentos, e sua representação no fortalecimento da autonomia do povo indígena na Terra Indígena Xapecó/SC, no período de 2009 a 2012.

Sua colaboração na pesquisa será muito importante. Por isso, pedimos a sua participação na mesma através do fornecimento de informações através de entrevista e questionário. As informações que você prestar serão utilizadas apenas para as finalidades da pesquisa e não serão objeto de avaliação pessoal no sentido de verificação de acerto ou erro.

A participação na pesquisa não envolve risco físico, tampouco constrangimento de qualquer natureza. A sua identidade será preservada em todas as fases do projeto e você terá pleno direito de censura sobre os conteúdos que fornecer.

Se a qualquer momento você desejar informações adicionais sobre a pesquisa ou, se não querendo mais participar, desejar interromper sua participação, pode entrar em contato no horário comercial pelo telefone (49) 9912-1310 ou pelo e-mail cryysca@hotmail.com endereçando a mensagem a Cristiane Golembieski Camargo.

.....
Mestrando

.....
Orientador

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido/a sobre o projeto de pesquisa que busca Analisar a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e a ação de distribuição de alimentos e concordo em participar da mesma fornecendo informações através de entrevista e questionário.

Local, data e assinatura:

ANEXO B**ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS INDIVÍDUOS CHAVES
RELACIONADOS COM A DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS NA TIX E QUE
EXECUTAM O PAA****IDENTIFICAÇÃO:**

Nome:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Naturalidade:

TRAJETÓRIA:

01. Como ocorreu a participação do Município no PAA? Quando e como?
02. Quais foram os projetos envolvidos?
03. A implantação do Programa se deu através de projeto? Quais eram os objetivos?
04. Que pessoas fizeram parte naquele momento?
05. Quais são as atividades que o PAA desenvolve hoje?
06. Quantas famílias participam hoje do Programa?
07. Estas famílias recebem algum incentivo financeiro? (Linha de financiamento)
08. O PAA conta com alguma equipe específica para sua execução?
09. O PAA conta com algum projeto que incentive o cultivo de matéria prima para o artesanato indígena?
10. E a entrega dos alimentos à TIX, se dá através do PAA do Município?
11. Como é o papel da CONAB?
12. Como é levada em consideração a diversidade dos hábitos alimentares dos beneficiários do PAA da TIX?
13. O PAA atende alguma entidade dentro da TIX? Quais seriam estas entidades?
14. Como se dá a organização de produção e distribuição dos alimentos na TIX?
15. Como é feito o cadastramento das famílias que recebem os alimentos do PAA?
16. Na sua opinião a participação dos próprios indígenas como produtores no PAA seria importante?
17. Como é realizada a entrega dos alimentos às famílias? Qual a frequência?

18. Quem realiza a entrega dos produtos ao PAA?
19. Quais os produtos que compõe a lista que fazem parte da cesta-básica entregue na TIX?
20. Há existência de produtos orgânicos?
21. Na sua visão o PAA poderia ajudar as famílias da TIX de que forma, além da entrega do benefício da cesta-básica?
22. Entre os beneficiários recebedores do PAA na TIX, existe algum que seja fornecedor ao Programa?
23. Como ocorre a inserção das famílias produtoras ao PAA? E os índios?
24. Caso os índios não produzam para o PAA, na sua visão, qual seria o motivo?
25. Quais as possibilidades que o PAA proporciona ao Município?
26. Quais os limites que se apresentam ao PAA no Município?
27. Na sua opinião, existem limites e possibilidades na participação dos indígenas no PAA?
28. Existem dificuldades/barreiras para a inserção de novos participantes no PAA?
29. Na sua opinião, a forma de organização é tida como fator condicionante para o acesso ao Programa?
30. A forma e quantidade dos alimentos distribuídas pelo PAA é suficiente na sua opinião?
31. Quais são os profissionais que participam do processo de planejamento da distribuição dos alimentos?
32. Qual sua percepção quanto à isso?
33. Qual é a forma de controle social do PAA no Município?
34. Como é a participação dos indígenas no controle social do PAA?

ANEXO C
ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS
COM O PAA

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Naturalidade:

Profissão:

Tempo de trabalho no Município:

01. Qual é a sua formação e quanto tempo trabalha no Município?
02. Como ocorreu a participação do Município no PAA? Quando e como?
03. Quais foram os projetos envolvidos?
04. A implantação do Programa se deu através de projeto? Quais eram os objetivos?
05. Que pessoas fizeram parte naquele momento?
06. Qual o seu envolvimento na execução ou desenvolvimento do PAA?
07. Quais são as atividades que o PAA desenvolve hoje?
08. Quantas famílias participam hoje do Programa? Quantas delas são indígenas?
09. O PAA conta com algum projeto que incentive o cultivo de matéria prima para o artesanato indígena?
10. E a entrega dos alimentos à TIX, se dá através do PAA do Município? De que forma que ocorre?
12. Como é levada em consideração a diversidade dos hábitos alimentares dos beneficiários do PAA da TIX?
13. O PAA atende alguma entidade dentro da TIX? Quais seriam estas entidades?
14. Como se dá a organização de produção e distribuição dos alimentos na TIX?
15. Como é o papel do Serviço Social no cadastramento das famílias que recebem os alimentos do PAA?
16. Na sua opinião a participação dos próprios indígenas como produtores no PAA seria importante?
17. Como é realizada a entrega dos alimentos às famílias? Qual a frequência?

18. Quem realiza a entrega dos produtos ao PAA?
19. Quais os produtos que compõe a lista que fazem parte da cesta-básica entregue na TIX?
20. Há existência de produtos orgânicos?
21. Na sua visão o PAA poderia ajudar as famílias da TIX de que forma, além da entrega do benefício da cesta-básica?
22. Entre os beneficiários recebedores do PAA na TIX, existe algum que seja fornecedor ao Programa?
23. Como ocorre a inserção das famílias produtoras ao PAA? E os índios?
24. Caso os índios não produzam para o PAA, na sua visão, qual seria o motivo?
25. Quais as possibilidades que o PAA proporciona ao Município?
26. Quais os limites que se apresentam ao PAA no Município?
27. Na sua opinião, existem limites e possibilidades na participação dos indígenas no PAA?
28. Existem dificuldades/barreiras para a inserção de novos participantes no PAA?
29. Na sua opinião, a forma de organização é tida como fator condicionante para o acesso ao Programa?
30. A forma e quantidade dos alimentos distribuídas pelo PAA é suficiente na sua opinião?
31. Quais são os profissionais que participam do processo de planejamento da distribuição dos alimentos?
32. Qual sua percepção quanto à isso?
33. Qual é a forma de controle social do PAA no Município?
34. Como é a participação dos indígenas no controle social do PAA?
35. Quais os desafios enfrentados pelos profissionais no desempenho de suas atividades com as famílias da TIX?
36. Quais os desafios enfrentados pelo Serviço Social no trabalho com as famílias, na tentativa de fortalecimento e superação da condição de extrema vulnerabilidade que estes se encontram?
37. Quais as possibilidades que se apresentam no trabalho desenvolvido com as famílias da TIX, na operacionalização do PAA?

38. Como é a relação do poder público, representando o Programa e o Povo indígena Kaingang?

39. Você acredita que o PAA contribui para que o indígena pudesse se fortalecer individualmente e em comunidade? Como?

40. Você identifica alguma mudança quanto ao fortalecimento da agricultura familiar desenvolvida pelos indígenas através do PAA? Quais?

41. Qual é sua visão frente à participação desta população na definição dos programas e projetos desenvolvidos na TIX?

42. Na sua opinião, como o PAA e a Ação de Distribuição de Alimentos poderiam ser instrumentos de Autonomia e Protagonismo deste povo indígena?

ANEXO D
ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS BENEFICIÁRIOS DO PAA –
FAMÍLIAS RECEBEDORAS

1 - Composição da familiar

Nome	Sexo (M/F)	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Relação com o PAA	Tempo que recebe - PAA

2 - A quanto tempo reside na TIX?

3 – Há pessoas que recebem algum benefício previdenciário ou da Assistência Social na sua família? Qual?

4 – O artesanato faz parte da renda da família?

5 - Conhece ou já ouviu falar do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA?

6 - Tem conhecimento de algum projeto desenvolvido na TIX que esteja relacionado ao PAA?

7 – De que forma a família tomou conhecimento sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA? A família produz para o PAA, de que forma? (Quanto tempo).

8 – Qual dificuldade a família encontra ou encontrou quando buscou o acesso ao programa?

9 – A família possui terra para produção agrícola? O que costuma cultivar?

10 – Como foi a inserção ou cadastro da família no programa, para recebimento do benefício?

11 – Como é sua visão sobre os alimentos recebidos? (quantidade, qualidade, tipo).

12 – Como é a frequência do recebimento das cestas-básicas?

13 – Como é feita a distribuição? Na sua opinião, como deveria ser?

14 – Dos produtos da cesta, qual a família mais gosta?

15 – Como era a alimentação antes da adesão ao PAA?

16 – Como aderiu ao Programa? O que produz – houve aumento na produção de alimentos depois da adesão ao PAA?

17 – Sabe de onde vem os produtos que compõe a cesta de alimentos?

18 – Conhecendo os objetivos do PAA, na sua opinião, o programa poderia contribuir para que as famílias permanecessem no meio rural, proporcionando maior qualidade de vida?

19 – Quanto a forma cultural das famílias indígenas de cultivo de seus alimentos, o PAA, poderia ser um aliado no resgate da cultura alimentar indígena?